

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Thiago Estivalet Braga

**Noções de Inconsciente no Século XIX:**

**Tradições Pré-Psicanalíticas e sua Relação com a Obra Freudiana**

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Thiago Estivalet Braga

**Noções de Inconsciente no Século XIX:**

**Tradições Pré-Psicanalíticas e sua Relação com a Obra Freudiana**

Mestrado em Filosofia

São Paulo

2022

Banca Examinadora

.....

.....

.....

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Mario Ariel Gonzales Porta, pela orientação e acolhimento, por ter me introduzido à filosofia e pela paciência

A Profa. Dra. Analice de Lima Palombini, pelas sugestões e apontamentos e principalmente por ter aceito pedido de participar da minha qualificação.

Ao Dr. Lucas Amaral, pelos comentários e observações sempre pertinentes, durante a qualificação e ao longo das orientações

A Patrícia, pelo carinho e companhia nesses anos conturbados.

Ao Ruben e ao Marco, pelas conversas, indicações e sugestões que me levaram a esse caminho

Aos colegas de estudos, de vida acadêmica, corredores e mesa de bar, Du, Bruno, Marcão, Stela, Zulli, Brenda, Arthur, dentre outros, pelas discussões e amizade.

A Madona, Hermes e Hilda e demais pequenos companheiros ao longo desse trajeto e da vida

A Emília, minha mãe, e ao Jorge pela introdução à psicanálise, formação de rumos, pelo acompanhamento nesse caminho com incentivos, leitura e comentários e pelo carinho e criação.

A Hamilton, meu pai, pelo amor e incentivo constante. A Joice pelo mesmo e pelas revisões de última hora desse trabalho

Aos demais professores que tive ao longo da vida e me trouxeram até esse momento. As demais amizades que construí e mantive ao longo da vida, mesmo que não tão presentes nesse processo

## RESUMO

Freud é frequentemente apontado como figura responsável pela “descoberta” ou “criação” do Inconsciente. Debruçando-se sobre o status questione da psicologia e filosofia no desenrolar e precedentes do século XIX nos países germanófonos, percebe-se que a questão do inconsciente é premente no interior de certos debates. O presente trabalho pretende estabelecer revisão bibliográfica panorâmica sobre os modos em que o conceito de inconsciente era utilizado nesse período, apontando diversas tradições nas quais o aparecimento da noção de inconsciente surge com propósitos distintos. A partir disso discute-se a noção de inconsciente em Freud, aspectos de sua concepção de ciência e o modo no qual sua obra se insere nesse contexto mais amplo, anterior, de discussão acerca do inconsciente. Identifica-se que a noção de inconsciente que perpassa as discussões no século XIX alemão são um desenvolvimento filosófico da polêmica entre determinismo e liberdade, com o inconsciente assumindo uma dessas duas posições: a de garantir a possibilidade de uma ciência determinista da psique ou a de garantir as condições de possibilidade para se afirmar a autonomia do sujeito. O presente trabalho analisa a teorização freudiana sobre o inconsciente, tendo esse contexto como panorama. Acreditamos ser importante para se discutir o lugar de Freud na história do desenvolvimento do conceito de inconsciente e o papel que este desempenha em sua obra.

Palavras chave:

Inconsciente, Freud, História da Psicologia, Romantismo, Idealismo, Determinismo, Liberdade.

## ABSTRACT

Freud is often singled out as the figure responsible for the "discovery" or "creation" of the Unconscious. Looking at the status quo of psychology and philosophy in the course and precedents of the 19th century in German-speaking countries, one realizes that the question of the unconscious is pressing within certain debates. The present paper intends to establish a panoramic bibliographical review of the ways in which the concept of the unconscious was used in this period, pointing out several traditions in which the appearance of the notion of the unconscious emerges with distinct purposes. From this we discuss Freud's notion of unconscious, aspects of his conception of science, and the way in which his work fits into this broader, earlier context of discussion about the unconscious. We identify that the notion of unconscious that pervades the discussions in the German nineteenth century are a philosophical development of the polemic between determinism and freedom, the unconscious assuming one of these two positions: to ensure the possibility of a deterministic science of the psyche or to ensure the conditions of possibility to affirm the autonomy of the subject. The present paper analyzes Freudian theorizing about the unconscious against this background. We believe it is important to discuss Freud's place in the history of the development of the concept and the role it plays in his work.

### Key words:

Unconscious, Freud, Romanticism, idealism, History of Psychology, determinism, Freedom.

# Sumário

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO .....	5
Introdução .....	8
1. O conceito de inconsciente na filosofia e na psicologia do século XIX.....	13
1.2. Os antecedentes: visão cartesiana versus visão leibniziana da mente .....	15
1.2. Discussão dos possíveis modos de ordenação.....	19
2. Tradição Metafísica.....	23
2.1. Romantismo e idealismo .....	23
2.2. Schelling.....	27
2.3. Schopenhauer .....	33
2.4. Hartmann.....	37
2.5. Carus .....	42
3.O inconsciente cognitivo e fisiológico .....	47
3.1. Herbart.....	51
3.2. Fechner.....	56
3.3. Helmholtz.....	59
3.4. Lipps.....	60
3.6. A tendência fisiológica.....	63
4. O Inconsciente em Freud.....	68
4. 1. Os traços distintivos do ponto de partida.....	68
4.2. Psicanálise: concepção de ciência e hermenêutica .....	72
4.3. Definição de Inconsciente .....	77
5. O lugar de Freud na história do inconsciente .....	82
Considerações finais.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	99

## Introdução

Este trabalho aborda a temática do *Inconsciente* enquanto conceito e problema teórico presente no desenvolvimento da filosofia e da psicologia desde a filosofia pós-kantiana até a elaboração da psicanálise por Sigmund Freud.

Muitas discussões sobre o inconsciente e sua história centram-se na elaboração do conceito em Freud ou na teoria psicanalítica, da qual ele foi o fundador. Freud é um autor intrinsecamente associado à ideia de inconsciente, sendo esta frequentemente considerada como sua contribuição original. Entretanto, a noção de inconsciente já vinha sendo abordada em contextos intelectuais e culturais anteriores. O desenvolvimento da psicanálise parte do ponto no qual discussões sobre o inconsciente ocorridas este período, dentre outras noções e conceitos – advindos dos campos da medicina, filosofia e psicologia. Contudo frequentemente se perde de vista tal desenvolvimento histórico, e este período é tratado como mero prelúdio à invenção da psicanálise, como se noções pré-psicanalíticas do inconsciente já não cumprissem um papel central nas teorias e obras dos autores que abordavam o tema. A existência e extensão dessas discussões teóricas, anteriores à psicanálise, é evidente a qualquer um que contemporaneamente se debruce sobre essa questão. O que cabe perguntar, e esse é nosso intuito nesta pesquisa, é o modo como Freud se articula na discussão acerca do inconsciente no final do século XIX.

A tese comumente encontrada é a de atribuir a Freud o papel de inventor ou descobridor do inconsciente enquanto noção nova e inédita, um herói solitário que promulgava ideias heréticas recusadas pela ortodoxia da época. Contudo, se existe algum mérito nesse tipo de afirmação, ela deve ser pormenorizada, pois “o inconsciente” já vinha sendo amplamente debatido, principalmente no âmbito da filosofia e da psicologia alemã, aparecendo também na França e Inglaterra. Como aponta Sebastian Gardner:

O conceito de inconsciente está agora tão firmemente associado a Sigmund Freud que é difícil imaginar uma concepção alternativa do inconsciente, que de alguma forma não dependa ou derive da psicanálise. No entanto, como os estudos da pré-história da psicanálise enfatizam, Freud não introduziu o conceito do zero: já em 1900, quando *A Interpretação dos Sonhos* é publicada, o inconsciente era uma temática intelectual bem estabelecida" (GARDNER, 2010, p. 107)<sup>1</sup>.

O conceito de *inconsciente* possui peculiaridades próprias, visto que, obviamente,

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. Todas as citações de obras em inglês sem tradução ao português são traduções livres efetuadas por nós.

diz respeito a algo que nossa consciência não tem acesso, o que implica ser algo que não podemos perceber por vias diretas. O termo também não é empregado de modo homogêneo, não tem uma definição constante, sendo utilizado de diferentes modos por diferentes autores ao longo do século XIX.

Como Freud se move nesse contexto? Amplamente documentado é o fato de que ele inicia sua conceitualização sobre o inconsciente a partir de observações clínicas que, como médico, se depara durante o tratamento de pacientes histéricas. Para a compreensão de sua própria prática, e do funcionamento psíquico da histeria, Freud se vê levado estudar, teorizar e acaba por deixar sua marca indelével sobre a história desse conceito. Mas as ideias não surgem *ex nihilo* para Freud, e nem apenas se derivam de sua prática empírica, mas continuam um debate no qual o psicanalista como médico, como estudioso de psicologia e de filosofia, era bem versado.

Embora haja muitos escritos sobre Freud que apontam sua filiação a determinadas tradições, ou que tentam situá-lo no contexto geral da psicologia, filosofia e medicina do final do século XIX, parte dos comentadores que se dedicam a essa temática assumem posição enviesada, por um lado glorificando o mestre da psicanálise, por outro, retirando seus méritos. Do primeiro grupo, muitos são propriamente psicanalistas, defensores da obra freudiana e tendem a trabalhar de forma a demonstrar sua absoluta originalidade, tratando as circunstâncias que permitiram a emergência de sua obra, e seu contexto histórico, como mero pano de fundo. Isso se deve principalmente a difusão de uma certa “historiografia oficial” da psicanálise que justamente tenta pintar Freud como grande desbravador<sup>2</sup>.

Inversamente, outros comentadores partem de uma postura quase hostil à psicanálise, insinuando que Freud teria meramente se utilizado de várias das ideias que já estavam em circulação para promover sua própria prática.<sup>3</sup> Como diz Monzani (1988):

De um lado, os psicanalistas, que aceitavam (como a maioria faz até hoje) cegamente, sem discutir nem questionar, a teoria e os conceitos que guiavam sua prática, prática esta que era a única coisa que os interessava. Do outro lado, floresceu uma leitura crítica, no mau sentido do termo, onde se procurava mostrar a falsidade das teorias freudianas, produzindo estranhas alianças entre

---

<sup>2</sup> É provavelmente o melhor representante dessa “bibliografia oficial” celebratória (por vezes chamada de “hagiográfica”) a bibliografia de Freud escrita por Jones.

<sup>3</sup> Como exemplo de autores que tentam, se não desmerecer Freud diretamente, pelo menos derrubar a “mitologia” por trás de sua figura e obra, são Patricia Kitcher, Sonu Shamdasani e Frank Sulloway. Cf. por exemplo, Ffytche 2014 p.12).

escolas às vezes opostas e cujo resultado não foi outro senão a deformação sistemática do pensamento de Freud. A mais célebre e bisonha dessas críticas foi aquela que acusava a teoria freudiana de pan-sexualismo. É preciso, com certeza, não ter lido seriamente nenhuma obra de Freud ou ser de extrema má-fé para sustentar tal ideia. Assim, entre uma prática cega e uma leitura preconceituosa, a obra de Freud foi subsistindo, como se diz, "aos trancos e barrancos" e pouco se fez realmente no sentido de se tentar saber o que esse discurso dizia ( p. 119).

Esse tipo de discussão polarizada faz com que se perca a chance de buscar entender efetivamente quais as articulações existentes entre Freud e seus predecessores. Disso decorre, também, uma tendência de apenas apontar similaridades entre a obra do psicanalista e de autores posteriores, ou algumas relações biográficas, sem de fato analisar a relação existente entre essas similaridades apontadas, ou as consequências intelectuais dessas aproximações biográficas, - o que pode ter certa utilidade no estabelecimento de uma historiografia, mas não tanto em auxiliar a compreensão exegética acerca da obra de Freud.

Como exemplo: são frequentemente apontadas certas similaridades em termos de conceito e terminologia entre Freud e Herbart; ambos falam de um tipo de dinâmica de *representações inconscientes* e ambos usam o termo *repressão* para se referir à ausência de certas representações na consciência. Mas nesses trabalhos, frequentemente, não são estabelecidos propriamente nexos conceituais que ajudem de fato a elucidar as ideias de um e outro autor. Discute-se bem mais as minúcias históricas, do que pontos que podem ser levantados a partir de problemáticas internas à obra de Freud.

É importante a elucidação prévia sobre essa história, a consequente admissão de que Freud não é o primeiro a teorizar a respeito do inconsciente, e a compreensão sobre as teorias anteriores, se quisermos verificar de fato quais contribuições e inovações seu conceito propriamente traz - bem como precisar o papel que o conceito cumpre no interior de sua obra. O presente trabalho pretende, então, analisar a teorização freudiana sobre o inconsciente, tendo tal contexto como panorama. Somente a partir disso se pode discutir realmente o lugar de Freud na história do desenvolvimento do conceito e o papel que este desempenha em sua obra e, assim, diante disso podemos avaliar o sentido de Freud tratar por exemplo de que "o eu não é mais senhor de sua própria casa".

Porém, apesar de reiteradamente afirmarmos que havia uma ampla e importante tradição de discussão sobre inconsciente, essa ainda era uma ideia polêmica, rechaçada por diversos autores como um conceito autocontraditório ou sem valor e utilidade. (Ao

menos) A tese de um inconsciente psíquico muitas vezes era negada, tida como uma impossibilidade pelos autores que defendiam a equiparação entre mente e consciência - autores para os quais, falar de representações ou sensações inconscientes seria um contrassenso. Inclusive é notável que Freud em vários dos seus textos põe diante de si explicitamente a tarefa de justificar a legitimidade de falar em fenômenos inconscientes no âmbito da psicologia.

Dito tudo isso, cumpre notar que não pretendemos aqui estabelecer exatamente uma genealogia do desenvolvimento histórico do inconsciente, de Leibniz a Freud, mas sim tentar obter uma visão de conjunto, esquemática, sobre os diversos modos em que o conceito era utilizado, e assim conseguir criar condições para o entendimento do uso freudiano do conceito, em relação aos diversos usos anteriores.

A partir da consideração de que é parte do próprio objetivo da psicanálise permitir a elaboração de *explicações* (causais) para o surgimento de sintomas e outras manifestações do inconsciente. Isso ocorre pela filiação a um tipo específico de prática científica e a uma noção *determinista* da vida psíquica - e sem o apelo a causas físico-químicas ou neuronais; a psicanálise pertenceria ao domínio da psicologia *enquanto ciência natural* (a despeito de quaisquer diferenças ou rupturas epistêmicas que possa haver). A partir disso, podemos inserir Freud em certas tradições e âmbitos de discussão específicos, bem como entender os motivos de sua elaboração e a quais teses ele se opõe. Porque se não pode ser dito que Freud criou o conceito de inconsciente, ao mesmo tempo é certo que Freud possui visões bastante particulares e certas inovações no tratamento do termo<sup>4</sup>.

Iremos considerar aqui a obra de Freud do começo do século XIX, focando nas noções de inconsciente presentes em “Algumas considerações sobre o conceito de

---

<sup>4</sup> Deve aqui ficar claro que não pretendemos, de maneira alguma, diminuir a importância de Freud como pioneiro de uma teoria, ciência, e técnica de tratamento em muitos sentidos original e inovadora, apenas pormenorizar a discussão. Devemos destacar também que não entraremos na discussão acerca da relação entre psicanálise e psicologia. Para efeitos deste trabalho, consideramos a psicanálise freudiana como uma proposta de psicologia científica. Mesmo que se considere psicanálise e psicologia como campos de conhecimento e prática distintos, ainda assim achamos legítimos, durante o período específico de estabelecimento dessas disciplinas, não estabelecer uma separação rígida entre ambas. Freud trabalhava em sua proposta, que convivia com outros projetos de estabelecimento de psicologia científica, como os de Wundt, Fechner ou Brentano. Todos possuíam entre si diferenças metodológicas, e definiam diferentemente o objeto da psicologia; igualmente todos tentavam fundamentar uma ciência que investigasse o psiquismo. Se a psicanálise atualmente deveria ser considerada como parte do campo da psicologia, essa seria outra discussão

inconsciente” (1912) e “O inconsciente” (1915), e no capítulo 7 de “A interpretação dos sonhos” (1900), textos que, mais explícita e especificamente, tematizam a definição e a problemáticas a respeito do inconsciente. Tal período corresponde à formulação da primeira tópica freudiana, que foi sua primeira elaboração sistemática publicada sobre o funcionamento psíquico<sup>5</sup>.

No caso do trabalho acerca da história do inconsciente dos demais autores, focaremos principalmente em bibliografia secundária, tendo como obras de referência “The Foundation of the Unconscious: Schelling, Freud and the Birth of the Modern Psyche” de M. Ffytche, “Soul, Mind and Brain from Descartes to Cognitive Science” de P. Percere, “The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry” de H. Ellenberger, “Introdução à epistemologia freudiana” de P. Laurent Assoun e principalmente em “Thinking the Unconscious: Nineteenth-Century German Thought”, coletânea de vários artigos editados por M. Libcher e A. Nichols.

Esse trabalho possui três partes. Na introdução e no primeiro capítulo discutiremos o surgimento da utilização de “inconsciente” na filosofia moderna, precedente a nosso foco temporal, mas que leva ao status da discussão do conceito que veremos na parte seguinte<sup>6</sup>. No segundo e terceiro capítulo faremos nosso recenseamento panorâmico de alguns dos principais autores e correntes que se utilizavam do conceito de inconsciente, divididos em duas tradições principais; uma romântica e idealista e outra referente à psicologia acadêmica científica. Nos capítulos quatro, cinco e seis nos debruçamos sobre a obra de Freud, mais especificamente, no uso específico de inconsciente e sua relação com as tradições discutidas anteriormente.

---

<sup>5</sup> Não nos debruçamos aqui sobre as concepções de psiquismo de Freud posteriores a 1915, sobre a 2ª tópica ou 2ª teoria pulsional.

<sup>6</sup> Há historiografias com apontamentos sobre a utilização de inconsciente em contextos muito anteriores, em filósofos neoplatônicos e medievais. Mas consideramos tal fato não relevante a discussão e problemas tratados aqui. Também não falaremos exclusivamente do século XIX começando por tratar de Descartes, Leibnitz, Kant, autores de séculos anteriores. Mas nosso objetivo ainda assim é a forma como essa discussão havia se estabelecido no século XIX ou, a história de como tal diálogo filosófico chegou a Freud.

## 1. O conceito de inconsciente na filosofia e na psicologia do século XIX

O conceito de inconsciente era amplamente debatido e utilizado em discussões sobre psicologia e filosofia durante o século XIX, cumprindo diversas funções nos contextos em que era utilizado. Essas discussões versavam sobre o que constitui e qual o modo de funcionamento da mente, da atividade psíquica; se elas se restringiam aos atos da consciência, ao que temos acesso imediato, ou se admitiam algo que ia além disso, algo que não possuímos acesso.

As primeiras referências a seu uso, ao menos no contexto moderno, apontam para autores como Leibniz, Kant e Wolf. O inconsciente também desempenha um papel nas tradições hipnóticas desenvolvidas a partir do mesmerismo<sup>7</sup> e em autores do romantismo alemão, embora nesses últimos autores, raramente o conceito fosse explicitamente desenvolvido. Posteriormente, o inconsciente ocupa um importante lugar no processo de estabelecimento da psicologia enquanto ciência autônoma no decorrer do século XIX. Teorizações sobre o inconsciente são efetuadas por diversos outros autores como Herbart, Fechner, Schopenhauer, Schelling, Goethe.

Em algumas de suas acepções, esse algo diz respeito ao âmbito do mental, pertencendo assim a nossa mente, mas sem poder ser diretamente conhecido. Nesse caso, fala-se de representações e afetos inconscientes, que possuiriam algum papel no funcionamento do psiquismo humano, o que é uma noção que apresenta problemáticas próprias, pois como falar do que é em nós, pensamento, mas que não podemos apreender?

Havia na Inglaterra, por exemplo, grande discussão em torno do termo, sendo que uma posição majoritária era a de que ideias e percepções inconscientes não poderiam ser mentais, mas apenas fisiológicas, tendo sido cunhado o termo “cerebração inconsciente”. Nesse debate, se estabelece uma linha divisória: a psicologia referida ao estudo da consciência e a fisiologia ao estudo de qualquer fenômeno inconsciente. Tal discussão sobre inconsciente, centrada em seu caráter psíquico - ou inversamente sobre a impossibilidade de um psiquismo inconsciente - é uma das mais importantes no que se refere a história da psicologia como um todo e a Freud em particular.

---

<sup>7</sup> Mesmerismo é o nome da teoria do “magnetismo animal” desenvolvida por Anton Mesmer por volta da década de 1770. Foi o que iniciou e grande precursor das técnicas e teorias da hipnose que eventualmente chegariam a Freud e Charcot. O mesmerismo enquanto tradição é uma tradição médica rejeitada pela academia e que corre paralela ao romantismo, tomando vários empréstimos das *Naturphilosophie*. Cf. Ellemberguer (1994) e Cazeto (2001)

Outros autores e linhas de pensamento não centravam a discussão sobre inconsciente em torno do psiquismo, mas o tratavam como externo ao sujeito ou como algo em essência mais primitivo do que a mente.

Uma questão bastante particular se impõe quando se tenta analisar a possibilidade de postulação desse conceito específico: “Qual poderia ser o estatuto de uma teorização cujos conceitos tratam de uma realidade que escapa totalmente à percepção e ao conhecimento imediato pela consciência? Como compreender a elaboração de um conceito cuja referência não é logo perceptível, nem pode ser observado diretamente pelos recursos habituais?” (Honda, 2013, p.42). Também nas demais ciências, há a postulação de construtos teóricos e teorias que versam sobre fatos que não são ou não poderiam ser percebidos diretamente pela nossa consciência. Mas na psicologia a situação é outra, devido ao objeto a ser investigado ser o próprio sujeito, ou suas representações e funções psíquicas. Assim, trataríamos de algo pertencente a nossa mente, a nossa subjetividade não algo, pelo menos não completamente, externo a nós. Sobre a introdução conceitual de inconsciente em esquemas teóricos, Sebastian Gardner comenta que:

Toda introdução de um conceito de inconsciente em um contexto teórico, seja psicológico ou filosófico, necessita de justificativa e isto, naturalmente, deve ter a ver com ganhos de explicação; seja transcendental (como em Schelling) ou empírico-psicológica (como em Freud). Mas a designação de "inconsciente", por si só não identifica uma propriedade que gira qualquer roda explicativa: ela apenas cria espaço para a postulação de algo que teria um papel explicativo - por derrubar a barreira epistemológica para a postulação desse algo, que existiria devido a sua inexistência na consciência (GARDNER, 2010 p.174)<sup>8</sup>

O inconsciente se insere necessariamente na discussão sobre o status de fenômenos inobserváveis. E a que se refere esse conceito? Um princípio ou substância?

Apenas um modo de funcionamento cerebral? Pura ficção heurística? É usado de todas essas maneiras no decorrer do tempo, por vertentes distintas, respondendo a questões distintas. É um conceito por vezes encarado com desconfiança ou incômodo por certa ortodoxia científica. Afinal, é um tema que, desde seu desenvolvimento no romantismo, versava sobre objetos considerados místicos, metafísicos, ou à margem dos

---

<sup>8</sup> Every introduction of a concept of the unconscious in a theoretical context, whether psychological or philosophical, stands in need of justification, and this must of course have to do with gains of explanation, whether transcendental (as in Schelling) or empirical- psychological (as in Freud). But the designation “unconscious” does not of itself identify a property which turns any explanatory wheels: it merely creates a space for the postulation of something that will do explanatory work, by lifting the epistemological barrier to its postulation set by the item’s non-existence in consciousness.

cientificamente mais reputáveis e, frequentemente, utilizado por charlatões e espiritualistas.

Muitas dessas linguagens do inconsciente tendem em direção ao abertamente religioso ou metafísico – as vezes o inconsciente indica nada menos do que o poder imanente e misterioso de um criador divino, ou da “natureza” ou do “absoluto” que vem a substituir isso somente de maneiras parcialmente secularizada. [...] igualmente, porém, e desde cedo no século, o inconsciente é usado, de uma maneira mais limitada e empírica, para indicar funções automáticas, tais como reflexos (FFYCHE, 2014 p. 20).

A possibilidade dessa polemica, se torna presente já no século XVII a partir dos desenvolvimentos filosóficos de Descartes e Leibniz; anteriormente, portanto, às principais tradições aqui discutidas. Mas as gerações subsequentes trataram de reatualizar partir de tais polemicas.

## 1.2. Os antecedentes: visão cartesiana versus visão leibniziana da mente

Pelo menos desde Descartes há a atribuição de uma prioridade epistêmica aos fatos da consciência, aos quais teríamos acesso direto e seriam indubitáveis. Em sua obra filosófica há o estabelecimento da identidade entre o *cogito* e a consciência; nessa perspectiva, o que é consciente é mental e o que é mental é consciente. Descartes define pensamento como aquilo a que temos acesso conscientemente, sem a necessidade de inferir nada a partir do comportamento, da empiria. Pensamentos podem ser observados diretamente em 1ª pessoa e o fato de termos consciência imediata deles os faz fenômenos mentais (BISHOP, 2010; MICHEL, 2019).

[Descartes] associa a *res cogitans*, ou substância pensante, exclusivamente à consciência. A famosa proposição *cogito ergo sum* ("penso logo existo") relaciona a essência do ser humano - em outras palavras, a alma - exclusivamente ao pensamento e, portanto, à consciência. Como apenas o pensamento consciente garante a existência do sujeito humano, então é literalmente impossível, em termos cartesianos, conceber estados mentais inconscientes, já que estar sem consciência significaria não ter nenhum ser. Como observa Descartes: "poderia ser que caso eu deixasse totalmente de pensar, eu deva deixar totalmente de existir". (NICHOLLS e LIEBSCHKE, 2010, p. 4).

Nessa perspectiva não há sentido em se falar de representações ou sensações inconscientes. Mais do que isso, Descartes coloca o *self* auto-evidente como princípio fundamental da filosofia (HENRICH, 2016, p. 37). À consciência era concedida

prioridades epistêmicas, por ela ser auto-evidente. Os conhecimentos obtidos a partir dela eram seguros e confiáveis, ao contrário das percepções externas provenientes dos sentidos. Isso permite que os conhecimentos racionais obtidos através da análise dos conteúdos da consciência fossem usados como base para fundamentar todos os demais. Contudo, não é dada tanta importância ao estudo sistemático da auto-consciência em si, no seu valor subjetivo e psicológico; seu caráter auto-evidente a torna mais fácil de conhecer do que qualquer coisa externa, e sua investigação não representa grande problema epistemológico. A investigação da auto-consciência, ou da mente em si poderia ser talvez desnecessária inclusive, pela sua natureza de ser clara e simples. O interesse principal é em seu papel enquanto fundamento.

A perspectiva cartesiana começa a ser questionada já por Leibniz. Segundo ele, há a possibilidade de algo ser propriamente mental, mas não consciente: representações com intensidades excessivamente baixas, ou para as quais não dirigimos a atenção. Isso remete ao que vinha sendo pautado desde o começo da filosofia moderna, com diferentes respostas oferecidas por Locke, Descartes e pelo próprio Leibniz: a questão de saber se o pensamento é contínuo, a mente sempre ativa, ou se há interrupção do pensamento em alguns momentos, como durante o sono?

Descartes acreditava que o pensamento era contínuo (não era interrompido em situações de sono, desmaio, esquecimentos etc.) e sempre consciente; Locke defendia a ideia de que o pensamento era sempre consciente, mas descontínuo, havendo interrupções durante o sono e em outras circunstâncias; Leibniz sugere que o pensamento é contínuo, mas que pode ser inconsciente. (SAND, 2014, p. 1).

Essa questão pode parecer banal, mas coloca em jogo certos problemas teológicos e filosóficos importantes à época. Pois, se alma é considerada idêntica à mente e mente à consciência, cessar da atividade mental levaria ao cessar da existência da alma. Como garantir a unidade da alma, sua continuidade após a morte (imortalidade), dentro desse paradigma? Como propõe Bell: "A fim de assimilar a nova filosofia de Descartes, e depois, de Hume, Leibniz e os idealistas alemães precisavam postular uma área desconhecida (e incognoscível) de atividade mental que garantisse a integridade da mente"<sup>9</sup> (BELL, 2010, p. 159).

---

<sup>9</sup> "In order to assimilate the new philosophy of Descartes and later Hume, Leibniz and the German idealists needed to postulate an unknown (and unknowable) area of mental activity that guaranteed the wholeness of mind"

Uma problemática posta pela posição de Descartes era, por exemplo, qual seria o status do pensamento durante o sono, quando não temos acesso fenomênico a ele e aos seus conteúdos? Ele responde com a alternativa de que a alma está sempre pensando, mas não necessariamente consegue rememorar esses pensamentos (SAND, 2014, p. 1). Assim, o dualismo cartesiano colocaria em jogo uma questão insolúvel em seu próprio paradigma? Definir o pensamento, como faz Descartes, como sempre continente e ao mesmo tempo enquanto essência da alma vai de encontro a possibilidade de uma alma imortal e incessantemente ativa.

Locke por sua vez considerava absurda qualquer suposição de pensamentos inconscientes - "O que havia, segundo Locke, eram operações mentais das quais éramos conscientes: 'percepção, pensar, duvidar, acreditar, raciocinar, saber, querer'. Esses eram atos que podíamos observar em nós mesmos"<sup>10</sup>. (SAND, 2014, p. 2) Ele comparava a ideia de ter pensamentos e percepções - sem tomar nota delas - a estar feliz sem perceber, sendo essa uma suposição absurda.

Leibniz responde que não precisamos supor uma interrupção do pensamento por não estarmos cientes deles. A alma pensa e deseja quando estamos dormindo ou sem consciência, mas tais atividades ocorrem inconscientemente. O filósofo muda a concepção cartesiana de consciência, que passa de uma característica essencial do pensamento à uma característica que não necessariamente o acompanha.

Há centenas de indicações que nos levam a concluir que a cada momento há em nós uma infinidade de percepções, não acompanhadas por consciência ou reflexão; isto é, alterações na própria alma, das quais não temos conhecimento. (SAND, 2014, p. 3)

Leibniz considerava inclusive que havia um *continuum* de graus de consciência, não só no que diz respeito às nossas percepções, mas aos diferentes tipos de organismo e seres. Levando-se em consideração que exista tal níveis em um continuum consciência/inconsciente, deveria haver algum limiar a partir do qual não temos acesso fenomênico às representações. O aumento da atenção dirigida ou da intensidade do estímulo podem fazer esse limiar ser trespassado. Mas, mesmo estímulos que não sejam conscientemente apreendidos são percebidos: o exemplo clássico é o da percepção do barulho das ondas do mar.

---

<sup>10</sup> "What did exist, according to Locke, were mental operations of which we were conscious: "perception, thinking, doubting, believing, reasoning, knowing, willing." These were acts which we could observe in ourselves."

Leibniz comenta que, quando estamos conscientes do barulho das ondas, é de um agregado de sons produzidos pelas ondas individuais – mas não temos consciência, percepção, do som de cada onda individual, apenas do acúmulo de sons, e antes de um acúmulo suficiente de percepções insignificantes, elas são registradas, mesmo que não conscientemente ouvidas. Não ouvimos cada uma das gotas de água da chuva, mas elas devem marcar algum efeito em nós, de outro modo não perceberíamos a chuva em conjunto (Cf. SAND, 2014, p.10 e MOREJON ,2017, p. 6).

Se somos afetados é preciso que haja algum tipo de percepção, mesmo que tal percepção não seja notada de modo consciente; constantemente somos afetados a uma multidão do que ele chama de *petites perceptions* [pequenas percepções], desacompanhadas de consciência, abaixo desse limiar, mas que moldam nossa experiência (FRANKISH e EVANS, 2009, p. 4). Mesmo as percepções claras são compostas por percepções individualmente insignificantes ou confusas, essas *petites perceptions* inconscientes estão sempre em ação, agindo sobre a nossa consciência, nossos desejos – cumulativamente influenciando as disposições da alma (Morejon, 2017, p. 8)

Para tratar desse tipo de percepção que é de algum modo percebida, mas não notada, Leibniz estabelece em sua obra uma distinção entre *percepção* e *apercepção*. Percepção corresponde ao estado interno da alma representando coisas externas enquanto a *apercepção* é a reflexão sobre esses estados da alma. A *apercepção* é a consciência, a cognição reflexiva desse estado interno. É o que garante a existência da consciência, que deriva assim de um processo secundário. Não dada imediatamente pela percepção, mas necessitando um ato reflexivo, a *apercepção* não é dada à alma em todos os momentos (Michel 2019). A partir dessa diferença se torna possível considerar momentos em que aparentemente (conscientemente) não se percebe nada - interrupções da consciência como sono e desmaios - sem insinuar também uma interrupção da atividade anímica (Morejon ,2017, p. 4).

Sand (2014, p. 15) argumenta que já existe em Leibniz uma elaboração forte de determinismo psíquico inconsciente, uma vez que ele considerava que representações imperceptíveis agiam frequentemente como causa de diversos comportamentos. Ou seja, mesmo quando alguma ação específica é fruto de deliberação voluntária, é possível que tal decisão tenha sido influenciada por sensações não percebidas. Essa noção torna compreensivos comportamentos humanos aparentemente irracionais. É possível saber

racionalmente qual é o certo a se fazer e, mesmo assim, agir do modo considerado errado, uma vez que a vontade não é determinada apenas pelo que transparece no entendimento consciente (MOREJON, 2017, p. 2). Leibniz inaugura uma perspectiva importante na tradição da psicologia alemã ao contrariar Descartes e sustentar que a mente é sempre ativa e não se identifica com a consciência. (BELL, 2010 p. 159). Importante destacar que a partir das discussões entre as perspectivas cartesianas e leibnizianas, o conceito de inconsciente é atrelado a diversas polêmicas e questões a respeito da natureza do sujeito, da liberdade e acerca do objeto e do método da psicologia e da filosofia.

## 1.2. Discussão dos possíveis modos de ordenação das tendências principais no uso do conceito de inconsciente na filosofia e psicologia.

O debate acima exposto, fruto do tensionamento das visões de leitura leibniziana e cartesiana sobre a consciência, influenciará novas perspectivas de análise. Um argumento central das visões dos proponentes dessa chamada “visão leibniziana” é o de que podemos representar em nossa mente mais do que podemos conscientemente discriminar em um dado momento, ou lembrar no momento seguinte. Uma breve ação de dirigir a atenção facilmente faz com que apareçam conscientemente representações que não estavam assim no momento precedente.

Ainda assim, Gardner (2003, p. 108) afirma que, mesmo que o conceito de inconsciente tenha sido bastante prevalente no período entre 1870 e 1914, era muito indeterminado em relação à versão psicanalítica. Para o autor isso seria reflexo de seu entrelaçamento com duas questões mais amplas da psicologia do final do século XIX, a saber, o desenvolvimento da psicologia enquanto ciência particular e sua separação da filosofia: “A oposição entre o naturalismo materialista em ascensão e o impulso contrário para preservar algo dos sistemas metafísicos que dominavam as três primeiras décadas do século”<sup>11</sup> (ibid., p. 108). Ou seja, o conceito de inconsciente surge de dois contextos distintos:

(1) O da psicologia experimental nascente, que postulava entidades e processos mentais inconscientes, que eram necessários para alguns autores, na medida que os dados obtidos através dos métodos introspectivos se mostravam insuficientes. (GARDNER,

---

<sup>11</sup> “The opposition between ascendant materialistic naturalism and the contrary impulse to preserve something of the metaphysical systems which had dominated the first three decades of the century.”

2013, p. 109).

Brentano (1836-1917), um autor dos autores preocupados com o estabelecimento de uma psicologia científica (embora tenha uma perspectiva mais filosófica do que experimental), dedica um capítulo inteiro à questão do inconsciente e apresenta a polêmica dos autores sobre a validade de postulação dessa ideia. O autor, inclusive rejeita a existência efetiva de, em seus termos, uma “consciência inconsciente”, mas defende a pertinência da discussão:

Algumas pessoas simplesmente balançariam a cabeça para esta pergunta. Postular uma consciência inconsciente lhes pareceria um absurdo. Mesmo psicólogos eminentes, como Locke e John Stuart Mill, consideram-na uma contradição direta. Mas (...) uma pessoa que levanta a questão de se existe uma consciência inconsciente não está sendo ridícula da mesma forma que seria caso perguntasse se existiria uma vermelhidão não-vermelha. No entanto, por mais numerosas que sejam as fileiras dos que falam a favor dos fenômenos mentais inconscientes, a teoria ainda está longe de ter alcançado o reconhecimento geral.<sup>12</sup> (BRENTANO, 1874/2009, p. 79).

(2) O inconsciente também aparece em contexto de elaborações metafísicas. Desse modo, associando-se a uma tendência cultural completamente distinta da psicologia experimental, “a saber, a onda de interesse em Schopenhauer e um recrudescimento do romantismo (em uma forma nova, pessimista) no final do século XIX” (GARDNER, 2003, p. 108)

Grande parte da filosofia romântica era metafísica, no sentido de que estava envolvida na exploração de um reino além de toda experiência. Esta realidade transcendente poderia ser alcançada apenas pela razão. O inconsciente dos filósofos românticos era uma construção metafísica. A teoria do inconsciente pessoal, por outro lado, é uma hipótese científica cuja validade depende de evidências obtidas através da observação ou da experiência. (GARDNER, 2010, p. 94) .

Baseamos nossa linha de investigação sobre os modos que o inconsciente aparece no século XIX na concepção de dois comentadores: O primeiro, Günter Gölde, que propõe um modo de classificação a partir do que chama de *linhas-tradições*” (*tradition-lines*) que haviam no contexto germânico. O autor determina três principais linhas: uma cognitiva, uma romântica e outra que chama de tradição *pulsional-irracional* (*drive-*

---

<sup>12</sup> Some people would just shake their heads at this question. To postulate an unconscious consciousness seems to them absurd. Even eminent psychologists such as Locke and John Stuart Mill consider it a direct contradiction. But (...) a person who raises the question of whether there is an unconscious consciousness is not being ridiculous in the same way he would be had he asked whether there is a non-red redness. nevertheless, however numerous the ranks of those who speak in favor of unconscious mental phenomena have become, the theory is still far from having attained general recognition

related irrational). Outro comentador, Romand (2012), propõe outro esquema classificatório um pouco diferente, mas com alto nível de sobreposição, no qual distingue as concepções de inconsciente entre cognitivo, fisiológico e metafísico.

O chamado inconsciente cognitivo em ambos os autores, parece se referir ao mesmo movimento, qual seja, uma tendência a qual pertencem teorias que tentam estabelecer leis e explicações psicológicas para o funcionamento mental que possam ser tratadas cientificamente. Esta tendência inclui nomes como Helmholtz, Lipps e Herbart. (GÖDDE, 2015 p. 263) Nessa tendência, o inconsciente surge com o papel de hipótese necessária na construção de sistemas de psicologias científicas deterministas.

A tendência fisiológica, proposta por Romand (não postulada por Gödde), admite a existência de fenômenos inconscientes e trata-os como pertencentes exclusivamente ao âmbito fisiológico, sendo justamente não mentais ou não psíquicos por serem inconscientes. A tendência metafísica abordada por Romand inclui o uso do termo também em um sentido psicológico, embora não seja passível de ser tratado em linguagem científica, caso no qual o inconsciente se converte em um princípio explicativo geral, baseado em certos poderes obscuros da mente.

O que Gödde coloca como tendência “pulsional-irracional” é uma tradição da qual participaram autores como Schopenhauer, Nietzsche e Hartman, que parte de certas formulações feitas por Schelling, no final de sua obra, baseado nas noções de impulso, desejo e pulsão, e que “levaram ao reconhecimento de vontades potencialmente perigosas e destrutivas inerentes à natureza humana”. A linha que ele chama de romântica, representada pelo romantismo alemão de modo geral, se caracteriza por originar-se do temor de que o iluminismo poderia levar a um racionalismo mórbido e estafado, caso as dimensões emocionais, fantásticas e irracionais da vida não fossem levadas em conta. (GÖDDE, p. 263).

Seguiremos basicamente a mesma taxonomia de Romand. Acreditamos que essa forma de nomear permite apontar três tipos de uso do conceito de inconsciente, referente a três problemáticas distintas - cada uma dessas tradições que se utilizaram do conceito, o usaram como resposta a determinadas questões, como apontaremos a seguir.

Chamaremos aqui de ‘cognitiva’ a tradição de autores que usam o inconsciente como hipótese ou teoria com o intuito de fundamentar a psicologia enquanto uma disciplina científica, tratando do inconsciente como pertencente ao âmbito do psiquismo individual. O inconsciente, nessa tendência, responde ao problema do estabelecimento da psicologia enquanto ciência, distinta da filosofia e da fisiologia.

Chamaremos de tendência ‘fisiológica’ a linha na qual o inconsciente era usado para indicar funções automáticas, tais como reflexos ou outros processos cerebrais sobre os quais não temos acesso ou controle conscientemente. O inconsciente nessa tradição é usado na resposta do problema da distinção entre o físico e o psíquico, e sobre a qual a demarcação entre fisiologia e psicologia - sendo usado para delimitar a parte “não psicológica” nessa classificação: o inconsciente pertence e delimita o reino da fisiologia, a consciência demarca o domínio da psicologia<sup>13</sup>.

A última tendência é chamar de romântica e metafísica. Essa tradição se inicia nos autores do romantismo alemão, mas também abarca idealistas como Schelling e mesmo autores não vinculados diretamente a essas tendências, como Hartmann e Carus. Tais pensadores usam o inconsciente como elemento para responder a problemas sobre a natureza do sujeito e a possibilidade de sua autonomia - seria o que permite a possibilidade de o sujeito ser constituído por algo que não pertença nem a sua consciência, nem que esteja sujeito a leis naturais deterministas. Essa tradição, em oposição às anteriores, trata o inconsciente como não restrito ao âmbito individual: o inconsciente seria usado como fundamento metafísico do sujeito, ou da natureza, e se um indivíduo, de algum modo, possa se dizer ter em si algo inconsciente, ele é transcendente a qualquer uma pessoa singular: “O inconsciente” como concebido aqui é uma parte de um sistema metafísico e também em si é metafísico. Ele não necessita de evidência para sua validade. Tal inconsciente não é o inconsciente pessoal, o inconsciente dos pensamentos, sentimentos e motivação pertencente a indivíduos” (GARDNER, 2010, p. 95)<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Tal tradição terá será menos o foco deste trabalho do que as demais. Inclusive por nela o inconsciente ocupar menos o papel de ter uma função conceitual, e mais em estabelecer a distinção entre âmbitos científicos diversos.

<sup>14</sup> Tal modo de ordenação não é exaustivo. Como já colocamos, o mesmerismo passa ao lado da tradição romântica, e mesmo na Inglaterra havia usos do inconsciente em escolas distintas das da “cerebração inconsciente”. Priorizamos certos elementos e tradições em detrimento por nos permitir seguir certas linhas conceituais e históricas. Assim optamos por seguir nosso estudo por determinadas linhas, correndo o risco de pecar por omissão ou brevidade, com o intuito de tentar estabelecer um caminho que tenha um sentido e levante questões, para além de mero recenseamento histórico.

## 2. Tradição Metafísica

### 2.1 Romantismo e idealismo

Existe grande polemica sobre a definição do termo “romantismo”, seus elementos constituintes e unificadores. Muitas vezes, e definido em oposição a outras tradições como o iluminismo ou o classicismo, que tampouco possuem definição consensual inequívoca. Entretanto, não precisamos no momento nos ater a uma definição precisa, apenas caracterizar traços de uma tradição (anterior ao século XIX) que possui papel importante em nosso percurso (cf Loureiro 2002 para uma discussão mais aprofundada)

Segundo Beiser (2014), o termo Idealismo Alemão geralmente se refere à tradição dos filósofos de Kant à Hegel. Mais especificamente se refere às doutrinas que prosperaram e foram expostas por Kant, Fichte, Schelling e Hegel, aproximadamente entre 1781 a 1801.

Com a ascensão do idealismo alemão e da estética romântica no final do século XVIII e início do século XIX, as afirmações sobre o inconsciente tornaram-se comuns. Há referências frequentes a estados mentais inconscientes em Herder, Schelling, Hegel e Schopenhauer, entre outros, bem como em escritores como Goethe, Richter e Wordsworth. As concepções de inconsciente desses escritores tinham fortes conotações metafísicas e místicas. Os idealistas alemães pensavam no inconsciente como parte da estrutura subjacente da realidade e não como um postulado da psicologia empírica, e os escritores românticos o viam como uma fonte de inspiração e energia criativa. (FRANKISH e EVANS, 2009, p. 4).

O Romantismo nesse contexto se referia a um círculo de poetas e filósofos de Jena e Berlin, que incluía os irmãos Schlegel, bem como Schelling, Novalis, Schleiermacher, Hölderlin e Tieck (Beiser, 2014, p. 31). De acordo com Ffytche:

Existem boas bases para situar historicamente esse momento [o surgimento da ideia de um inconsciente psíquico] no limiar do século XIX na Alemanha, sob as asas do romantismo e do idealismo pós-kantiano. Aqui, no mínimo, encontramos a integração inicial de uma teoria do inconsciente com o meio interior da mente, designado como a “psique” ou “alma” (2014 p. 13).

Nas tradições românticas e metafísicas (que inclui o idealismo), o inconsciente se apresenta como uma tentativa de resolver a antinomia kantiana, a contradição entre a realidade simultânea de um mundo determinista e um sujeito autônomo e livre. Em resumo, como pode ser possível a liberdade em um universo no qual a natureza segue leis universais:

O principal problema que Kant procura resolver na Crítica da Razão Pura é de como a atividade da vontade e a passividade da consciência empírica podem ser reconciliadas. Para Leibniz, Wolff, Kant e os idealistas, a ideia de que existiria uma parte inconsciente (ou desconhecida, e incognoscível) da mente preservava um senso de totalidade, que era entendida como ameaçada pelo materialismo e o empirismo. (...) O postulado de uma mente desconhecida preservava a integridade da mente conhecida. (BELL, 2010, p.

Nessa perspectiva faremos neste capítulo um recorrido, buscando situar as contribuições de Schelling, Schopenhauer, Hartmann e Carus a esses movimentos, a partir da maneira que o inconsciente enquanto conceito teórico se insere em suas obras. Tais autores pertenceram, ou foram em grau relevante inspirados pelas escolas do romantismo e do Idealismo alemão. Buscamos aqui basicamente apontar os autores mais importantes para o desenvolvimento da história do inconsciente, não pretendendo abordar o idealismo ou romantismo de modo exaustivo.

Começemos por apontar que, desde pelo menos Reinhold, há a tarefa de derivar a filosofia através de princípios únicos, fundamentando os resultados da filosofia de Kant. Deveria-se, então, encontrar um princípio primordial de validade auto evidente e universal, a partir do qual seria possível deduzir a filosofia transcendental kantiana; o princípio que Reinhold sugere chama-se princípio de consciência, que se baseia no conceito de representação (HORSTMANN, 2010). Desse modo, seguindo a tradição cartesiana, a consciência, o *self*, era tido como possível princípio de fundamentação.

O idealismo de Schelling parte dessa tradição, usa o inconsciente como princípio uno (sinônimo de absoluto). Contudo, nesse caso, a consciência (ou autoconsciência) enquanto princípio é rejeitada.

O romantismo igualmente rejeita a consciência como pedra central de fundamentação (GJESDAL, 2015, p. 57). Não fundamenta sua visão no *self*, pelo menos não na encarnação racional de um “eu” completamente transparente ou identificado à razão. O *self* pode ser algo pertencente ou pertinente ao sujeito, mas não baseado na auto identificação racional, e sim naquilo que do sujeito se oculta à consciência e se conecta às forças da natureza. Para isso, a ideia de natureza para os românticos não equivale a um mecanismo causal determinista, mas a um sistema vitalista, “orgânico”, capaz de agenciar e de englobar aspectos misteriosos, ocultos e transcendentais.

O romantismo é frequentemente considerado uma reação cultural contra o iluminismo, contrário à idealização dos princípios de ordem e harmonia e racionalidade. O romantismo tende, no lugar disso, a cultivar o irracional, a emoção e a subjetividade; ao invés de universalidade. Os autores românticos defendiam as peculiaridades únicas dos

indivíduos, valorizando a excepcionalidade e os excepcionais (NORMANDIN, 2013, p. 4). Tendências místicas que foram escanteadas pelo iluminismo voltam agora à tona (ELLENBERGER, 1970, p.119; BISHOP, 2010, p. 27).

Em termos filosóficos, os românticos no geral buscam o fundamento último da natureza para além de sua aparência, que ao mesmo tempo seria o fundamento da alma e existência humana. Nesse sentido, se interessam pelas manifestações obscuras do inconsciente: sonhos, a figura do gênio, doenças mentais, ocultismo, misticismos e profecias, lendas e histórias populares (ELLENBERGER, 1970, p. 200), levando a sério fenômenos que não necessariamente eram considerados pertinentes pela ortodoxia científica, como magnetismo animal, hipnose, reflexões sobre sonhos, intuição e emoções.

Os românticos assumem algo como “um cenário interno de paisagens infinitas” (GÖRNER, 2010. p.121). No interior do romantismo, o inconsciente surge como um conceito fundamental que ligou ser humano à natureza. A exploração do lado “oculto” da mente e da existência humana, usado como combustível para a exploração mística e artística, permite a obtenção de tipos de conhecimentos não alcançáveis por outros meios (FROES e VIANA, 2016). Eles exploram tal território com métodos pseudocientíficos, e pressupõem uma área não racional da existência humana, com sua própria lógica e formas de expressão (NICHOLLS, 2010, p. 121). E aqui é desenvolvida a ideia de que a consciência iluminará apenas uma ínfima parte de um enorme conteúdo, que se manteria à margem da razão e do acesso consciente (GÖRNER, 2010, p.123). Tal conteúdo seria partilhado pela humanidade, mas tendo como fonte uma natureza primordial.

“O Romântico é individualista à medida que busca autonomia e auto afirmação no mundo do espírito, na natureza sagrada, ou na interioridade calcada no sentimento” (ARALDI, 2017 p. 13). A ideia de individualismo e autodeterminação anda junto com as críticas românticas ao iluminismo e da posição idealista de defesa da fundamentação da liberdade do sujeito. Esse movimento, segundo Ffytche (2012), se insere num contexto de surgimento da cultura burguesa, do liberalismo; uma política, e não apenas metafísica da liberdade, que anda junta ao desenvolvimento de uma ética do individualismo e da autenticidade:

O crescente interesse em uma psique inconsciente reflete não apenas a tentativa de produzir uma descrição adequada dos fenômenos da vida interior, mas também uma preocupação em estabelecer a possibilidade de um self causado por si mesmo, ou um self cuja lógica de desenvolvimento está irredutivelmente separada de formas mais sistemáticas de explicação, ou da ideia de sua

manipulação por autoridades externas ou outras causas determinantes. Essas ideias teriam uma imensa atratividade (embora contestadas), particularmente dentro de teorias liberais da individualidade (...) O inconsciente, na medida que forma a base de uma nova ciência da mente individual (em parte filosófica e transcendental, em parte natural-científico, em parte uma forma de auto-descrição moral), à primeira vista não pode ser separado das tentativas do século XIX de descrever a autonomia, a originalidade e a independência no indivíduo, ou do desejo mais amplo de encontrar novas linguagens e novas concepções da ordem humana e social (FFYTCHÉ, 2014, p. 38)

A tese de Ffytche então é a de que, complementarmente a razões filosóficas ou psicológicas, havia um pano de fundo político para se ressaltar a autonomia, a espontaneidade, a criatividade ou o autodesenvolvimento dentro dos indivíduos. A introdução do inconsciente enquanto fato psíquico ou metafísico se dá em relação a esse pano de fundo, de pressão sociopolítica de superar os vestígios de feudalismo e absolutismo (Ibid. pp.22). O inconsciente assume um papel na representação da vida individual, na constituição de uma subjetividade adequada à modernidade liberal a partir dos séculos XVIII e XIX.

Um aspecto importante do romantismo é o papel central que assume a figura do *gênio*: Ele atua como síntese, canalizador da individualidade romântica; a noção romântica de inconsciente se apresenta muito voltada à excepcionalidade de tais figuras. Goethe coloca que “tudo que o gênio faz, enquanto gênio, ocorre inconscientemente” (*Goethe apud Nichols, 2015, p 96*). Os românticos compreendem o gênio como dotado de poder de criação inconsciente, através do qual a natureza age: gênio é aquele que melhor consegue mediar o afeto, força provida da natureza, com as exigências racionais e formais da produção artística (ARALDI, 2017 p.12). O gênio captaria a sensação de infinitude, pertencentes a deus e a natureza - mas que também é interno ao self individual - e a consegue expressar. Essa sensação de infinitude não pode, entretanto, ser objeto do pensamento racional - bem como a inspiração artística, ela provém de fontes desconhecidas da natureza. Assim, é atribuído um papel positivo ao inconsciente, pois ele promove a criação artística, a exploração de caminhos de outros modos inexploráveis, a contestação das normas sociais em favor da autenticidade e da natureza (ARALDI, 2017 p.12). Instintos inconscientes no gênio atuam como um “ agente estético e corretivo moral” (GÖRNER , 2010, p.126) - apontando para caminhos melhores, mais promissores; o inconsciente possui um papel "saudável", não como nocivo ou fonte de patologias (GARDNER, 2010, p. 126).

A ideia é de algo que nos toma, quase que como uma força externa embora subjetiva. Assim, as forças inconscientes no homem pareceriam ser as mais promissoras, pelo

menos para o propósito da realização estética. Mas independentemente, o inconsciente se manifesta na inspiração do gênio, seja de modo meramente disruptivo, seja necessitando ser combinada com autorreflexão e habilidades técnicas.

Mesmo assim, na obra de Goethe por exemplo há uma tensão entre consciência e inconsciente: Homens ordinários seriam direcionados por impulsos obscuros, de acordo com sua natureza e não pelas determinações da razão e dos desejos conscientes - enquanto que o gênio, mesmo que tomado, possui capacidade mais elevada de direcionar esses impulsos (BISHOP, 2010, p.59).

## 2.2 Schelling

O filósofo idealista F. W. Schelling (1795–1800) é um dos principais expoentes do que chamamos de tradição metafísica de inconsciente. Pelo menos em suas primeiras obras, se baseia na tentativa de dar conta de uma nova concepção da natureza, considerando a influência que Kant efetua na filosofia moderna, mas se afastando de certas consequências decorrentes de um determinismo acerca dos fenômenos (BELL 2020).

A questão posta (dentre várias) pelo movimento do idealismo alemão é a de como liberdade e natureza podem coexistir; como pode existir autonomia em meio a uma natureza regida por leis deterministas. Para Kant, tais leis são acessíveis porque a cognição depende do sujeito dar forma ao pensamento.

O problema a que isto leva é de como o sujeito poderia se encaixar em uma natureza, concebida em termos determinísticos, uma vez que a capacidade de conhecimento do sujeito depende de sua capacidade 'espontânea', auto causada, de julgar em termos de categorias. A resposta de Kant a este dilema é dividir o reino "sensível" da natureza enquanto aparências ordenadas por leis, do reino "inteligível" da autodeterminação cognitiva e ética do sujeito. Entretanto, se o sujeito é parte da natureza, parece não haver maneira de explicar como uma natureza que só podemos conhecer como determinística poderia dar origem a um sujeito que parece transcender o determinismo na sua atividade de conhecer e em suas ações autodeterminadas". (BOWIE, 2010)

A condição de conhecimento dos fenômenos para Kant é o sujeito transcendental. Mas que tipo de condição é esse sujeito? Fichte e Schelling consideram que Kant não tem uma resposta satisfatória a isso. Fichte garante ao eu o papel de fundamento incondicionado da experiência possível, radicalização da noção kantiana de que o Eu não

pode ser entendido com base no mundo determinista. (BOWIE, 2010).

Como coloca Bell (2010, p. 162) “Por volta de 1800, a forma específica desse problema [da antinomia entre determinismo e liberdade] dizia respeito à percepção de que Kant havia falhado em dar conta de fundamentar a gênese de um sujeito que poderia transcender a existência empírica do sujeito enquanto uma parte da natureza condicionada.” Ou seja, de como um sistema determinista pode dar origem a sujeitos autônomos.

A saída idealista para a antinomia kantiana é rejeitar a noção de coisa em si: se o que sabemos sobre o objeto é produto da atividade do sujeito, fiquemos com essa atividade; assim toda a inteligibilidade do mundo proviria do sujeito. Ou seja: entre as alternativas de o sujeito ser criado pelo mundo ou o mundo pelo sujeito, idealistas como Fichte ficam com a segunda opção - e para isso uma nova noção de subjetividade seria necessária, para acertar onde Kant não conseguiu dar conta.

A outra alternativa dos idealistas seria considerar que como a natureza dava origem a uma subjetividade autodeterminante, então era necessário considerar a natureza como sendo mais do que uma concatenação de leis. Seria preciso também que essa fosse uma concepção monista - qualquer dualismo retornaria à questão de como pode haver determinismo sobre a autonomia - e, sendo monista, considerar uma unidade entre sujeito e natureza, sem reduzir o mundo ao sujeito ao mesmo tempo que resguardando a liberdade do sujeito. É aqui que se encontra Schelling. E inclusive, se a essência da natureza é produzir uma subjetividade que permita a ela entender a si mesma, então a própria natureza poderia ser entendida como uma espécie de “super-subjetividade” (BOWIE, 2010)

Schelling mantém que há uma continuidade entre mente e natureza e assim, pretende fazer uma ciência que explique a natureza a partir do ponto de vista da mente, e assim substituir ciência natural explicativa por uma nova. A ciência natural tal qual existia não poderia explicar como a natureza pode ser conhecida nessa concepção. A filosofia natural de Schelling conseguiria, ao construir a natureza como mente inconsciente

O ponto de partida é a concepção de que natureza e espírito (mente) ambos emergem do absoluto e constituem uma identidade indissolúvel: “a natureza é espírito visível, espírito é natureza invisível”.

A natureza, desse modo, não pode ser compreendida apenas de um ponto de vista mecânico ou fisicalista, mas também deve levar em conta as leis subjacentes do espírito.

Na natureza visível, o mundo surge a partir de um princípio espiritual (a alma do mundo absoluto) que produz a si mesmo, e que através de uma série de movimentos internos, consegue produzir matéria, natureza viva e consciência.

A *naturphilosophie* - a biologia especulativa proposta por Schelling e outros idealistas, que se baseava na suposição de uma força viva teleológica animando a matéria orgânica - é a unidade entre homem e natureza, isto é, a existência humana considerada como participante de um movimento cósmico mais amplo com a natureza; o universo sendo todo organizado, com todas suas partes interconectadas umas com as outras (Ellebemberger, 1994, pp.202). Inclusive em termos de propósito: a razão, a consciência humana fazia parte de um movimento da natureza de se tornar consciente de si mesma.

Schelling coloca a realidade objetiva como produto da Natureza, que se encontra em constante atividade e evolução – e na qual essa constante mudança interna é fundamentada pelo inconsciente como um “reino oculto de poderes em conflito” (SHARVIT, 2015, p4)

Para Schelling, "Natureza" era a mente, ou espírito, que constituía o cosmos. Essa mente cósmica, chamada de "Alma do Mundo", "Natureza" ou "Absoluta", inconscientemente se auto atualizando, trouxe o mundo à existência. Ela tomou forma, primeiro como natureza inorgânica, depois aparece na vida das plantas e dos animais e finalmente chega, no ser humano, até a consciência(...). Tudo que “é”, é um constituinte da Alma do Mundo. (GARDNER, 2010, p. 95)

Para a *Naturphilosophie* de Schelling, a divisão Kantiana entre a natureza enquanto fenômeno e natureza em si é vista como resultante de que a natureza é teorizada em termos de juízos cognitivos e assim objetificada em oposição ao sujeito do conhecimento. Tal objetificação resultante da busca por leis fixas falha em dar conta das forças vivas dinâmicas da natureza, o que incluiria as do nosso próprio organismo. (BOWIE, 2010).

O grande impacto de Schelling nessa tradição foi explicitar a dissociação das noções de liberdade e consciência (um ato de liberdade pode ser inconsciente, não necessita do voluntarismo da consciência para que se possa haver autonomia) (McGrath, 2010).

Schelling questiona tal identificação transcendental entre liberdade e consciência, que tem seu apogeu em Fichte, e que separa natureza e subjetividade em opostos irreconciliáveis. A natureza se torna uma ordem exterior de causalidade:

Schelling e os românticos elaboram o inconsciente com objetivo de superar a divisão moderna entre subjetividade e natureza, mente e corpo - divisão legada pelo representacionalismo cartesiano. Quando tudo se torna objeto para um sujeito, o sujeito se torna sem mundo, desconectado, sem relação ontológica com as coisas as quais ele representa. (...) O grande avanço que Schelling faz sobre Kant e Fichte em seu ensaio sobre a liberdade é dissociar duas noções que se haviam fundido na tradição moderna: liberdade e consciência. (McGrath 2010, p.87)".

Apresenta o processo como um Eu originalmente uno se dividindo, a fim de se articular através de sínteses, produzindo assim o mundo da natureza cognoscível. O ponto inicial desse processo é inconsciente. O pensamento seria guiado por forças que não são transparentes a ele. Como então ganhar acesso a pensamentos que não podem ser objetos da consciência?

Não há um “amanhecer da consciência” (e precisamente por esta razão não há consciência) sem postular algo passado. Não há consciência sem que algo seja ao mesmo tempo excluído e contraído. Aquilo que é consciente exclui aquilo que não é como não sendo si mesmo (...) Assim, toda consciência é fundamentada no inconsciente e precisamente no “amanhecer da consciência” o inconsciente é postulado como o passado da consciência. (Schelling apud McGrath, 2015)

A ideia é de que o inconsciente não pode ser nem autodeterminado pelo sujeito, nem causalmente determinado por externalidades. O inconsciente se identifica aqui com o Absoluto - sendo ele condição de possibilidade tanto da natureza, que impõe a causalidade determinista, quanto do sujeito autônomo que se autodetermina. Schelling tenta negociar uma união entre uma filosofia transcendental, que se preocupa com a espontaneidade do eu enquanto princípio de inteligibilidade do mundo, com uma Naturphilosophie que tenta explicar como é possível que o eu torna possível essa inteligibilidade emergir da natureza (BOWIE 2010). A saída é pelo inconsciente, pela ideia de que possuímos em nosso ser algo de indeterminado, que se relaciona e funda minha relação com a natureza:

A atividade é inconsciente, no sentido de que é o aspecto de nós mesmos que torna possível a consciência reflexiva, mas não pode ser considerada nem como auto-determinada nem como determinada causalmente". (BOWIE, 2010, p70)

Em Schelling há a identificação do inconsciente como um passado mítico perdido, reprimido e esquecido, que pode resolver o problema da fundamentação do sujeito no absoluto. Ele seria fonte de conhecimento não plenamente racional, que se dá também por intuições, revelação. A natureza da psique não é idêntica à do Eu. A psique

atua como fundamento do self, não como o Eu enquanto identidade pessoal (FFYTCHÉ, 2012, pp.185).

Segundo Schelling, a completa harmonia entre o subjetivo e o objetivo levaria à aniquilação do eu - e não à sua maturidade - pois a qualidade de abertura da liberdade do sujeito seria engolida pelo determinismo do objeto. Assim como em formulações anteriores, o inconsciente, como espontaneidade eternamente produtiva, garantia este movimento contínuo da história, resgatando a possibilidade de liberdade. (...) A estrutura idealista congelada foi substituída por uma teoria do inconsciente como elemento formativo da liberdade do divino. Deus tinha a liberdade de escolher, a liberdade de criar história, devido à existência de uma camada oculta, fora da história e do tempo, que construía a possibilidade de um ato espontâneo voluntário. No plano antropológico (...) o inconsciente servia como um começo oculto a partir do qual o sujeito emergia (...) na fórmula da subjetividade de Schelling, a liberdade depende da adesão do homem à sua essência auto-imposta. O homem era livre, desde que ele respondesse à sua lei auto-imposta. A liberdade que começa como um ato indefinido, sem limitações, termina como o cumprimento calculado da própria essência. (SHARVIT, 2015, p4)

Assim, a atividade do sujeito não é nem totalmente autodeterminada nem um processo causal, mas não pode ser separada de nenhum deles. A combinação do natural e do intencional é fundamental para o inconsciente. Como objetos, fenômenos naturais, nunca são absolutos, então deve ser postulado algo não objetivo na natureza. Tal postulado, absolutamente não objetivo, seria precisamente a produtividade original da natureza, a capacidade da natureza de mudança e desenvolvimento - ao invés das leis que governamos fenômenos empíricos, que são as manifestações de tais mudanças e desenvolvimento. "O que conta em uma concepção filosófica de natureza como essa, que não é expressamente uma forma de ciência natural explicativa, é a capacidade da natureza de mudança e desenvolvimento, no lugar das leis que regem as manifestações empíricas particulares desta capacidade" (BOWIE, 2015)

É necessária aqui a defesa de um absoluto "incondicionado" que impeça o problema niilista de regressão ao infinito (Ibdm, p.73). A questão seria como ter acesso a esse absoluto incondicionado, pois temos acesso somente aos resultados empíricos, não ao modo como são produzidos. Assim, a filosofia transcendental dependeria da habilidade do pensamento de refletir sobre si, e dessa forma poder objetificar a atividade espontânea da subjetividade, apesar da filosofia somente poder fazer isso a partir da objetificação, assim já empregando aquilo que busca: a atividade espontânea da subjetividade (Ibdm, p.73).

O que o idealismo busca seria uma compreensão do que constituiria esse incondicionado bem como possivelmente se ter acesso epistêmico a esse absoluto

incondicionado, pois teríamos acesso apenas aos produtos dele, não à produtividade em si. (BOWIE, 2015). Isso leva a questão da arte, A arte seria o caminho de acesso ao inconsciente e é o caminho da resolução, pelo menos epistêmica das antinomias mencionadas

Podemos compreender aquilo que o pensamento não pode objetificar em conceitos através do que aparece na arte, que existe de forma objetiva, e assim se relaciona com a mente consciente, mas cujo significado não deriva de sua capacidade de articular as coisas conceitualmente, que o conecta ao inconsciente. (...) é através do encontro com algo que é objetivo, mas não compreensível em termos conceituais - a obra de arte - que podemos inferir como o funcionamento inconsciente da natureza leva ao funcionamento da mente e à liberdade humana. (...) As ciências particulares só podem seguir uma cadeia de condições, através do princípio da razão suficiente, e devem determinar qualquer objeto através da sua posição nessa cadeia, um processo que não tem algum fim necessário. A obra de arte, por outro lado, manifesta o que não pode ser entendido em termos de suas condições conhecíveis, porque um relato dos materiais do qual é feita, ou de seu status como objeto mundano, não a constitui enquanto arte. A arte mostra o que não pode ser dito. A filosofia não pode representar o absoluto porque o pensamento 'consciente' opera desde uma posição na qual a 'identidade absoluta' do sujeito e do objeto sempre já se encontra perdida no caso de emergência da consciência". ( p. 70)<sup>15</sup>

Em Schelling, é o inconsciente que permite a liberdade do sujeito (FFYTCHÉ, 2012). O que produz consciência precisa necessariamente ser inconsciente. Como explicar o movimento da natureza como sistema determinista de ser a fonte da consciência e liberdade? A natureza existe no processo de se tornar ela mesma aquilo que é, de modo que precisa estar separada dela mesma em algum momento (momento logicamente anterior, ao menos) (BOWIE, 2010, p67).

Schelling adota a ideia de românticos anteriores como Schlegel e Novalis de que a arte é o caminho para a compreensão daquilo que não pode ser representado enquanto objeto do conhecimento. A filosofia não pode representar natureza nela mesma, porque

---

<sup>15</sup> “we can come to understand what thought cannot objectify in concepts via what appears in art, which exists in objective form, and so relates to the conscious mind, but whose significance does not derive from its ability to articulate things conceptually, which connects it to the unconscious (...) the encounter with something objective which is not comprehensible in conceptual terms – the artwork – that we can infer how the unconscious workings of nature lead to the workings of mind and to human freedom. (...) Particular sciences can only follow the chain of conditions, via the principle of sufficient reason, and must determine any object via its place in that chain, a process which has no necessary end. The art object, on the other hand, manifests what cannot be understood in terms of its knowable conditions, because an account of the materials of which it is made or of its status as object in the world does not constitute it as art. Art shows what cannot be said. Philosophy cannot positively represent the absolute because ‘conscious’ thinking operates from the position where the ‘absolute identity’ of the subjective and the objective has always already been lost in the emergence of consciousness.” (BOWIE, 2020)

o acesso ao inconsciente precisaria ser através do que acontece na consciência; "A atividade é inconsciente, no sentido de que é o aspecto de nós mesmos que torna possível a consciência reflexiva, mas não pode ser considerada como auto-determinada, e nem como determinada causalmente". (Bowie, 2010, pp.70).

O inconsciente surge como combinação do natural e do intencional: a natureza "fornece leis a artes" através do gênio. Schelling vê a produção artística como algo fora do controle consciente do artista, por isso vinculado à noção de inconsciente. Pelo fato da produção inconsciente resultar em algo inteligível, harmoniza liberdade e natureza (Ibid., pp.75)

A obra de arte é por um lado um objeto fenomênico como qualquer outro, mas ao mesmo tempo possui qualidades especiais: Se não for de alguma forma algo além disso - mais que um objeto empiricamente determinado - não pode ser uma obra de arte, porque esta tanto requer o juízo livre do sujeito, quanto a propriedade de ser um objeto que expresse algo que vá além do que é dado por suas características objetivas.

A criação artística para Schelling é a única via de acesso ao Absoluto. O gênio artístico consegue unir o individual e o universal em suas produções, sendo a obra de arte a síntese entre livre criação espontânea individual do artista com as determinações inconscientes do Espírito absoluto (ARALDI, 2017 p. 16).

## 2.3 Schopenhauer

O filósofo Arthur Schopenhauer (1788-1860) não usa o termo absoluto explicitamente, apesar de sua noção de vontade ocupar uma posição próxima a de Schelling. Vemos que em sua obra também é mantida a noção de continuidade entre a essência humana e a natureza.

Ele não chega a desenvolver de modo explícito uma noção de inconsciente enquanto conceito, mas é relevante aqui pelas características da sua concepção de vontade, pela postulação de "irracionalismo", e de que nós (e a natureza) somos movidos por forças irracionais que desconhecemos.

Antecipando (e provavelmente influenciando) Freud, Schopenhauer afirma que a vontade reprime as ideias que considera dolorosas e promove as que considera reconfortantes. Além disso (...) ele enfatiza as limitações de nosso autoconhecimento e a relativa impotência do intelecto consciente. Ele sustentou que possuímos desejos inconscientes, emoções e resoluções - às vezes vergonhosas - que descobrimos apenas indiretamente, através da observação de nossas reações. Sugere que muitas vezes ignoramos os

verdadeiros motivos de nossas ações e que nossas resoluções conscientes necessitam do apoio de processos inconscientes. (FRANKISH e EVANS, 2009, p.4)<sup>16</sup>.

Em Schopenhauer, não há relação necessária entre racionalidade e consciência, ou mentalidade. A vontade pode se manifestar de modos mentais, conscientes e racionais, ou de modos que tenham apenas uma ou outra (ou nenhuma) dessas categorias.

Na sua obra principal “O mundo como vontade e representação” Schopenhauer objetiva estabelecer uma metafísica global, teoria sobre a essência do mundo. Tal essência seria a vontade que, resumidamente, ele entende como uma “luta cega pela existência, vida e reprodução” (JANAWAY, 2010)

Há uma continuidade entre a essência humana e a essência do mundo. A essência do mundo não seria racionalidade, ação intencional, consciência ou espontaneidade. O verdadeiro núcleo da personalidade não é o eu consciente, sujeito do conhecimento, mas sim a Vontade, fundamentalmente cega e não epistêmica e que interage com o intelecto quase como uma entidade distinta desse (JANAWAY, 2010). Partindo da distinção kantiana entre fenômeno e coisa em si, Schopenhauer equivale fenômeno à "Representação" e coisa em si à "Vontade" (aproximando a vontade da noção de inconsciente empregada por alguns dos românticos) (Ellenberger, 1994, pp.208).

Desde o início Schopenhauer coloca sua teoria da vontade em termos kantianos. O mundo da representação é governado pelas leis do espaço, do tempo e da causalidade, mas além dele está o reino da coisa em si, que Kant tinha deixado como enigma. Schopenhauer oferece uma solução para o enigma: a coisa em si é a vontade. A noção de que a vontade está além do reino de representação de objetos pelo sujeito embasa a ideia de que a vontade fica de fora do princípio da individualidade. Assim, Schopenhauer pode considerá-la como um todo indiferenciado, não dividido em indivíduos plurais (...) A vontade também não está relacionada causalmente a nada, não existe no tempo e não está sujeita a mudanças (JANAWAY, p. 2010, 149).

A vontade se encontra para além da representação do sujeito, logo além do princípio de individuação assim sendo um todo indiferenciado, não dividido numa pluralidade de indivíduo. A vontade também não é submetida à causalidade e não possui

---

<sup>16</sup> Anticipating (and probably influencing) Freud, Schopenhauer claimed that the will represses ideas it finds painful and promotes ones it finds comforting. Moreover..... he stressed the limitations of our self- knowledge and the relative impotence of the conscious intellect. He held that we possess unconscious desires, emotions, and resolutions — sometimes shameful ones — which we discover only indirectly, through observing our reactions. And he suggested that we are often ignorant of the true motives for our actions and that our conscious resolutions require backing from unconscious processes if they are to be effective (FRANKISH e EVANS, 2009, p.4)

existência no tempo, não estando sujeita a mudança. Mas também há a manifestação da vontade em cada sujeito individual, tornando-se difícil, assim, distinguir a vontade global indiferenciada (da qual tudo na natureza é aparência objetivada) daquela vontade que é essência individual, o que sou em mim mesmo. Quase antinômico, a psicologia schopenhaueriana requer uma vontade imutável e atemporal na base da consciência do indivíduo e que ao mesmo tempo tenha características peculiares naquele indivíduo. (Janaway, 2010, p.149)

A vontade (inconsciente) é desprovida de qualquer racionalidade, intelecto ou propósito racional, não é infundida por princípios de autoconsciência. Ela funda o ser de todas as coisas. Não se guia pela racionalidade, nem possui um objetivo ou ponto de chegada teleológico. Se encontra além da moralidade, do bem e do mal. Se constitui num âmbito completamente livre, não delimitada por regras ou leis (WICKS, 2021).

Assim, o homem seria um ser no qual o intelecto é secundário à vontade. A vontade é subjacente, permeia tudo que é fenomênico, que podemos observar, o que chamamos de mundo objetivo. Para Schopenhauer, vontade é algo que pertence à nossa natureza, mas também é pertencente à natureza geral, externa a nós. A vontade em si inconsciente, se manifesta em nós através de fatos, desejo sexual e “amor a vida”, vontade de viver, influenciando inclusive nosso intelecto e racionalidade (Young E Brook, 2019). Schopenhauer também deixa claro que afetos e paixões podem estar presentes inconscientemente - podemos ter um desejo sem que o intelecto saiba nada sobre ele (Janaway, 2010, p.147). Inclusive antecipa algo próximo a ideia psicanalítica de repressão, afirmando que a loucura pode ser fruto da “resistência e oposição da vontade à assimilação de algum conhecimento” quando acontece de que “certos eventos ou circunstâncias são totalmente suprimidos do intelecto, porque a vontade não pode suportar a visão deles” (JANAWAY, 2010, p.152)

Assim, a vontade não é escapável. A vontade se intromete e interfere em nossa vida consciente. Ela age dominando o intelecto ao impedir certas representações de surgirem. Afetos, paixões e pulsões interferem nos nossos juízos e percepções, levando nossas ações a nunca serem plenamente racionais e imparciais. Isso para o nosso detrimento inclusive, pois não podemos nunca estar livres da influência dos impulsos irracionais que nos determinam e de impulsos sexuais que nos atormentam. A Vontade é atemporal e nunca pode ser satisfeita; a satisfação de algum desejo da Vontade é apenas um alívio momentâneo da situação. Enquanto espécie, somos uma expressão individual da vontade, o que nos leva a condição de sofrimento e ausência de propósito:

"Schopenhauer descreve a morte como a grande oportunidade de não mais ser eu. Voltar à vontade inconsciente da natureza é uma libertação da individualidade e da dor". (JANAWAY, 2010, p.155)

O acesso epistêmico à essência do mundo pode se dar através da nossa vontade. A nossa vontade pessoal, individual, é a manifestação de vontade sobre a qual todo o mundo objetivo se funda (Young E Brook, 2019, p4). Dentre as representações que possuímos, as que temos de nosso próprio corpo são especiais. O corpo é condição da vontade e objetificação dela - mesmo o funcionamento que não pressupõe mentalidade ou consciência são manifestações da vontade de viver (JANAWAY, 2010, p.147). Os motivos que me levam a agir de certo modo não explicam minha vontade. A racionalização, as explicações que conscientemente temos para a realização de uma ação não necessariamente são a real razão para termos agido desse modo. Possuímos de nosso próprio corpo acesso epistêmico a propriedades metafísicas que não temos de objetos externos: deles possuímos acesso apenas ao seu caráter objetivo, enquanto que de nós mesmos possuímos acesso a características objetivas e subjetivas. A partir disso deduz esse mesmo duplo aspecto de todos os objetos: por um lado vontade enquanto aspecto interno, "subjetivo", e por outro a representação enquanto aspecto objetivo. A partir do conhecimento de nossa essência, conhecemos a essência do mundo (WICKS, 2021)

A vontade, o mundo, por si, não possuem motivações para além da sua própria auto-reprodução contínua - o que é menos um propósito do que um fato, e que se manifesta através dos indivíduos lutando por sua existência - apenas prossegue sem causa racional ou teleológica ou objetivo final. Somos todos indivíduos que gravitam em direção a sobrevivência e reprodução. Racionalidade e espontaneidade, escolhas, são características de seres humanos, mas não são o núcleo de nossa psique. A autoconsciência, várias vezes considerada o ponto inicial seguro da filosofia, não é suficiente; necessita estar acompanhada de algo mais fundamental e primitivo.

A luta, o movimento pela existência é cego: o que sou em essência, não mediada pela consciência, é algo que cegamente se impele em direção a vida. Não se trata apenas de preservar minha própria existência, mas da propagação e manutenção das coisas vivas, o instinto da sexualidade reprodutiva é tão básico quanto o da preservação da vida: os órgãos genitais são o verdadeiro núcleo da vontade. Self é vontade de vida; o princípio de luta cega por existência e reprodução se manifesta em mim, no meu corpo individual, embora não pertença, não diga respeito somente a mim, mas a natureza como um todo (JANAWAY, 2010, p.148).

Frequentemente considerado pessimista ferrenho, Schopenhauer defende maneiras de superar e aliviar a existência humana, fundamentalmente dolorosa e frustrante, através da arte, da moral e do ascetismo. (WICKS, 2021)

Sendo a racionalidade secundária a vontade (o que implica no pessimismo, vida guiada por desejos insaciáveis, sem valor intrínseco que não a autorreprodução de si mesma e luta pela continuidade da existência) (JANAWAY, 2010, p.145). Ele tinha como uma de suas teses centrais a noção de que o universo não é um lugar racional, ressaltando que diante de um mundo cheio de conflitos sem fim, devemos tentar minimizar nossos desejos naturais com o intuito de atingir uma disposição mental em direção a um universo mais benigno. (WICKS 2021).

Aqui em Schopenhauer vemos uma certa antecipação de temáticas – e inclusive teorias - que seriam abordadas e desenvolvidas posteriormente pela psicanálise. Sua contribuição principal à história do inconsciente é o modo como descentrar e divide vontade (desejo) de racionalidade.

## 2.4 Hartmann

As especulações e descobertas da filosofia romântica alemã nos dois primeiros terços do século XIX culminaram em 1869 na famosa Filosofia do Inconsciente de Eduard von Hartmann. A vontade de Boehme, Schelling, e Schopenhauer finalmente assume o nome, muito mais apropriado, de inconsciente. (ELLENBERGER, 1970, p. 209)<sup>17</sup>

O filósofo Eduard von Hartmann (1842-1906) era uma das principais figuras associadas ao termo inconsciente durante o século XIX; de fato, foi anteriormente a Freud a figura mais fortemente associada a esse conceito. Publicou sua principal obra, “A filosofia do inconsciente” em 1868, um livro que foi um sucesso de vendas, tendo tido várias edições durante a vida do autor. Inclusive no célebre dicionário de psicologia de Baldwin, na edição de 1902, o verbete sobre inconsciente trata exclusivamente da versão de Hartmann sobre o conceito (GARDNER, 2010, p. 164).

Em sua obra se coloca uma dupla tarefa: a primeira é a de estabelecer uma psicologia enquanto ciência; defende o estabelecimento de uma psicologia científica e

---

<sup>17</sup> The speculations and findings of German romantic philosophy in the first two-thirds of the nineteenth century culminated in 1869 in Eduard von Hartmann's famous Philosophy of the Unconscious. The will of Boehme, Schelling, and Schopenhauer finally took the much more appropriate name of unconscious. (ELLENBERGER, 1970, p. 209)

considera seu programa a melhor alternativa para isso, pois acredita necessária uma psicologia que se baseie em noções de inconsciente e que permita o estudo de fenômenos mediúnicos, parapsicológicos etc.

Sua segunda tarefa (não dissociada da primeira) é a de elaborar uma filosofia que seja uma síntese entre os sistemas filosóficos de Hegel e Schopenhauer. Hartmann considera que cada um deles consegue estabelecer parte da verdade metafísica do universo, mas de modo parcial e mutuamente excludente, podendo se tornar consistentes e integrados a partir de sua síntese. Nessa síntese desenvolve uma metafísica teleológica da natureza, calcada na multiplicidade dos atos da vontade, que se unificam num todo absoluto. A esse todo, seguindo Schelling, chama de inconsciente (GARDNER 2003).

Para Hartmann o inconsciente, um fenômeno trans-individual e coletivo, era central não apenas para sua compreensão do espiritismo, mas também para sua compreensão da psicologia. Sua imensamente popular *Philosophie des Unbewussten*, publicada pela primeira vez em 1869 como uma tentativa de combinar o idealismo alemão e as ciências naturais, viu o inconsciente representado como um fenômeno atemporal, a-espacial, responsável pela formação tanto do organismo quanto de sua consciência e significativo por suas implicações epistemológicas, físicas, psicológicas e metafísicas; (Wolffram, 2012, p60)<sup>18</sup>.

Houve uma polêmica, encabeçada pelas figuras de Zollner e Wundt, em torno da possibilidade do estudo científico de fenômenos mediúnicos e espirituais. Hartmann se coloca enquanto filósofo e psicólogo, ativamente participando da discussão do lado de Zollner, defendendo a existência de acontecimentos tidos como espirituais ou sobrenaturais e sua possibilidade de estudo pela ciência. Tal polêmica é relevante porque pesquisadores como Hartmann e Carus resgatam temas e questões que interessavam especialmente ao que ElleMBERGER chamava “psiquiatria romântica”, teorias médicas e psiquiátricas, não estritamente relacionadas a autores mencionados acima, mas que partilhavam de concepções vitalistas e místicas sobre a natureza. Surgida a partir das tradições hipnotistas iniciadas por Mesmer. Tal tradição, embora não tenha sido tão relevante no estabelecimento de um uso filosófico ou psicológico de um conceito de inconsciente, ainda assim foi importante ao dirigir seu interesse aos fenômenos “ocultos”

---

<sup>18</sup> For Hartmann the unconscious, a trans-individual and collective phenomenon, was central not only to his understanding of spiritism, but also to his understanding of psychology. His enormously popular *Philosophie des Unbewussten*, first published in 1869 as an attempt to combine German idealism and the natural sciences, saw the unconscious represented as an atemporal, aspatial phenomenon responsible for the formation of both the organism and its consciousness and significant for its epistemological, physical, psychological and metaphysical implications

da mente. Além disso, parte de suas teorias e o uso que fizeram da hipnose foram posteriormente reapropriados e “traduzidos” em linguagem mais científica por figuras como Charcot, Pierre Janet e Freud.

Segundo Heidelberguer (2010, p201), Hartmann representa a primeira tentativa desde o idealismo alemão de tentar estabelecer um sistema filosófico dessa natureza, ao unir inconsciente e absoluto, ao mesmo tempo em que tal sistema clama compatibilidade com as ciências naturais – e foi interpretado por contemporâneos como idealismo disfarçado de ciência natural (que embora possuísse um pé na ciência não deixa de ser um misticismo metafísico).

Para Hartmann, todo pensamento se origina no inconsciente, e é resultado da cooperação da consciência com o inconsciente. O inconsciente é a fonte de toda memória, e fornece originalmente à consciência seus conteúdos, que rejeita ou aceita os mesmos, formando uma cadeia associativa (Gardner, 2010, p165)

Assim, o objetivo de Hartmann vai além do âmbito da psicologia individual, e almeja recriar, em continuidade com o idealismo alemão, um sistema filosófico de características idealistas - no qual o espírito absoluto de Hegel e o inconsciente se encontrariam unidos. Mas além disso clama que seu sistema é compatível com as ciências naturais, ao mesmo tempo em que consegue tornar o materialismo "inofensivo" e providenciar um contraponto à hegemonia da razão consciente (HEIDELBERGER, 2010, p. 201).

A realidade, na visão de Hartmann, se dá a partir de uma síntese entre Ideia, (racional), e Vontade (irracional). A partir disso constitui uma visão de mundo caracterizada pelo pessimismo, além de uma ética e doutrinas religiosas escatológicas de salvação, que defendiam como fim último a inexistência, sendo que a criação do universo é caracterizada como uma espécie de erro cosmológico que deveria ser desfeito a partir da decisão coletiva da humanidade à não existência. (GARDNER, 2010)

Simplesmente essa unidade última de vontade e representação que fundamenta a totalidade dos fenômenos que nos são dados a posteriori como compondo o mundo empírico [...] não apresenta um novo conjunto de leis, não tem um aspecto onírico, e certamente não constitui um reino irracional ou ininteligível fora do alcance do pensamento discursivo. (GARDNER, 2010, p. 173)<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> is quite simply that ultimate unity of will and representation which grounds the totality of the phenomena given to us a posteriori as composing the empirical world [...] it does not display a new set of laws, has no oneric aspect, and certainly does not amount to an irrational or unintelligible realm beyond the reach of discursive thought

O autor pretende basear sua metafísica idealista a partir da experiência e dos resultados das ciências empíricas, tendo a reflexão a priori um papel metodológico secundário. Hartmann tratava de reviver convicções românticas que haviam caído em desuso, mas nunca eliminadas, agora com base em um arcabouço de hipóteses e evidências supostamente científicas.

Hartmann segue o que chama de um método indutivo; a existência do inconsciente é atestada a partir de um acúmulo de dados a respeito de fenômenos naturais, comportamento animal, sexualidade humana, comportamento moral humano, sexualidade, experiência estética, patologias físicas etc.:

Em cada um dos casos, Hartmann argumenta que a causalidade mecânica deixa de fornecer uma explicação completa, o que requer referência a fins, que devem ser representados e, no entanto, não são conscientes. Com base neste mandado empírico, Hartmann diferencia as hipóteses inconscientes em vários tipos (fisiológicos, psíquicos, metafísicos), culminando no inconsciente absoluto, que participa dos atributos de Deus (GARDNER 2003)<sup>20</sup>

Faz então o uso de resultado das ciências naturais para estabelecimento de uma metafísica – rejeita a possibilidade de que uma filosofia da natureza possa ser efetivamente baseada apenas a priori. Considera que a ciência tem aspectos teleológicos, sendo a teleologia elemento necessário para a explicação de certas observações científicas (devido à participação da Vontade). Hartmann clama que não existiria outro modo - que não o uso de teleologia - de explicar as relações observadas entre fins e meios. Uma explicação que se referisse apenas a mecanismos deixaria a relação como sendo apenas uma coincidência miraculosa.

Claro, toda realização dessa teleologia necessita de um substrato material como condição de possibilidade. Quando mexemos um braço por exemplo, isso é explicado pela relação causal entre sinais neurais e fibras musculares, mas ao mesmo tempo isso é o substrato material no qual se realiza (teleologicamente) a intenção de se mexer o braço: "O ponto de partida é fornecido por observações diretas de fenômenos teleológicos e por instâncias de explicação científica que têm forma teleológica, ou seja, que explicam alguma característica de X, atribuindo a X propósito ou causal final (...) que X contém e é determinado por uma vontade imanente, que tem como conteúdo a representação

---

<sup>20</sup> In each case Hartmann argues that mechanical causality fails to provide a complete explanation, which requires reference to ends which must be represented and yet are not conscious. On the basis of this empirical warrant, Hartmann differentiates the hypothesised unconscious into several kinds (physiological, psychic, metaphysical), culminating in the absolute unconscious, which shares in the attributes of God.

(ou ideia) do fim a ser alcançado" (Gardner, 2010, p.175)<sup>21</sup>.

Distingue materialismo de naturalismo, defendendo que um naturalismo que tomasse plena consideração de todos os resultados das ciências precisariam de princípios teleológicos para serem corretamente compreendidos (GARDNER 2010 p.165). Aponta que "a reflexão sobre os resultados das ciências naturais é suficiente para justificar conclusões sobre a natureza última da realidade que são completamente anti-materialistas, de facto, que nos levam até às Ideias Platônicas"<sup>22</sup>.

Hartman postula três camadas do inconsciente (similar à que veremos em Carus): (1) o inconsciente absoluto, que constitui a substância fundamental do universo, similar ao que seria o absoluto em Schelling; (2) o inconsciente fisiológico, que influi no desenvolvimento orgânico tanto a nível individual quanto da espécie; e (3) o inconsciente relativo ou psicológico que está na origem da vida mental consciente individual. (Ellebemrger 2010)

O mais importante destes é o inconsciente absoluto, uma unidade fundamental, distinta da pluralidade de inconscientes pessoais individualizados que encontramos na interioridade de nós mesmos.

Na taxonomia de Hartmann do psiquismo, há a diferenciação entre representações inconscientes e conscientes: representações conscientes são sensíveis, representações inconscientes são intelectuais e intuitivas; a atividade mental consciente é temporal, a do inconsciente é atemporal.

Quanto à vontade e representação: são unidas em uma "unidade inseparável" no inconsciente, enquanto na consciência é possível que se tenha representações sem necessariamente desejar a sua realização. Ressalta que mesmo com essas diferenças, por mais relevantes que sejam, há uma unidade quanto ao princípio teleológico que rege o modo de funcionamento tanto do que é consciente quanto inconsciente (Gardner, 2010, p. 174)

No âmbito metafísico, para além do psiquismo individual, Ideia (representação) e Vontade, apesar de absolutamente distintas, constituem uma unidade primordial: o

---

21 The starting point is provided by direct observations of teleological phenomena and by instances of scientific explanation that have teleological form, i.e. that explain some feature of X by attributing to X purposiveness or end-directedness (...) that X contains and is determined by an immanent will, which has as its content the representation (or idea) of the end to be achieved.

22 The results of the natural sciences is sufficient to warrant conclusions about the ultimate nature of reality which are thoroughly anti-materialist, indeed, which take us all the way to Platonic Ideas

inconsciente absoluto, base última da realidade. Vontade e Ideia, em um nível ontológico mais fundamental, mas pré mundano (literalmente anterior a existência), são absolutamente distintos e heterogêneos; “A vontade corresponde ao "Daß" (aquilo) das coisas, a dimensão da pura existência e a ideia ao "Was" ou "Wie" (o quê ou como) das coisas, a dimensão da essência" (Ibdm, 187)<sup>23</sup>

A partir desse dualismo primordial pré-mundano é que se dá a origem do mundo, a partir da união entre Ideia e Vontade. Na cosmologia de Hartmann, essa união entre Ideia e Vontade é um *erro* e o propósito ideal da humanidade e do universo como um todo seria o de dissolver essa união, levando o mundo à não existência.

Havia por parte de Hartmann uma esperança de que a filosofia do inconsciente respondesse aos anseios éticos e religiosos da humanidade, possuindo assim um aspecto prático, uma tentativa de estabelecer uma espécie de nova religião secular. Mas de caráter pessimista, essa “religião” falha pois não tem nada de relevante a oferecer em relação à experiência humana - como defende uma transcendência total, um pessimismo total quanto à existência, todo caráter prático apenas defende a não existência como propósito (GARDNER 2010).

Hartmann se dedica a tentativa de realizar simultaneamente os empreendimentos ambiciosos de fundar uma ética e religião secular, sintetizar os pensamentos de Hegel Schopenhauer e estabelecer uma *naturphilosophie* fundada na noção de inconsciente e simultaneamente, ao mesmo pretensamente, alinhada as descobertas das ciências naturais.

## 2.5 Carus

Carl Gustav Carus (1789–1869), foi um médico e pintor alemão, conhecido principalmente por diversas contribuições na ginecologia, zoologia e entomologia, escrevendo também sobre temas como estética e sobre Goethe, bem como por suas pinturas de paisagens. Também foi um pioneiro teórico do inconsciente, tentando elaborar uma teoria completa e geral sobre a vida mental inconsciente - explicitamente falando que a “chave” para entender a vida consciente da alma se encontra no inconsciente; frase

---

<sup>23</sup> Will corresponds to the “Daß” (that) of things, the dimension of sheer existence, and Idea to the “Was” or “Wie” (what or how) of things, the dimension of essence.

publicada em seu livro de 1846, *Psyche: On the Developmental History of the Soul* (BELL, 2010, p.156).

A chave para o conhecimento a respeito da natureza da vida consciente da alma se encontra no reino do inconsciente (...) caso houvesse uma impossibilidade absoluta de encontrar o inconsciente na consciência, então o homem deveria se desesperar por nunca conseguir obter algum conhecimento sobre sua alma, isto é, sobre si mesmo. Mas se esta impossibilidade é apenas aparente, então a primeira tarefa de uma ciência da alma é de declarar como o espírito do Homem é capaz de descer a estas profundezas" (CARUS, apud Sand 108)

Como em vários outros psicólogos e idealistas, sua proposta era defendida em oposição à psicologia das faculdades. Empenhou-se em mostrar como os diferentes níveis e propriedades atingidos pela consciência se desenvolvem a partir de uma unidade primordial, que tem como base a identidade entre mente e natureza (BELL, 2010, p.163).

Pode ser dito que Carus se aproxima um pouco mais das ciências naturais *stricto sensu*, mas ainda assim parte de um problema herdado pela filosofia alemã. Carus, seguindo o exemplo de Schelling, rejeita a visão cartesiana do universo como um mecanismo, preferindo concebê-lo enquanto organismo; a *Naturphilosophie* de Schelling forneceria um paradigma mais adequado à relação entre espírito e matéria: uma filosofia da natureza e da mente como sendo partes de um sistema único. Mantém que seria da essência da natureza produzir uma subjetividade que a permita entender a si mesma. Assim a tarefa da psicologia é mapear a emergência da consciência desde a natureza, o que se dá através do inconsciente. (BELL, 2010, p. 162)

Carus tenta então elaborar uma teoria geral da psicologia e biologia, sistema similar a *naturphilosophie*, mas sem tantas pretensões filosóficas. Uma sistematização da natureza em grande parte derivativa de Schelling e Aristóteles (BELL, 2010, p. 161). Trata nesta dos diferentes tipos de organismo e fases do desenvolvimento humano - basicamente uma forma de biopsicologia filogenética. Nesse esquema o inconsciente é introduzido como um sistema biológico de processamento de informações. Trata-se em Carus de um inconsciente benigno, não havendo a dimensão do conflito entre desejos inconscientes e consciência (BELL, 2010, p.165), como havia em Schopenhauer e Freud, entre vários outros.

Para Carus a psique passa por uma série de estágios de desenvolvimento, cada um englobando os estágios anteriores, e o desenvolvimento individual reflete o desenvolvimento evolutivo da espécie. Ele defende que a ontogenia recapitula a filogenia, ou seja, que cada indivíduo passa por fases análogas as quais a espécie humana

passou no decorrer de sua evolução (BELL, 2010, p.164). O inconsciente seria a força que guiaria tais processos, desde o embrião até o futuro. É ininterrupto e impessoal - o inconsciente do indivíduo não sendo mais que parte do inconsciente geral da espécie. (SAND 2014, p108)

Carus divide o inconsciente em três partes, cada uma com um nível maior de individualização: o inconsciente absoluto geral, primeiro e mais amplo nível, é totalmente inacessível à consciência - sendo completamente sem sciência, mas uma força universal biológica. Os demais modos de inconsciente são parcialmente individualizados; ao inconsciente absoluto parcial pertencem os processos de crescimento, desenvolvimento e atividade dos órgãos (Ellemerger, 1994, p.208). Essa camada exerce influência sobre nossa vida emocional, bem como é passível de sofrer influência de pensamentos e sentimentos da consciência. O inconsciente absoluto, ambos, são a base biológica do psiquismo, mas biológica em sentido vitalista e não mecânico. (BELL, 2010, p.166). .

Por fim, o inconsciente relativo. Quase totalmente individualizado, abarca nossos sentimentos, sensações e representações que em algum momento estiveram presentes na consciência mas se tornaram inconscientes . (Ellemerger 1994, p.208).

O inconsciente como um todo estaria sempre em constante movimento e transformação. Sentimentos e pensamentos quando se tornam inconscientes sofrem modificação e maturação contínua. A vida inconsciente não precisa de descanso tal qual a consciência precisa – e ela descansa mergulhando no inconsciente. O inconsciente é são e não conhece doença, sendo uma de suas funções manifestar certas “forçascurativas da natureza”; ele segue suas próprias leis e não possui liberdade.

Para Carus, o inconsciente e a consciência têm uma íntima relação com o tempo. A consciência, nossa autopercepção, habita o presente, enquanto nos atentamos a uma ideia ela está presentemente em nós. O passado e futuro são mais fracos na consciência, a memória do passado é uma faculdade muito mais fraca para a consciência do que para o inconsciente relativo. O inconsciente em si não tem nenhuma relação com o presente, é dominada pelo passado e futuro – que estão em relação um com o outro:

O que Carus quer dizer é que o inconsciente estaria em processo de desenvolvimento orgânico, o que ele ilustra por analogia com as plantas. As plantas contêm dentro delas seu próprio futuro e passado, por exemplo, em suas sementes. Carus pensa que existe uma analogia psíquica inconsciente para isto (...) Assim, para Carus o inconsciente consiste ao mesmo tempo naquelas ideias que caíram da consciência de volta ao inconsciente, e naquelas ideias

que estão destinadas a subir do inconsciente de volta à consciência"(BELL, p.166)<sup>24</sup>.

Psicologicamente falando, a parte mais importante da teoria é o inconsciente relativo, no qual a maior parte da atividade mental acontece - a mais propriamente psíquica. É chamado de relativo porque não é totalmente inconsciente; em sua maior parte é composto de experiências conscientes que foram esquecidas, sendo que todas as representações conscientes retornam ao inconsciente relativo quando não se encontram mais presentes a consciência (quando não há mais nenhum tipo de atenção dirigida a elas). Carus defende que nenhuma experiência consciente é realmente destruída, esquecida, mas que é preservada inconscientemente de alguma forma. O inconsciente relativo seria assim a memória, onde ficam armazenados todos os conteúdos que já tivemos acesso.

Mas o autor distingue entre essa memória inconsciente e uma memória consciente. A memória consciente é a habilidade de reconhecer que o que se apresenta a nós é efetivamente a recordação de uma representação que já experienciamos antes; é basicamente reconhecer experiências passadas como sendo nossas experiências. A memória do inconsciente relativo é - além de ser o armazenamento de todas as representações anteriores - um processo automático, fora de nosso controle, uma massa de memórias inconscientes que são forçadas em nossa consciência.

O inconsciente relativo também produz os sonhos, que são compostos de um substrato biológico originado no inconsciente absoluto, e de resíduos de experiências que vem da consciência ao inconsciente relativo.

Para Carus, como seres influenciados pelo inconsciente, todos nós somos não-individuados: todas as almas fundamentalmente se constituem numa unidade; a *psique* inconsciente pertence à espécie, não ao indivíduo. A autoconsciência fornece a impressão, a ilusão de individuação; os humanos percebem que são diferentes de outros humanos. Os outros animais, por não ter uma consciência tão individuada, pensam que são o mesmo que os demais de sua espécie. O inconsciente relativo é individual e fonte da individuação e, nesse nível individual, funciona de acordo com as leis da associação.

No âmbito da espécie, com relação ao inconsciente, Carus faz uma teoria da

---

<sup>24</sup> What Carus means by this is that the unconscious is in a process of organic development, which he illustrates by analogy with plants. Plants contain within them their own future and past, for instance in their seeds. Carus thinks there is an unconscious psychic analogy to this (...) So for Carus the unconscious consists at the same time of those ideas that have fallen from consciousness back into the unconscious, and those ideas that are destined to rise from the unconscious back into consciousness

recapitulação da filogenia sobre a ontogenia ao dizer que tendências e memórias inconscientes que existem no indivíduo são produto de um desenvolvimento que ocorre ao longo da história evolutiva da espécie. Teses como essas seriam defendidas também por autores de tendências científicas mais ortodoxas como Haeckel – grande difusor de Darwin na Alemanha, biólogo e psicólogo - defendia uma teoria de recapitulação através do desenvolvimento inconsciente ao longo da espécie. Tese sustentada também por Maudsley e Stanley Hall (psicólogo americano, fundador da American Psychological Association) bem como influências presentes em Freud e Jung. (BELL, 2010 p. 164)

Diferente de outras concepções, o inconsciente em Carus é “inofensivo”, não é fonte insaciável de desejos, nem representa nosso lado sombrio. Inconsciente não é nem ao menos fonte de conflitos, de oposição entre a razão e uma esfera do irracional. Ele é mais um fenômeno natural e biológico do que obscuro, oculto ou "demoníaco". Mas ainda assim - de modo semelhante, mas diferente a Hartmann - apesar de se enquadrar no campo da biologia, ainda possui um pé no idealismo, devido a equiparação de sua concepção com a de um inconsciente absoluto como princípio metafísico universal, tal como os presentes em Hartmann ou Schelling.

Carus se mantém mais fortemente no campo da medicina, mesmo que com vários elementos especulativos, do que da filosofia propriamente dita. É, em nossa cronologia, a tentativa derradeira de se utilizar o inconsciente para o estabelecimento de uma *naturphilosophie*; e cada vez mais alinhada com as teorias e resultados das ciências naturais, ou pelo menos mais atinada a uma perspectiva naturalista do que propriamente idealistas. Ainda mantém elementos e idiosincrasias do projeto de *naturphilosophie* idealista, mas representa também um ponto claro de transição.

### 3. O inconsciente cognitivo e fisiológico

No começo do século XIX a psicologia ainda era em grande parte considerada como o ramo da filosofia que estuda a alma. Entretanto a situação mudou rapidamente na medida que o desenvolvimento da fisiologia experimental resultou mais e mais na adoção de novos métodos para o estudo de fenômenos que pareciam classificáveis apenas como psíquicos (Krauss, 2019, p. 1). Houve entre os cientistas o desenvolvimento de certa linha de pensamento, voltada a questionar a prevalência da *naturphilosophie*. No seu lugar, essa nova tendência afirmava a possibilidade e necessidade de explicações mecanicistas sobre os seres vivos (Percere, 2020, Krauss, 2019).

Pioneiros da psicologia experimental, como Helmholtz, Fechner e Wundt, procuravam meios de possivelmente oferecer soluções quantitativas a perguntas tais como: a da relação entre um estímulo e a percepção que temos dele; de quão intenso um estímulo precisa ser para ser notado; de qual a relação matemática presente nesses fenômenos, etc. A tentativa era de afastar a psicologia da filosofia, ou pelo menos da metafísica. Contudo, estes estudiosos não tinham estabelecido, até as últimas décadas do século XIX, um monopólio sobre os estudos psicológicos. Havia uma competição por espaços com grupos de dentro e de fora dos circuitos acadêmicos; incluindo espíritas, advogados da “pesquisa psíquica”<sup>25</sup> e filósofos, que ofereciam modelos alternativos de psique e psicologia (Wolfram, 2012)

Nesses primeiros empreendimentos, a introspecção (método de exame dos próprios pensamentos) era uma técnica amplamente utilizada (Schwitzgebel, 2019; Frankish e Evans, 2009, p. 8). O desenvolvimento de diversas técnicas, introspectivas ou não, dedicadas ao estudo científico da mente, com o foco no estudo sobre as percepções e sensações, levaram na direção do estabelecimento de uma psicologia acadêmica experimental da qual descende grande parte da psicologia contemporânea. Psicólogos alemães do século XIX consideravam a interioridade mental irreduzível a dados anátomo-fisiológicos. Os fenômenos mentais, uma vez comparados aos fenômenos do mundo objetivo, constituiriam um âmbito de investigação próprio e possuiriam sua própria

---

<sup>25</sup> “pesquisa psíquica” era o nome dado a linha de estudos de fenômenos que hoje classificaríamos como pertencentes à “parapsicologia” – a tentativa, bastante envolvida em charlatanismo, de propiciar estudo científicos sobre fenômenos paranormais, alma, espíritos. Hartmann principalmente dialoga e se aproxima dessa tendência.

significação. A tarefa da psicologia era a de identificar e explicar os fenômenos psíquicos - que constituem os modos de funcionamento mental que criam a experiência consciente (Romand 2012). A noção de representação passa a ser central:

(...) A pesquisa psicológica está basicamente dirigida à questão das representações (Vorstellungen). Para os psicólogos alemães, representações são as entidades psíquicas qualitativamente definidas, que contribuem para a expressão de todos os aspectos da vida psíquica, assim como para o aparecimento da experiência consciente. Falando de outro modo, representação é o ato mental pelo qual o sujeito toma consciência de determinado aspecto da realidade: ela corresponde à manifestação de um conteúdo definido de consciência. Presumir a existência de representações supõe que os fenômenos mentais podem ser separados uns dos outros e reduzidos a um número de componentes objetiváveis. O caráter objetivo das representações é assegurado em última instância pela possibilidade de correlacioná-las com a atividade de locais neurais específicos. Cada tipo de representação poderia ser relacionada (pelo menos teoricamente) a um substrato definido. A psicologia alemã do século XIX, construída em torno do conceito de representação, é uma teoria de natureza mentalista baseada em uma concepção analítica (atomística), objetificante e naturalizadora de vida psíquica<sup>26</sup> (Romand, 2012).

Sobre o curso da evolução da discussão sobre o inconsciente na psicologia acadêmica do século XIX perpassam questões sobre o método e objeto da psicologia. Nesse caso específico, discutia-se sobre se a psicologia deveria ficar restrita aos atos da consciência, a aquilo a que temos acesso e pode ser experienciada fenomenologicamente; ou se seria lícito estabelecer inferências acerca de objetos que sejam “mentais”, mas não dados imediatos da consciência (Romand 2012).

Pois apesar de certas linhas teóricas defenderem a ideia de representações inconscientes, a psicologia ainda era amplamente defendida como a ciência que tem a consciência como seu objeto por excelência, como exemplifica Ribot:

Na Psicologia, como sendo a ciência da alma, e não do meramente do cérebro e dos nervos (que pertencem à fisiologia), começamos com atos conscientes, os observamos enquanto prosseguimos, e nosso apelo final também é para eles.

---

<sup>26</sup> “(..) psychological investigation is basically concerned with the issue of the representations (Vorstellungen). For German psychologists, representations are the qualitatively defined psychical entities that contribute to the expression of all aspects of psychical life as well as to the appearance of conscious experience. Differently speaking, representation is the mental act by which the subject becomes aware of a given aspect of reality: it corresponds to the manifestation of a definite content of consciousness. Assuming the existence of representations supposes that mental phenomena can be separated from each others and reduced to a number of objectivable components. The objective character of representations is ensured in the last instance by the possibility to correlate them with the activity of specific neural territories. Each kind of representation can be attributed (at least theoretically) to a definite substrate. 19th-century German psychology, built up around the concept of representation, is a theory of a mentalistic nature based on an analytical (atomistic), an objectivizing, and a naturalizing conception of psychical life.”

As distinções universalmente reconhecidas entre sensação e percepção, entre memória e imaginação, entre simples apreensão e juízo entre entendimento e razão, entre juízo e sentimentos, entre razão e vontade, entre desejo e vontade, foram todas percebidas e definidas pela introspecção (mais do que por qualquer descoberta até agora feita por observação do cérebro). Pode haver, portanto, uma psicologia construída a partir dos dados fornecidos pela autoconsciência. Não pode haver uma ciência da mente sem tais dados. Uma ciência da mente não pode ser construída pelos sentidos mais do que uma ciência da matéria possa ser pela consciência interior<sup>27</sup> (Ribot, 1886)

Dificuldades metodológicas eram em grande parte derivadas de limitações próprias ao método introspectivo adotado por muitos psicólogos. Se o objeto da psicologia era a consciência, isso implicaria que seu estudo se dava a partir da análise das representações conscientes. Sendo as representações acessíveis apenas àqueles que as possuem, a introspecção aparece como método viável - e por vezes, o mais indicado. O desenvolvimento de noções de inconsciente se deu parcialmente em tentativas de resolução desse problema: de como estabelecer uma psicologia rigorosa usando a introspecção ou de que outros métodos ou complementos psicológicos deveriam ser empregados.

Nos anos 1880 e 90, a maioria entendia os estados "subconsciente" e "inconsciente" como relativos à atenção. Segundo essa visão, todo estado mental possui algum grau de consciência, mas à alguns é dirigida menos atenção e assim menos notados, e estes podem ser chamados subconscientes ou inconscientes. Um estado sensível só poderia ser mental se tivesse o caráter qualitativo das sensações experienciadas. As sensações ou operações mentais realmente inconscientes (ao contrário das não-percebidas ou esquecidas) eram rejeitadas; quaisquer processos e estados mentalmente relevantes que caem fora da consciência foram designados à pura fisiologia e considerados não-mentais. Sob esta perspectiva, alguns estados fisiológicos têm concomitantes psicológicos; alguns estados fisiológicos sem tais concomitantes são explicativamente relevantes para a psicologia; mas não há processo mental ou psicológico puramente fisiológicos, não-consciente. (Hatfield, 2001)

A introdução do inconsciente nesse contexto se deu a partir do reconhecimento de limitações do associacionismo de procedência lockeana, de complicações decorrentes do

---

<sup>27</sup> In Psychology as the science of the soul, and not of the mere brain and nerves (which belong to physiology), we start with conscious acts, we observe them as we proceed, and our final appeal is to them. The universally recognized distinctions between sensation and perception, between the memory and the imagination, between simple apprehension and judgment, between the understanding and the reason, between the judgment and the feelings, between the reason and the will, between desire and volition (more important than any discovery yet made by the observation of the brain) were all perceived and defined by inward inspection. There can therefore be a psychology constructed out of the data supplied by self-consciousness. There can not be a science of the mind without such data. A science of the mind can no more be constructed by the senses than a science of matter by the inner consciousness, (RIBOT, 1886)

introspeccionismo e pela ausência de possibilidades (concretas ou epistêmicas) de se explicar vários fenômenos de maneira puramente neurológica. O inconsciente elimina a necessidade de ter que se limitar a explicações conscientes, e assim propicia que a psicologia possa deixar de ser uma ciência meramente descritiva (Gardner, 2003, p.109). Tal fato, juntamente com críticas que já vinham sendo feitas ao introspeccionismo, levava os pesquisadores a se afastarem da concepção cartesiana de consciência.

A introspecção era considerada subjetiva, fonte de juízos possivelmente imprecisos. Retirava-se assim da consciência o seu papel privilegiado, de garantia de clareza e distinção que adquirira em Descartes. Mesmo os defensores da observação introspectiva científica admitiam que era uma prática difícil e que exigia treinamento específico (Schwitzgebel, 2021). A partir do uso feito por Helmholtz, dentre outros, de hipóteses sobre ideias e inferências inconscientes, era possível a introdução de conceitos “externos” à introspecção - indiferentes com relação à presença na consciência (Schwitzgebel, 2021).

Ainda assim, no contexto da psicologia científica, o inconsciente encontrou objeções de nomes como por exemplo Brentano<sup>32</sup>, para o qual a posição de fenômenos mentais inconscientes não era justificada, não haveria razões para que hipóteses desse tipo fossem necessárias. Brentano discorda e refuta o uso do conceito de inconsciente, mas ao mesmo tempo reconhece a legitimidade de sua postulação. Discute que em tese certas noções de inconsciente poderiam ser válidas, ou pelo menos dignas de consideração por uma ciência psicológica, desde que cumprissem certos pré-requisitos - que justamente, acreditava que nenhuma das hipóteses sobre inconsciente cumpriam. Dessa forma se contrapõe tanto a tese de que existe psiquismo inconsciente quanto da que seria absurda a sua postulação.

Brentano (1874/2009, p. 80) admite uma longa tradição de autores que já consideravam a existência de uma “consciência inconsciente”, que teria sido discutida já por nomes como Tomás de Aquino, Leibniz e Kant. Brentano também menciona Hamilton, Herbart, Zöllner e Hartmann como participantes dessa tradição, reconhecendo precedentes importantes e a relevância dessa discussão. Mas ainda assim faz o adendo de que se trata de uma ideia controversa, ainda que viesse sendo utilizada por diversos pensadores contemporâneos a ele (Brentano, 1874/2009, p. 80).

### 3.1 Herbart

J. F. Herbart (1776-1841) foi um psicólogo, matemático e filósofo da educação, se destacou pelo seus estudos de pedagogia e pela tentativa de construção de uma psicologia científica. Essa construção ocorreria apenas se a psicologia fosse fundamentada em conceitos matemáticos. Não que se tratasse de uma estratégia inédita, visto que, mesmo antes dele, outros já tinham tentado encontrar uma ordenação causal na alma por meio da aplicação de modelos matemáticos aos fatos psicológicos, entre eles, Leibniz e Wolff.

Mesmo assim, foi um dos primeiros a tentar viabilizar uma psicologia matematizável, se opondo à psicologia das faculdades, que postulava várias entidades e capacidades modulares. Acreditava que a alma a princípio era mais como uma tabula rasa, não havendo faculdades a priori, o funcionamento mental se desenvolvia a partir da relação entre as representações.

A perspectiva de Herbart é “reducionista”, considerando toda a vida psíquica como composta basicamente por representações; mesmo conceitos e operações complexas seriam constituídos a partir da relação entre representações. Inclusive, tal reducionismo pode ser considerado uma diferença marcante entre as tradições metafísicas e cognitivas, as primeiras tinha uma perspectiva que pode ser dita mais “totalizante”.

Herbart definia o termo consciência como a totalidade das representações que estão ocorrendo na mente em um dado momento (Landerer and Huemer 2018). *"Herbart aceitava como uma fonte legítima da psicologia apenas os estados mentais que ocorriam no indivíduo. Estes estados individuais podem ser encontrados em cada representação que se desdobra na consciência. Elas formam a base de toda psicologia científica"*<sup>28</sup> (BORING, 1929).

Herbart, assim como Kant, considerava a matematização como indispensável à ciência, portanto, ela deveria ser aplicada na psicologia, para que esta adquirisse o caráter científico. Contudo, justamente aqui Herbart se contrapõe a Kant, pois seu intento era considerado por Kant uma impossibilidade pois, na medida em que os fenômenos dos quais a psicologia tratava se davam apenas no tempo e não no espaço, não era possível

---

<sup>28</sup> “Herbart accepted only occurrent mental states of the individual as a legitimate source of psychology. These individual states are to be found in every presentation that unfolds in consciousness. They form the basis for all scientific psychology”

que fossem explorados cientificamente (cf. Carvalho e Monzani, 2015).

Segundo Kant, a possibilidade de uma matematização da psicologia deveria levar em conta meramente a “lei de continuidade no fluxo das mudanças internas”, o que ele não considerava suficiente (LEARY, 1978, p. 18). Herbart, então, superou o veto kantiano pela proposição de que os fenômenos psíquicos podem ser diferenciados quanto a seu grau de intensidade. Assim, haveria outro parâmetro: variável em função do tempo e para o qual poderia ser atribuído valor numérico. Como segundo Herbart todas as representações possuem determinada magnitude de intensidade, e a intensidade de cada representação varia em função da intensidade de outras, seria possível estabelecer uma descrição matemática precisa dessa relação (LEARY, 1978, p. 18).

Assim, a psicologia de Herbart se constitui como uma mecânica de representações conscientes e inconscientes: uma representação precisa sempre ultrapassar certo limiar de intensidade para aceder a consciência, de modo que todas as representações “disputam” o espaço limitado da consciência (CARVALHO; MONZANI, 2015). Consciência é o termo para designar a totalidade das representações presentes para nós em um dado momento. Por isso, dadas as limitações da capacidade humana, apenas um número pequeno de representações poderiam estar na consciência simultaneamente - todo resto seria inconsciente.

Em Herbart as representações são reguladas por um “princípio de autopreservação” (GARCIA-ROZA, 1991) que as impele contra a sua inibição. São essas as representações que variam em intensidade; sua intensidade é justamente a medida da força que as impelem em direção à consciência. Quanto mais intensas, mais chance tem de ultrapassar o “limiar da consciência”, que é a linha divisória entre consciência e inconsciente - entre quais representações se manifestam conscientemente e quais não.

Cada representação possui determinado aspecto qualitativo (invariável) e certo nível de força ou intensidade variável, que se expressa através do grau de clareza com o qual a representação aparece na consciência (Boring 1929), sendo que representações com intensidade abaixo de certo limite, o tal “limiar da consciência”, se tornam representações inconscientes, não participando do funcionamento psíquico (a não ser enquanto tendência a retornarem a consciência).

De acordo com suas qualidades, as representações podem ser opostas ou compatíveis:

Representações sempre são sempre ou compatíveis entre si, como é o caso do tom e da cor, ou em oposição umas às outras, como é o caso do doce e azedo. Neste último caso, elas não podem todas estarem presentes na consciência ao mesmo tempo. (...); em casos de conflito, as representações se transformam em forças. Tudo o que acontece na alma pode assim ser compreendido como uma luta constante pelo espaço limitado que a mente tem a oferecer<sup>29</sup> (Huemer e Landerer, 2010).

Representações de natureza distintas entram em conflito uma com a outra, não podendo ocupar a consciência ao mesmo tempo. Portanto, se encontram em oposição. Nesse conflito as que tiverem menor intensidade são recalcadas e “caem” abaixo do limiar. Representações inconscientes são reprimidas e continuam presentes no psiquismo, sempre lutando para conseguirem superar o limiar e ascender à consciência, algo possível na medida em que superem em intensidade as que lá estejam.

As representações que “perdem” a disputa com outra representação mais intensa (e oposta) são reprimidas, se tornando inconscientes (Romand, 2012). O que “move” a psicologia Herbartiana é a luta constante de representações em se manterem presentes na consciência ou retornarem a ela, em detrimento de outras opostas. Toda representação age ativamente de acordo com uma tendência de autopreservação, expressa no esforço de permanecer na consciência. Representações abaixo do limiar da consciência não agem ativamente na vida psíquica, mas ainda conservam o potencial de vir a se manifestar quando a consciência for ocupada por outras representações compatíveis. Uma representação inconsciente tem maior ou menor possibilidade de aceder a consciência a depender do todo das representações já presentes acima do limiar.

A parte matemática dessa psicologia diz respeito a descrever essa dinâmica. Conquanto não se possa efetivamente realizar nenhum tipo de mensuração empírica das forças psíquicas elas são consideradas em termos de força *relativa*, mais ou menos intensas que outras representações. Não se trata de efetivamente mensurar mas poder estabelecer leis psicológicas de relação entre as representações (BORING, 1929).

A psicologia herbartiana conserva a noção de alma como portadora substancial das representações, não podendo inclusive por isso ser dividida em faculdades pois isso violaria a propriedade da alma de ser uma substância simples. As representações presentes

---

<sup>29</sup> Presentations are either compatible with each other, as is the case with tone and colour, or in opposition to each other, as is the case with sweet and sour. In the latter case, they cannot all be present in consciousness at the same time. (...); in cases of conflict, presentations turn into forces. Everything that happens in the soul can thus be understood as a constant struggle for the limited space the mind has to offer

na consciência em um dado momento “ocupam” a alma. Todas as leis do pensamento, da mente, surgem da unidade da alma, do fato de ser una e da dinâmica de representações opostas que levam ao desenvolvimento das faculdades psíquicas. A consciência é a unificação da singularidade da alma; representações e sensações são mecanismos que surgem em Herbart da necessidade de autopreservação da alma (Heidelberger, 2010, p. 210).

No limiar do surgimento dessas novas escolas de psicologia científica, Herbart ainda mantém uma substância metafísica enquanto fundamento ou ponto central, ainda que tente possibilitar o tratamento científico-matemático de tal substância. O inconsciente aqui é postulado como conceito que se torna necessário a realização desse empreendimento, em consequência dessa concepção substancial do objeto da psicologia.

Fechner é o criador da psicofísica, campo específico dentro de investigações tanto psicológicas quanto fisiológicas, mas tendo importância central no debate sobre teorias, métodos e objeto da psicologia. Segue um caminho similar a Herbart em alguns aspectos: toma os objetos da percepção interna como base da psicologia; continua adotando como central a noção de limiar da consciência, em que a manifestação de determinada representação e seu grau de clareza dependem de certo nível de força, além disso, também desenvolve novas possibilidades de se aplicar matemática a investigações psicológicas.

*"O conceito de limiar psicofísico tem o significado mais importante, na medida em que fornece uma base estável para o conceito de inconsciente"* (Fechner apud Gödde, 2010). Assim Fechner, também usando a ideia de limiar da consciência, de intensidade das representações e representações inconscientes, fornece parâmetros para a quantificação desses fenômenos, para mensuração e investigação experimental do que em Herbart permanece como abstração teórica. Fechner desenvolve um modo de mensurar os processos de sensação e de atribuir magnitudes de intensidade definidas numericamente - inclusive magnitudes negativas à representações inconscientes.

A alma tida como substância, ou portadora substancial das representações era uma concepção que também era estabelecida desde Descartes, mantida por Brentano, dentre outros. Parte da força da ideia de identidade entre mente e consciência derivava desta concepção, de que a psicologia era a ciência da alma, e a *essência* da alma o pensamento ou consciência. Nas tendências metafísicas essa tendência aparecia com menos força, devido, por exemplo, a dissolução da alma/mente na natureza. No

empreendimento da tradição cognitiva de criação de uma psicologia científica, a ideia de alma como substancial foi mantida por autores como Herbart e Brentano, mas questionada nos autores que trataremos na sequência. No caso de Herbart, um dos pontos-chaves é o estabelecimento de um funcionamento inconsciente para uma alma concebida dessa maneira.

### 3.2 Fechner

Fechner é o criador da psicofísica, campo específico dentro de investigações tanto psicológicas quanto fisiológicas, mas tendo importância central no debate sobre teorias, métodos e objeto da psicologia. Segue um caminho similar a Herbart em alguns aspectos: toma os objetos da percepção interna como base da psicologia; continua adotando como central a noção de limiar da consciência, em que a manifestação de determinada representação e seu grau de clareza dependem de certo nível de força, além disso, também desenvolve novas possibilidades de se aplicar matemática a investigações psicológicas.

*"O conceito de limiar psicofísico tem o significado mais importante, na medida em que fornece uma base estável para o conceito de inconsciente"* (Fechner apud Gödde, 2010). Assim Fechner, também usando a ideia de limiar da consciência, de intensidade das representações e representações inconscientes, fornece parâmetros para a quantificação desses fenômenos, para mensuração e investigação experimental do que em Herbart permanece como abstração teórica. Fechner desenvolve um modo de mensurar os processos de sensação e de atribuir magnitudes de intensidade definidas numericamente - inclusive magnitudes negativas às representações inconscientes.

Fechner se destaca por ser o pesquisador pioneiro na prática de tentar efetivamente medir percepções inconscientes e de efetuar o estudo experimental sobre esse tipo de objeto. Também estabelece o uso de termos conceituais que seriam retomados pela psicanálise, como princípio de prazer e a ideia de energia psíquica (Elleberger, p. 289). Ele tenta, ao contrário de Herbart, eliminar na psicofísica qualquer suposição metafísica, recusando a noção de alma como fundamento psicológico. Considerava sem lugar esse tipo de suposição, sendo apenas uma tentativa de Herbart de manutenção da ideia de imortalidade da alma. Fechner rejeita assim qualquer substancialização do objeto da psicofísica. Suas investigações se dirigem às aparências físicas e psíquicas, dadas por observação externa e interna. (HEIDELBERGER, 2010, p.209)

Fechner estabelece o paralelismo psicofísico como princípio, segundo o qual o físico e o psíquico estão em relação funcional, de modo que todo fenômeno psíquico possui um fenômeno físico correspondente. Com base nessa relação de dependência funcional, não é necessário incluir hipóteses (metafísicas) a respeito da causalidade dessa interação. Qualquer especulação sobre a natureza da relação mente-corpo em termos

causais adiciona componentes filosóficos que para Fechner seriam necessariamente metafísicos.

Inconsciente é um estado em que representações (conteúdos da consciência) existem efetivamente sem que o sujeito os apreenda. Para Fechner o mental e o físico possuem a mesma base ontológica, sendo duas formas diferentes de aparições dos fenômenos, correspondentes a uma mesma realidade. É uma questão de ponto de vista: o status de físico ou psíquico depende do fenômeno ser percebido enquanto externo ou interno a mim. Assim, há paralelismo psicofísico por implicação; qualquer modificação no físico acarreta uma modificação no mental. Fechner define psicofísica como "A teoria exata das relações funcionais ou de dependência entre a alma e o corpo, mais genericamente falando, entre o mundo corporal (físico) e o mental (psíquico)" (Fechner apud Gödde, 2010).

O modo que Fechner emprega a matemática permite a mensuração de valores precisos, na medida em que se concentra na mensuração de fenômenos físicos (estímulos) e sua correlação com sensações imediatas, não necessitando medir, como Herbart precisaria, nada como uma força ou energia psíquica em si.

Cada sensação pode ser relacionada com algum estímulo do mundo externo. A lei fundamental da psicofísica de Fechner estabelece a regra de variação de uma sensação em relação a um estímulo correspondente. A sensação varia de intensidade logaritmicamente em relação ao estímulo. Isso permite determinar inclusive o valor de estímulo no qual a intensidade da sensação correspondente se torna nula e assim, portanto, abaixo do limiar da consciência.

A psicofísica externa estuda a relação de estímulos externos com sensações, e a psicofísica interna correlaciona sensações com a "atividade psicofísica", ou seja a excitação cerebral que ocorre concomitantemente a aparição de fenômenos psíquicos (HEIDELBERGER, 2010).

Fechner considerava o inconsciente a partir de resultados empíricos. Por exemplo, a ocorrência de objetos não percebidos conscientemente dão origem a imagens residuais (chamadas *after images*). Por tais imagens possuírem um efeito consciente, deveria significar que eles foram percebidos de algum modo, mesmo que inconscientemente (Romand, 2012)

Os fenômenos inconscientes ainda possuem possibilidade de agir sobre o restante da consciência, revelam sua existência através de desdobramentos da vida consciente e podem conferir uma coloração fenomênica ou semântica particular à nossa experiência

perceptual. Inclusive, aparecem na consciência caso tenham a atenção dirigida a eles. (Romand, 2012).

A carreira de Fechner, entretanto, não se reduz ao desenvolvimento da psicofísica, mas também possui um caminho de investigação outro, que se aproxima mais das teorias românticas do que da psicologia experimental, fazendo trabalhos que se remetiam a *natuphilosophie* - como por exemplo tratados sobre a psicologia das planta, defendendo e sendo considerado um dos fundadores da doutrina do pansiquismo<sup>30</sup> (Elleberger p. 217). Ele formula um “princípio de tendência à estabilidade” como um princípio finalístico universal, que seria complementar ao princípio da causalidade. Fechner divide sua obra entre uma “visão diurna”, perspectiva em que promove suas visões pansicológicas de coloração romântica do mundo, em oposição à “visão noturna”, a qual pertencem apenas suas considerações materialistas e experimentais (ibid. p. 218).

No atemos aqui a essa segunda visão, considerando Fechner, seus apontamentos sobre o inconsciente e seu papel histórico a partir da “visão noturna”, suas contribuições à psicologia experimental materialista. Importante, entretanto, notar que o objetivo de Fechner ao longo de sua vida era de unificar essas duas tendências fragmentadas em conflito dentro de sua obra – unir o seu positivismo a sua metafísica. Como coloca Beiser, essa tendência de Fechner tem relação com seu contexto e educação (bem como vida social):

Estes dois lados de Fechner representam correntes conflituosas da sua época. Crescendo no início do século XIX, Fechner foi exposto à ascensão do romantismo e ao crescimento das ciências empíricas. Foi um dos primeiros estudantes de Naturphilosophie romântico, os escritos de Schelling, Oken e Steffans, que foram tentativas Faustianas de apreender a natureza como um todo. Mas foi também estudante de física e fisiologia na Universidade de Leipzig, onde os seus mentores, Alfred Volkmann e Ernst Weber, estiveram na vanguarda do trabalho experimental sobre a psicologia da percepção. Fechner aprendeu cedo que os métodos especulativos de Naturphilosophie eram insuficientes para produzir resultados cuidadosos e substantivos na ciência; apesar disso, nunca perdeu o desejo de unidade, o desejo de uma visão completa das coisas, que é característico de Naturphilosophie (Beiser 2020).

---

<sup>30</sup> Pansiquismo é a corrente teorica que afirma que tudo aquilo que é vivo também possui psiquismo, possui “alma”. Que todo ser vivo é mental e conciente. Frequentemente, se aproximam de doutrinas organicista que afirmam que todas as coisas existentes no universo seriam “vivas” em algum sentido

### 3.3 Helmholtz

Hermann von Helmholtz (1821–1894) foi um físico e fisiologista alemão que foi muito importante para o desenvolvimento da psicologia, se focando principalmente na análise das sensações e percepções, tanto nos aspectos psicológicos e psicofísicos quanto na fisiologia dos nervos. Em suas obras, naturalizando Kant, irá afirmar que as leis que regem as ciências naturais são responsáveis por estruturar os fenômenos internos. Sendo assim, poderíamos dizer que também para Helmholtz todo conhecimento parte da sensação, mas não se fundamenta nela. A sensação sozinha, como resposta a um estímulo, nunca corresponde à percepção ou representação de um objeto. Helmholtz enfatiza que estímulos externos das sensações são causas e as sensações seus efeitos (Patton, 2019). Apesar de negar que a sensação pura seja suficiente para garantir uma percepção, Helmholtz pressupõe a existência dela como ponto de partida para construção da percepção. Isso porque o estímulo que provinha do “objeto real”, externo ao sujeito, era a causa, enquanto a sensação era o efeito correspondente (Patton, 2019).

Helmholtz tinha a necessidade de uma psicologia empírica não introspectiva (MEYERING, 1989 p.181). Em suas investigações sobre a percepção espacial, chega à conclusão de que a interação entre estímulos sensíveis e o órgão receptor não podem ser adequadamente explicados apenas a partir de processos fisiológicos. O intelecto deve interpretar as sensações para que possa haver de fato percepção – aquilo que realmente temos consciência de perceber, o modo como efetivamente vemos e sentimos as coisas, em oposição ao mero processo fisiológico de funcionamento dos órgãos sensoriais (isso diz respeito, por exemplo, da sensação de luminosidade na percepção de objetos do mundo exterior)

A fisiologia sozinha não dando conta, seria preciso o auxílio da psicologia; entretanto a atividade psíquica que deve ser postulada para explicar o processo de percepção também não é redutível a uma psicologia da consciência, se encontrando fora do domínio da vontade. Os dados sensíveis são interpretados a partir da experiência e tal processo ocorre inconscientemente (MEYERING, 1989 p.181). A introspecção não poderia assim jogar luz sobre esses processos.

Helmholtz distingue a psicologia fisiológica de uma psicologia pura: os estudos

dos fenômenos psíquicos se diferenciam entre o estudo fisiológico das operações mentais - que produzem as sensações - da psicologia pura, que estuda sobre as leis e a natureza da mente enquanto essa age independentemente ou além das sensações e representações dadas pelos órgãos sensoriais (Patton, 2019). Ao fazer tal separação entre o estudo de fatores puramente psicológicos do de fisiológicos, Helmholtz não pretende mais do que enfatizar o fato de que existe um conjunto bem definido de processos fisiológicos que são estudados e relativamente bem conhecidos, mas que em si não são suficientes para compreender a percepção como um todo. E então outro conjunto de fatores precisa ser postulado; mas a postulação desses conjuntos, propriamente psíquicos, não significa a aproximação com um dualismo psicofísico, apenas que tal conjunto de fatores precisam ser distinguidos dos elementos óticos e fisiológicos das sensações (MEYERING, 1989, p. 199).

Sua grande utilização e inovação sobre o tema do qual tratamos aqui foi a hipótese de “Inferência inconsciente”. Como já vimos, a percepção não é determinada em si: determinar coisas tais como a distância entre o sujeito e determinado objeto, requer inferências a partir dos estímulos recebidos pela retina, e para tal inferência é necessário experiência e memória, a percepção inicial deve incorporar inferências da experiência. Helmholtz argumenta que as inferências de sensação para representações objetivas em muitos casos são “inferências inconscientes” indutivas. E tal processo aparece para nós como se fosse o efeito de uma força externa, tal qual a sensação imediata, e não algo passível de ser descoberto através da reflexão, por nós mesmos, pela introspecção (Meyering, p.192).

A maior parte das sensações são unidas com imagens mnêmicas relacionadas, e são interpretadas nos termos destas. Sensação e memória suplementam uma à outra. Ilusões de ótica são explicáveis por erros de juízo, não do funcionamento do Sistema sensorial. (Meyering, 1989, p. 187). A memória atua como papel de fornecer elementos para a inferência inconsciente - os juízos inferenciais inconscientes são condicionados pela memória (Meyering, 1989, p. 190).

### 3.4 Lipps

A vida psíquica de um momento [...] é como uma ampla montanha submersa no mar, da qual só alguns poucos dos mais altos picos erguem-se acima da superfície da água [...] desistir do inconsciente na psicologia significa renunciar à psicologia. Como se pode então censurar sua aplicação?” (Lipps, 1897 /2001).

Theodor Lipps é talvez um dos autores mais importantes em nossa investigação. Em uma conferência proferida em 1897, intitulada “*O conceito de inconsciente na psicologia*”, ele coloca o inconsciente como elemento imprescindível a qualquer psicologia, sem o qual ela não conseguiria possuir um caráter explicativo. Uma psicologia meramente descritiva, segundo Lipps, seria apenas relato de processos conscientes individuais, no qual: “Não haveria (...) nenhum “por quê” ou “para quê”. Não haveria nenhuma pergunta pela procedência das vivências conscientes ou pelo significado delas para o encadeamento da vida psíquica e faltaria aos fatos toda universalidade e necessidade” (Lipps, 1897 /2001) Assim, a toda psicologia apenas descritiva, faltaria qualquer possibilidade de constância intersubjetiva ou possibilidade de generalização, sendo apenas descrições isoladas de vivências individuais.

A psicologia apenas descritiva, tomada seriamente, não poderia falar de maneira alguma de vivências conscientes de outras pessoas, visto que eu mesmo nunca posso vivenciar, mas apenas inferir tais vivências. Toda inferência, porém, pressupõe uma conformidade a leis ou um encadeamento causal, e toda inferência de algo psíquico pressupõe um encadeamento causal psíquico.” (Lipps, 1897 /2001)

A psicologia de Lipps, ao menos no período em que proferiu essa conferência, é uma psicologia de cunho associacionista (Fidalgo, 1991/2011). Nesse sentido o que temos acesso imediato são representações conscientes, e de certo modo tais representações constituem o objeto da investigação psicológica. Agora, sendo uma psicologia associacionista, para decifrar o modo com que essas representações se associam - as leis que regem sua aparição e funcionamento - é preciso inferir, a partir do que é imediatamente dado, algum modelo explicativo.

De acordo com Lipps, ainda era a tarefa da psicologia científica “tornar compreensíveis os conteúdos da consciência e sua existência” (1897 /2001) numa perspectiva que envolvia ordenar os fatos da experiência segundo uma conformidade causal. Mas nenhuma ciência simplesmente encontra essa ordenação na experiência imediata, ela precisaria ser produzida; o conhecimento humano seria o acréscimo de um mundo real aos “sintomas” detal mundo, dados na experiência imediata (representações). Dito de outro modo, leis físicas, teorias científicas, seriam a construção de um modelo de funcionamento, a descrição de um “mundo real”, elaboradas a partir da observação dos efeitos de tal mundo em nossa consciência.

O mesmo se dá na psicologia: Lipps estabelece a distinção entre o que chama de ‘eu’ ou ‘psiquismo ideal’ e ‘eu’ ou ‘psiquismo real’. Chama de psiquismo ideal nossas

vivências subjetivas, o que nos é dado na consciência, que seria, em tese, o objeto de uma psicologia puramente descritiva. O encadeamento de representações psíquicas que temos, percebemos em nossa consciência é o Eu real. O psiquismo real se compõe dos atos psíquicos: sentir, representar, pensar - enquanto que o conteúdo, as vivências desses atos, o pensado, sentido, representado, as vivências conscientes, pertencem ao psiquismo ideal. O psiquismo ideal corresponde às representações que se encontram na cadeia associativa, o Real a algo como as leis que regem o funcionamento desse encadeamento. O Eu real seria algo desconhecido em si que colocamos como fundamento do Eu vivenciado, da possibilidade dos objetos da consciência.

Uma psicologia meramente descritiva se prende à análise do Eu ideal. O Eu real deve ser postulado para permitir a inserção da psicologia na lógica do pensamento causal. Do mesmo modo que a física seria a descrição e leis de funcionamento de um mundo real a partir de percepções fenomênicas conscientes, a psicologia é a descrição e leis de funcionamento do psiquismo real a partir de percepções fenomênicas conscientes (eu ideal). Em Lipps o Eu real é (o) Inconsciente:

O mesmo também está implícito no esclarecimento de que os objetos da psicologia são as sensações, as representações, os pensamentos, etc., em oposição ao que é sentido, representado, pensado; dito de outra maneira, o psíquico são os "atos" de sentir, de representar e de pensar. Aqui tudo estaria absolutamente claro se, além da existência do que é sentido, representado e pensado, nós também vivenciássemos imediatamente o sentir, o representar, o pensar, em suma, os "atos" psíquicos. Mas, na verdade, esses atos não existem em nossa experiência imediata. Se é que existe, então, o ato ou o processo de representação - o modo como é feito com que algo representado esteja aí para mim - pertence ao reino do inconsciente. (Lipps 1897 /2001, p. )

Para além disso, no inconsciente, segundo Lipps, todo evento psíquico presente é condicionado, em maior ou menor grau, por vivências passadas, mas sem que essas vivências necessitem existir na consciência concomitante ao que condicionem. Sempre se reage a, por exemplo, uma proposição que nos é anunciada. Posso rejeitar ou aceitar ela, de modo mais ou menos intenso. O modo como reajo é condicionado pelo histórico de vivências psíquicas, que não se encontram ocupando minha consciência no momento dessa aceitação ou rejeição, de modo que o conjunto de representações já vivenciadas pela consciência determinam uma certa disposição psíquica. Representações passadas então agem, sem estarem conscientemente presentes, e nunca desaparecem totalmente do psiquismo, mas deixam para trás “restos mnemônicos”, potência de representações, ou representações atentes – potências que, mesmo sem se atualizarem, se reproduzirem

novamente na consciência, exercem efeito, agem.

Tomem como exemplo o que agora se passa comigo. Eu falo, junto palavra com palavra e tenho a consciência da correção daquilo que digo. Essa consciência não é condicionada pelas palavras como tais, mas por aquilo que as palavras significam. Disso, porém, só os rudimentos acidentais estão, agora, na minha consciência. Até onde meu pensamento é um processo da consciência, eu penso em conceitos, (...) penso em palavras, que fazem com que se tornem inconscientemente ativas as representações outrora ligadas a elas. (Lipps 1897 /2001)

Lipps, através de suas noções de eu real e eu ideal, realiza pela primeira vez de modo mais explícito nessa tradição uma inversão no objeto da psicologia. Mais do que não ser uma ciência da alma, a psicologia deixa de ter a *consciência* enquanto objeto principal. Afinal, para Lipps é o único modo da psicologia deixar de ser descritiva e de focar meramente nos fenômenos e representações, e passar a ter como central as leis internas de funcionamento que regem os fenômenos ao qual estuda.

### 3.6. A tendência fisiológica

Na Inglaterra, toda uma polêmica em torno da possibilidade do inconsciente emergia: a psicologia associacionista tradicional predominante, representada por Bain, James Mill, Stuart Mill, dentre outros, consideravam a psicologia como ciência do estudo da consciência. Os associacionistas adotavam uma classificação usual de fenômenos mentais entre intelecto, vontade e sensações, mas também negavam que isso representasse faculdades mentais subjacentes, se opondo à psicologia das faculdades e baseando suas explicações em como as leis de associação operam nos elementos da consciência (HATFIELD, 2001, p. 4).

Assim, parte dos defensores britânicos da ideia de inconsciente eram médicos, psicólogos e fisiologistas, propondo que o inconsciente seria domínio da fisiologia. Vários desses desenvolvem a visão do inconsciente como um conjunto de sistemas de processamentos para atividades corriqueiras que aconteceriam automaticamente, incluindo nomes como Laycock e Carpener (FRANKISH e EVANS, 2009, p. 5). Mas havia polêmica: Hamilton em especial era crítico àqueles que se recusavam a considerar o inconsciente enquanto uma postulação legítima:

Se é fato que a mente se utilize de energias, ou seja, sujeita a modificações, nenhuma das quais conscientemente; essa é a formulação mais geral de um

problema que mal foi mencionado, muito menos tratado, neste país [Inglaterra]; e quando atraiu atenção passageira, a suposição de alguma ação ou paixão inconsciente da mente foi tratada como ininteligível ou absurda. Na Alemanha, ao contrário, ela não só foi investigada, mas essa alternativa que os filósofos deste país consideraram como ridícula, foi seriamente estabelecida como uma conclusão a qual os fenômenos não só demandam, mas também impõem. (Hamilton apud FRANKISH e EVANS, 2009,)

É nesse contexto que surgem as noções do inconsciente fisiológico: de reflexo cerebral e cerebração inconsciente. Tal ideia, de que os processos superiores são afetados por reflexos sofisticados, mas inconscientes - similares aos mais primitivos do tronco encefálico e da medula espinhal - situa que respostas instintivas e emocionais, bem como certos comportamentos intelectuais, poderiam ser explicadas dessa forma. Hamilton ataca o cartesianismo de seus contemporâneos e desenvolve a ideia de latência mental, na qual processos inconscientes fazem parte na associação de ideias, percepção e execuções de ações corriqueiras e especializadas. Segundo Hamilton, a esfera das modificações mentais conscientes seria apenas uma pequena parte central de uma esfera maior de ações e paixões da qual podemos conhecer apenas pelos efeitos. Considerava que a postulação de elementos inconscientes era necessária já para a possibilidade da análise associacionista (FRANKISH e EVANS, 2009).

Na psicologia científica alemã, a questão do inconsciente era posta em termos cognitivos e o problema, em termos gerais, era de como representações (mentais) poderiam ocorrer sem que houvesse ao mesmo tempo a experiência subjetiva destas. Sendo assim, a questão dos atos reflexos era posta como um tópico diferente no contexto germânico. Reflexos seriam mecanismos fisiológicos que deveriam ser tratados diferentemente. Assim, principalmente na Inglaterra surgia simultaneamente essa tradição oposta, de acordo com a qual: "a atividade reflexiva dos centros nervosos resulta em "cerebrações inconscientes" que contribuem para o aparecimento de fenômenos conscientes" (ROMAND, 2012).

Carpenter cunhou o termo de "cerebração inconsciente"; a posição, no geral, era considerar que o mental era domínio da psicologia, enquanto tudo que estivesse abaixo de seu limiar pertenceria à fisiologia. Cita o que ocorre quando não sabemos que temos certos conhecimentos, como escrita automática, e enfatiza o papel do inconsciente em processos de insight, emoções e preconceitos (FRANKISH e EVANS, 2009, p. 5). Maine de Biran, na França, também escreve sobre a influência do hábito e de que ações habituais (corriqueiras) podem se tornar tão integradas a ponto de se tornarem totalmente automáticas e inconscientes. Ele estabeleceu uma distinção entre memória consciente e

memória baseada no hábito: uma memória representacional consciente e memórias de respostas afetivas e motoras como dois tipos de memórias inconscientes (FRANKISH e EVANS, 2009, p. 5).

Voltando à Alemanha, e comentando sobre um último tipo de uso (já presente de algum modo na visão de Carus), Ernest Haeckel, grande difusor do darwinismo em território germânico, desenvolve as noções de que a ontogenia recapitula a filogenia, e que haveria um tipo de memória evolutiva, que se preservaria e modificaria através da história e evolução da espécie.

Edwald Hering - fisiologista alemão, envolvido em polêmica com Helmholtz a respeito da percepção - parte dessa ideia, defendendo tal memória filogenética como uma memória inconsciente. Em seu texto *“on memory as a universal function of organized matter”* havia uma visão própria do inconsciente, ainda baseada em funções biológicas como a dos ingleses - mas na história evolutiva das espécies - mais do que no modo de funcionamento neurofisiológico. Este autor também considerava a psicologia como ciência que busca as leis que governam a vida consciente.

A consciência seria um acompanhamento da organização fisiológica do homem e do animal. O cérebro faz emergir atos ideativos e de vontade, etc a partir do seu funcionamento físico, dos átomos e células cerebrais que funcionam de acordo com leis físicas deterministas. Cabe a fisiologia estudar a parte física desse processo, e à psicologia estudar a consciência em si enquanto fenômeno emergente.

O inconsciente seria de natureza orgânica, e não mental, que se inter-relaciona com o funcionamento consciente. Mas desse modo pertenceria ao domínio da fisiologia e não da psicologia.

Em considerações puramente empíricas, a matéria e o inconsciente devem ser considerados como idênticos, o fisiologista pode justamente definir a memória de um jeito amplo como uma faculdade do cérebro, cujos resultados, em grande parte, pertencem tanto à consciência quanto ao inconsciente (..) Teorias de uma consciência individual, segundo se supõe que cada alma humana começa a vida por si mesma e com um desenvolvimento próprio, como se os milhares de gerações anteriores à sua existência não existissem, estão em discordância gritante com os fatos da experiência diária (Hering, 1920)

Sem adentrar no campo da especulação metafísica, Hering propõe a memória inconsciente enquanto uma função biológica da espécie, desenvolvida através dos processos evolutivos. Assim seria o desenvolvimento de comportamentos instintivos para além de uma função geral que acompanha a evolução da espécie. Há expressões

individuais do inconsciente, elas correspondem ou à memória ou ao instinto.

Os animais aprendem e aprimoram seus comportamentos instintivos a partir da prática da repetição, como o de construir ninhos por exemplo, mas só tem tanto êxito na primeiras execuções “devido à disposição herdada da substância nervosa pela memória, que só espera uma oportunidade para funcionar em total conformidade com a situação, e rememorar exatamente o necessário para aquela ocasião” (HERRING, 1920, p.).

No caso humano, se tomarmos o movimento de tocar um instrumento musical, por exemplo, a vontade consciente só emite ordens, e os processos de movimentos musculares ocorrem inconscientemente. A memória corporal e fisiológica constituem o inconsciente, que, do mesmo modo, se aprimora conforme o hábito e prática constante. O que aparece como instinto nos animais humanos se apresenta de maneira mais livre, como predisposição.

De todo modo, a tradição fisiológica trata o inconsciente e seus fenômenos como um objeto pertencente ao campo da biologia, possuindo sim efeitos na mente e na experiência fenomênica, mas sem serem caracterizados como psíquicos. Lipps se dá ao trabalho de ressaltar que o conceito psicológico de inconsciente que defende “não é nem hipotético nem místico” mas é “a expressão para a facticidade que temos de colocar no lugar dos mais variados conceitos universais, das forças místicas e das atividades da alma” (1897 /2001). O inconsciente é um conjunto de disposições, moldada através do histórico de vivências, que determinam o funcionamento psíquico do sujeito.

Por fim, cumpre notar que Lipps também se nega a considerar seu inconsciente como algo fisiológico na medida em que certas representações e disposições inconscientes pertencem a um encadeamento de associações psíquicas e são pelo tanto psíquicas. Mas pontua que “aquilo que pertence a esse encadeamento e que, nessa medida, é psíquico, pode muito bem, ao mesmo tempo, pertencer a um encadeamento fisiológico e, desse modo, ser fisiológico” (Lipps, 1897/2001). A característica de psíquico ou físico, assim, não é pertencente a uma coisa em si mesma, mas depende da perspectiva. Caracterizar de antemão algo como físico ou psíquico seria (e postular algum materialismo, reducionismo, paralelismo etc.), para Lipps, especulação metafísica indevida.

Em outras palavras: para Lipps, a psicologia é uma ciência empírica e, como tal, não lhe é permitido fazer hipóteses metafísicas – ou seja, pode ser que o inconsciente se resume, em última análise, ao fisiológico, mas isso não pode ser tomado como certeza, sem de antemão se assumir uma postura metafísica específica. A psicologia, para Lipps, não deveria se ater a esse tipo de elucubração, mas sim estudar os fenômenos a que se

dirige a partir de uma perspectiva psicológica. Caso contrário, enquanto ciência ela se reduziria a mera linha auxiliar da fisiologia: para ser ciência, a psicologia deve olhar para o seu objeto numa perspectiva psicológica. A psicologia deveria começar na observação direta dos fenômenos psíquicos internos, para, a partir disso, teorizar o funcionamento do Eu real (e não se preocupar precipitadamente em tentar estabelecer correlações entre fenômenos físicos e psíquicos, e nem começar a partir dos resultados da fisiologia (FIDALGO, 1991/2011, p47).

Sendo assim se aproxima da concepção de Helmholtz do inconsciente, ou de fatores que são inconscientes, como um modo de funcionamento específico da mente. O inconsciente não é usado apenas para designar um estado em que determinadas representações se encontram, mas de postular um modo de funcionamento cognitivo que propriamente funciona inconscientemente, (e que não pode, portanto, ser estudado a partir da introspeção ou observação interna).

## 4. O Inconsciente em Freud

### 4. 1. Os traços distintivos do ponto de partida

Freud se insere numa tradição nascente da criação da psicologia como ciência natural, mas difere de outras propostas por não se utilizar do método experimental, bem como por uma diferença quanto aos temas tratados. Ele não se refere prioritariamente a temas como o funcionamento ou a fundamentação de percepções, juízos, cognição etc., mas concentra suas investigações iniciais no campo da psicopatologia. Apesar disso, ainda coloca a psicanálise como ramo específico da Psicologia. Para isso, ele necessita postular alguma coisa que tenha efeito sobre o psiquismo, mas que não precise estar presente na consciência para produzir efeitos. Basicamente, ele considera que apenas os dados da consciência não são suficientes para que uma teoria consiga explicar tais fenômenos psíquicos. Nas suas próprias palavras:

Notarão desde logo que o psicanalista se distingue pela rigorosa fé no determinismo da vida mental. Para ele não existe nada insignificante, arbitrário ou casual nas manifestações psíquicas. Antevê um motivo suficiente em toda parte onde habitualmente ninguém pensa nisso; está até disposto a aceitar causas múltiplas para o mesmo efeito, enquanto nossa necessidade causal, que supomos inata, se satisfaz plenamente com uma única causa psíquica<sup>31</sup> (Freud, 1916).

Uma grande oposição à ideia de identificar a mente com a consciência é que restringir o âmbito de investigação à consciência não torna a psicologia menos opaca. Qualquer explicação de cunho psicológico faz necessário que haja especulação sobre um modo de funcionamento - o que não pode ser confirmado. O ponto básico inicial da psicanálise é que fenômenos como formações de sintomas histéricos, chistes e atos falhos (as chamadas manifestações do inconsciente) não são arbitrários (nem puramente fisiológicos), mas subordinados a um modo de funcionamento mental específico.

Freud, em seu proceder, basicamente tenta atuar como cientista natural, elaborando sua teoria a partir de fatos empiricamente observados clinicamente e de inferências teóricas, testando e reformulando hipóteses à medida que as verifica, ou não, na prática. Inicia sua carreira acadêmica na área da neuroanatomia, sendo suas primeiras publicações relatos de investigações laboratoriais ou verbetes em enciclopédia. Separa-se do método da neurologia por estar convencido de sua insuficiência, ao menos

---

<sup>31</sup> A respeito disso cf Smith 1999 e nota da página 92 (infra)

temporária – ou seja, o desenvolvimento das técnicas de investigação anatômicas e fisiológicas da época não eram suficientes ou adequadas para o estudo de fenômenos mentais, o que o impulsiona à experimentação de novos métodos. Isso independe da sua concepção ontológica em relação à mente e corpo, o mental em Freud pode ser considerado como substancial ou meramente heurístico (sendo que há entre os comentadores divergências sobre sua posição)

Quanto ao seu método de proceder:

após observações sistemáticas e interrogatórios do paciente, a melhor explicação para o comportamento (por exemplo, sintomas neuróticos), sonhos, atos falhos e relatos; ao mesmo tempo, a prática clínica envolvia o uso de "construções" conjecturais, ou seja, narrativas hipotéticas sobre experiências reprimidas, baseadas em noções metapsicológicas; a verdade dessas construções deveria ser atestada pela rememoração de memórias adicionais e pelo resultado terapêutico. A experiência terapêutica, por sua vez, corroborava as hipóteses metapsicológicas sobre o inconsciente (seu status atemporal, seus princípios, a dinâmica dos impulsos e "investimentos"), pois estes últimos obviamente não podiam ser observados diretamente e tinham de ser inferidos (PERCERE, 2020).

Como já dissemos, é parte do objetivo da psicanálise permitir a construção de explicações causais para o surgimento de sintomas, e é justamente a filiação a uma noção determinista da vida psíquica que torna isso possível. Esse ponto básico permite que se estabeleçam discussões que façam sentido sobre a etiologia de psicopatologias, ou sobre a eficácia de um tratamento. O fato de que uma intervenção possa ter algum efeito se sustenta na existência de um vínculo entre o sintoma e sua causa.

Nas primeiras páginas de "Pulsões e seus destinos", Freud escreve um parágrafo frequentemente chamado de seu "manifesto epistemológico", no qual fornece vários elementos que esclarecem sua concepção de ciência:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas ideias abstratas ao material manipulado, ideias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais ideias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem, de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas a qual, de fato, foram impostas. Assim, rigorosamente falando, elas são da natureza das convenções – embora tudo dependa de não serem arbitrariamente

escolhidas, mas determinadas por terem relações significativas com o material empírico, relações que parecemos sentir antes de podermos reconhecê-las e determiná-las claramente. Só depois de uma investigação mais completa do campo de observação, somos capazes de formular seus conceitos científicos básicos com exatidão progressivamente maior, modificando-os de forma a se tornarem úteis e coerentes numa vasta área. Então, na realidade, talvez tenha chegado o momento de confiná-los em definições. O avanço do conhecimento, contudo, não tolera qualquer rigidez, inclusive em se tratando de definições. A física proporciona excelente ilustração da forma pela qual mesmo 'conceitos básicos', que tenham sido estabelecidos sob a forma de definições, estão sendo constantemente alterados em seu conteúdo (FREUD, 1915a, p. 123).

Freud começa a teorizar sobre a presença de representações inconscientes a partir da observação de casos de sugestão pós-hipnótica como por exemplo em demonstrações na qual um hipnotizador dá uma ordem a um sujeito hipnotizado, a ser executada mediante algum sinal. O sujeito então, quando desperto, sem se recordar da ordem, executa a mesma quando apresentado o sinal. Isso acontece sem que ele tenha consciência de ter sido ordenado, e quando inquirido sobre os motivos de ter realizado tal ação, relata uma motivação diversa. Esse tipo de indício Freud utiliza para argumentar que mesmo ideias em estado de latência, não presentes na consciência, têm de estar presentes e ativas de alguma forma no psiquismo, pois de outro modo não poderia ter exercido efeitos sobre as ações do sujeito.

Sua obra teórica nasce de seu trabalho enquanto médico, no qual observa pacientes histéricos e o uso da hipnose como técnica de tratamento. É nesse nicho que Freud se insere. Cria a psicanálise enquanto uma teoria que busca ser tanto um método de tratamento, quanto uma explicação acerca do funcionamento das patologias histéricas. Considerava insatisfatórias as teorias correntes e, eventualmente, percebia como insuficientes os métodos de tratamento disponíveis.

A clínica é, assim, o campo empírico da psicanálise por excelência, de onde ela obtém seus dados. Justo nesse ponto Freud sustenta a diferença de suas concepções de inconsciente com a de outros psicólogos e filósofos. Considera que muitos deles têm concepções limitadas justamente porque não levam em conta o material empírico que a psicanálise dispõe.

Metodologicamente, Freud trata a psicopatologia como caso específico de um funcionamento mental mais geral. Procedia utilizando-se de um método análogo ao método clínico-patológico, que era padrão nos estudos neurológicos, no qual pela impossibilidade de se estudar um cérebro vivo, se utilizava comparações de quadros clínicos com exames *post mortem* de lesões no tecido cerebral. A função de uma determinada região cerebral era deduzida pela correlação de sintomas clínicos com a

presença de alterações anatômicas. Por exemplo, caso um paciente afásico apresente lesão em determinada região do córtex frontal, é indício de que tal região tem algum papel na execução da fala.

No caso da psicanálise, a analogia é incompleta, pois nem mesmo a parte “patológica”, isto é, o estudo *post mortem* das estruturas orgânicas é possível: a parteda observação clínica permanece, mas é impossível verificar na psicologia a presença de alterações e lesões como na anatomia. Para dar conta dessa ausência, Freud cria o aparelho psíquico como uma estrutura teórica especulativa, a fim de ser usada como ferramenta heurística para explicar o ocorrido na clínica. De forma que, as observações clínicas serviam de base para a elaboração de uma superestrutura especulativa, que por sua vez dava a possibilidade de inserir os dados empíricos em algum tipo de racionalidade explicativa.

Trata-se assim de derivar uma psicologia geral a partir das investigações psicopatológicas. Doenças e transtornos mentais eram considerados como manifestações exageradas de funções psíquicas normais; a descrição da dinâmica de funcionamento das patologias poderia ser generalizada para descrever tipos de funcionamento normais do psiquismo.

A noção de determinismo é um dos fatores que acarretam a equivalência entre funcionamentos “sadios” e “patológicos”, ambos são causados por um funcionamento específico do aparelho psíquico - a vivência sadia não se contrapõe a patológica por uma ser racional e a outra arbitrária, uma “degenerescência” hereditária e outra fisiologicamente ‘normal’.

O projeto freudiano de fazer da psicanálise uma ciência natural sempre esteve relacionado com suas atividades médicas, ou seja, com seu objetivo de construir um método de tratamento de determinados distúrbios psicopatológicos para os quais outras propostas contemporâneas falhavam (Fulgêncio, 2003, p. 132)

Ao caracterizar o aparelho psíquico como algo como “ficção teórica”, Freud está separando uma parte empírica e uma parte especulativa na psicanálise: conceitos como transferência e complexo de Édipo são empíricos, passíveis de serem observados clinicamente. Entretanto, as noções de pulsão, libido, etc., incluindo aqui a própria estrutura e divisão do psiquismo, são construções teóricas inferidas a partir da observação, mas de nenhum modo observáveis em si (Fulgêncio, 2003). Essa parte especulativa, sua teoria de funcionamento do psiquismo em si, Freud chama de

metapsicologia – inclusive colocando nela um caráter possivelmente provisório, subordinada aos dados e conceitos mais empíricos e podendo ser modificada muito mais facilmente.

Mas a metapsicologia freudiana é necessária tanto como o “Eu real” inconsciente era para Lipps. Freud considera que só a descrição dos fatos não é suficiente para explicar como ocorrem os fenômenos psíquicos. A definição de que o psíquico é em si mesmo inconsciente faz a psicanálise poder ser inserida no campo das ciências naturais e, ao contrário da psicologia, pode ir além do limite dado pelas lacunas deixadas pelas representações não conscientes. (Fulgêncio, 2003, p. 137). A metapsicologia é uma elaboração dos dados clínicos empíricos cuja finalidade é a de complementar as teorias clínicas mais empíricas e menos especulativas (Ibd p.146)

#### 4. 2. Psicanálise: concepção de ciência e hermenêutica

Apesar de afirmar em diversos lugares sua posição no campo das ciências, ainda há certa polêmica nessa afirmação de considerar a psicanálise freudiana como ciência natural<sup>32</sup>. Assoun (1983) comenta o fato, efetivado por certos intérpretes, da cisão da obra freudiana em duas partes: uma hermenêutica, que lida com o sentido, as vivências, e sob a égide da interpretação, e outra “energética”, cientificista e naturalista, que visa fornecer a explicação causal, estabelecer a psicanálise enquanto uma dinâmica de energia psíquica causalmente orientada. Enquanto alguns autores importantes, como Jones, tentam (deliberadamente, no caso) estabelecer um Freud basicamente cientificista; outros como Hyppolite, Ricoeur e Habermas fazem justamente essa divisão numa tentativa de “salvar” a obra freudiana de seu próprio autor. Tratam a obra de Freud como estando dividida, cindida entre uma parte na qual tenta fazer algum tipo de hermenêutica da subjetividade e, uma outra parte em que tenta encontrar leis

---

<sup>32</sup> Inclusive é tal metapsicologia que Freud coloca ser passível de, algum dia, ser substituída pela biologia. Mesmo que a psicanálise tenha enquanto objetivo ser uma ciência psicológica, que possa ir além dos limites - tecnológicos inclusive - que havia nos métodos experimentais, anatômicos e fisiológicos da biologia, Freud deixa aberta a possibilidade de um dia a biologia passar a englobar toda essa parte especulativa da psicologia (situação na qual dificilmente faria sentido falar de causalidade psíquica). A psicanálise enquanto método se justifica ao menos provisoriamente, porque ela é útil para reagrupar e explicar os diversos estados psíquicos e comportamentais que eram impossíveis para a biologia da época. (cf. Freud, 1894).

deterministas para o funcionamento psíquico. Ambos os autores privilegiam a parte dita hermenêutica, como o que seria a porção realmente valiosa e inovadora do pensamento freudiano. Habermas caracteriza Freud como vítima de um “auto-engano” cientificista, estando ele ainda preso a concepções herdadas de sua formação, e por isso estaria impossibilitado de desenvolver sua obra em sua total potencialidade (cf. Habermas, 2014).

Como essas duas esferas (energética e hermenêutica) estariam em conflito, a solução é desvinculá-las, na tentativa de salvar a mais fecunda delas, a parte hermenêutica. Na visão desses autores, Freud necessita dessa salvação por se encontrar ainda demasiadamente preso a visões dogmáticas de ciência do seu tempo. Herança da influência de que nomes como Herbart ou Meynert tiveram sobre Freud: o “*otimismo intelectual do naturalista da segunda metade do século XIX*” (Assoun, 1983, p. 23). Freud não teria conseguido ir além de si mesmo para afirmar a psicanálise tal qual ela mereceria ser formulada.

Tais linhas de interpretação, em realidade, críticas a Freud, comumente seguem a visão de Binswanger de que “*a ciência da natureza (...) não constitui a totalidade da experiência do homem pelo homem*”, e a psicanálise se depararia com um limite fruto da contradição entre ciência natural e sentido (Assoun, 1983, p.24).

[em Hyppolite, Ricoeur, Habermas há uma] ideia claramente enunciada e que dará muito o que falar: haveria dois Freud; de um fado, o da pesquisa fecunda, a sua; do outro, o da doutrina rotulada sumariamente de "positivista". E por isso que, " para apreciar a significação filosófica da obra freudiana, não se deve temer ir além de certas formulações do Mestre e explicitar um sentido que ele mesmo não formulou". Depuração do positivismo da psicanálise (Assoun, 1983, p. 25).

A hermenêutica aproxima a psicanálise das ciências do espírito (*geisteswissenschaft*), em contraposição a uma ciência da natureza. Os critérios das *geisteswissenschaft* envolvem: compreensão ao invés de explicação; significação contra causalidade; e determinismo e universalismo versus incerteza e contexto (Birman, 1994, p.40). O texto não afirma explicitamente, mas Birman parece considerar a psicanálise como uma ciência da interpretação e, portanto, da compreensão: como uma ciência do espírito, o que Freud explicitamente nega, ele postula a psicanálise como determinista, explicativa e causal. Birman (1994, pp.41) também propõe uma separação entre “o modelo naturalista de cientificidade” presente em Freud e o “modelo da experiência psicanalítica, centrada na escuta, na interpretação e na transferência” afirmando tais modelos como “teoricamente incompatíveis, não existindo entre eles qualquer possibilidade de solução de compromisso” (ibidm). Birman associa o primeiro modelo à

metapsicologia e o segundo à prática clínica. Freud estaria nesse sentido, no campo metapsicológico, limitado pela imposição da comunidade científica de conformar sua psicanálise a cânones metodológicos estabelecidos, enquanto exerceria, na prática e nos relatos clínicos uma ruptura epistemológica contra tais imposições.

Tais dualidades não se encontram presentes em Freud, ou ao menos, não de modo que seja possível de cindir. As interpretações que "cindem" a obra Freudiana vão contra o que o próprio Freud afirma em seus textos (cf. Freud, 1935). Mas, independentemente do fato de ele ser bem-sucedido em suas pretensões científicas, e mesmo que o caráter hermenêutico de sua obra seja de fato o mais original e fecundo, a necessidade de postulação do inconsciente por Freud surge a partir de sua tentativa de estabelecer uma ciência natural: trabalhar com o inconsciente permite que sonhos e sintomas histéricos sejam explicados cientificamente, para além de serem compreendidos hermeneuticamente (sendo que tanto explicação quanto compreensão fazem parte da psicologia freudiana, mas de forma unida e não antagônica).

Freud, diante da dicotomia entre ciências da natureza e ciências do espírito, uma baseada na explicação e a outra na compreensão, nega a existência dessa divisão. Ciente do debate, explicitamente nega que haja tal dicotomia, que haja uma dualidade metodológica de origem nas ciências. Para ele, ciência não é se não ciência da natureza. A psicanálise, portanto, se científica - e é esse o objetivo - é uma ciência natural, inexistindo para ele outra esfera na qual situá-la. Inclusive por esse motivo a separação entre hermenêutica e energética não faz sentido, pois o objetivo primário não deixa de ser uma ciência explicativa, que se usa da interpretação como método para que esse objetivo possa ser alcançado; a divisão entre os dois tipos de ciência é algo externo à psicanálise (ASSOUN, 1983 p. 48).

Determinar a significação (Bedeutung) do sonho não significa jamais, em Freud, dismantelar o esquema causal. por isso que, como poderia ser verificado, a interpretação freudiana se distingue por seu aspecto positivo, atenta que está em reconstituir a objetividade das associações oníricas, aceitando o risco de, na aparência, empobrecer a interpretação. O que se trata de elucidar é o vínculo objetivo entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente do sonho: é por esta razão que o conteúdo manifesto sempre introduz, em sua função de significante, um aspecto "objetivo" que o toma semelhante a um efeito, assim como o conteúdo latente introduz, no indizível do significado, a eficiência material da causa. Por conseguinte, o ato interpretativo nunca se liberta totalmente do ato explicativo pelo qual se remonta do efeito à causa (ASSOUN, 1983 p.50)

Como filósofos, Habermas e Ricoeur certamente podem fazer uso ou priorizar

certos elementos da obra Freudiana, estabelecendo uma interpretação da psicanálise que se aproxime de seus propósitos filosóficos. Mas a leitura que estabelece uma cisão entre dois planos não é boa exegese. Se existe Freud uma contradição a tentativa de juntar uma ciência de energias psíquicas e causalidade com uma teoria da interpretação e sentido, então essa contradição não pode ser tratada como uma cisão entre dois planos distintos da obra, mas como uma contradição inerente ao projeto que desenvolve a psicanálise. Ricoeur considera isso inclusive:

À primeira vista, parece que há antinomia entre uma explicação regulada pelos princípios da metapsicologia e uma interpretação que se move necessariamente entre significações e não entre forças, entre representações e não entre pulsões. Todo o problema da epistemologia freudiana parece concentrar-se numa única questão: como é possível que a explicação econômica passe por uma interpretação que versa sobre significações e, em sentido oposto, que a interpretação seja um momento da explicação econômica? (Ricoeur, apud ASSOUN, 1983, p.30).

Embora mesmo assim trate de privilegiar o plano da interpretação em detrimento do outro, mesmo tendo como objetivo o de "ultrapassar o afastamento das duas ordens de discurso", conclui indicando que:

No plano do psíquico só serão legítimas as leituras e interpretações de sentido, tudo o mais ficando confinado ao somático. Em suma, toda problemática específica do freudismo (como conceber um aparelho psíquico que é atravessado por forças; como ele as recebe, transforma e desloca; como, por fim, entender o conceito de "energia psíquica" etc.) foi habilmente posta de lado (MONZANI, 1988, p128).

Para Freud a interpretação é uma explicação, o sentido se encontra em relação causal. O sentido de uma vivência pode determinar o caráter traumático ou não de um evento. No que pese a possibilidade de ser contraditória ou insustentável essa posição que combina compreensão e explicação, ainda assim ela é presente na obra de Freud e não é tratada enquanto contradição no interior desta. A querela dos métodos não foi uma das preocupações de Freud, não existe um Freud cientista e outro hermenêuta.

Dentro desse debate, Mezan é um dos que nega essas opiniões que consideram a psicanálise hermenêutica, considerando-a muito mais uma prática empírica, numa interpretação que, se não mais correta ou apropriada, é pelo menos mais próxima do que pensa o fundador da psicanálise:

A Deutung [interpretação] visa encontrar a Bedeutung (significação) de um acontecimento mental, mas essa operação [...] não é de tipo hermenêutico. Não

se trata de atribuir o sentido de um sonho ou de um ato falho a “algo” que neles se exprime, “algo” equivalente a um princípio que deve ser captado através de suas manifestações [...] mas de encontrar a causa que dá origem àquela representação específica. [...] Interpretar o sonho é encontrar o seu sentido – o desejo inconsciente e as fantasias que nele se incorporam – mas esse desejo é justamente uma das causas daquele sonho [...]. Tendências, desejos e pulsões são causas eficientes, forças que determinam aquilo que aparece na consciência (MEZAN, 2014 pp. 555).

Mas definitivamente fica em aberta a questão de "sob que condições Freud promove essa naturalização do sentido que caracteriza sua obra, de modo que interpretar não mais se distinga de explicar e que a significação de um ato mental possa ser plenamente assumida na sua função de causa" (CARVALHO e MONZANI, 2015).

Essa pergunta permanece em aberto, mas dois pontos que se pode levar em consideração sobre uma faceta de como Freud é contemporaneamente lido é a seguinte: que a psicanálise rompe com a psicologia na medida em que seu objeto empírico não é nem o comportamento, nem propriamente os atos psíquicos, mas o discurso. Nessa medida consegue romper com o introspeccionismo e não aderir ao experimentalismo enquanto metodologia, ao se ater ao sentido a ser desvelado no discurso dos pacientes. Nesse caso, sim, se pode dizer que é uma ciência hermenêutica-interpretativa (mas, novamente, o sentido, no caso ,tem papel de explicação, tanto quanto de compreensão). Outro ponto: a psicanálise toma esse relato do paciente como necessariamente inscrito na relação com o outro – se funda sobre a transferência, a relação que o terapeuta tem com o paciente, de modo que uma objetividade distanciada e “neutra” por parte do terapeuta se torna impossível (PALOMBINI, 1996. p. 36). A relação transferencial norteia a investigação e tratamento psicanalítico.

A questão transferencial é um dos elementos que coloca a psicanálise como “diferente”, distinta das demais formas de investigação científica e coloca de forma recorrente a discussão sobre a “cientificidade da psicanálise”. Por ter em seu fundamento (1) o aspecto transferência da prática clínica e investigativa; (2) a conjunção entre explicação e compreensão; (3) a análise do outro enquanto discurso; a psicanálise se torna um perfeito exemplar de caso limite entre ciência natural, hermenêutica e filosofia. Disciplinas que não colocam em jogo esse tipo de concepção se enquadram mais facilmente em um campo ou no outro: ciência natural, humana ou filosofia.

Interessante notar que de ambos os lados chegam críticas à metapsicologia freudiana: leituras mais hermenêuticas ou existencialistas a apontam como instrumento que estaria em desacordo com a natureza dos fenômenos que investiga, a vida psíquica

do homem e as relações interpessoais, obstruindo a observação clínica. Enquanto isso que tentam enquadrar a psicanálise em algum tipo de paradigma de cientificidade a consideram demasiadamente especulativa (FULGÊNCIO, 2003, p. 164).

#### 4.3 Definição de Inconsciente

Uma definição inicial de Freud de inconsciente, em seu texto “Notas sobre a concepção de inconsciente” (FREUD, 1913/2010) é apresentada da seguinte maneira:

Gostaria de expor, em poucas palavras e do modo mais claro possível, que sentido se atribui ao termo “inconsciente” na psicanálise, e apenas na psicanálise. \* Uma ideia\* — ou qualquer outro elemento psíquico — pode estar agora presente na minha consciência e desaparecer no momento seguinte; pode novamente retornar, após um intervalo de tempo, e isso, como dizemos, a partir da lembrança, não em consequência de uma nova percepção sensorial. Para levar em conta esse fato, vimo-nos obrigados a supor que a ideia estava presente em nosso espírito também durante o intervalo, ainda que permanecesse latente na consciência. Sob que forma pode haver existido, enquanto presente na vida psíquica e latente na consciência, acerca disso não temos como fazer conjecturas (FREUD, 1913/2010, p. 195).

Ainda:

Vamos, então, chamar de “consciente” à ideia que se acha presente em nossa consciência e da qual nos apercebemos, e admitir apenas este sentido para o termo “consciente”; já as ideias latentes, se tivermos motivo para supor que existem na psique — como no caso da memória —, serão designadas com o termo “inconsciente”. Uma ideia inconsciente, então, é uma ideia que não notamos, mas cuja existência estamos dispostos a aceitar, com base em outros indícios e provas. (FREUD, 1915b, p. 199).

Freud apresenta a ideia de que as representações inconscientes são representações latentes; de forma básica, que representações latentes, tanto quanto representações conscientes, atuam diretamente nas determinações dos comportamentos humanos. Mas indo além disso - de representações que eventualmente não estejam presentes na consciência - Freud desenvolve uma concepção sistemática de inconsciente, que não teria uma delimitação meramente descritiva: representações não seriam inconscientes (necessariamente) devido a sua baixa intensidade, e nem a denominação ‘inconsciente’ se restringe à descrição de um estado em que as representações se encontram. Representações pertencentes à inconsciência poderiam ser tão intensas e

efetivas quanto as conscientes. O psicanalista contraria assim a concepção de autores anteriores como Herbart, Fechner:

A inconsciência é apenas um traço distintivo do psíquico, que de modo algum basta para a sua caracterização. Existem atos psíquicos de valor bem diverso, que, no entanto, coincidem na característica de serem inconscientes. Por um lado, o inconsciente abrange atos que são apenas latentes, temporariamente inconscientes, mas que de resto não se diferenciam em nada dos conscientes, e, por outro lado, processos como os reprimidos, que, caso se tornassem conscientes, contrastariam da maneira mais crua com os restantes conscientes (FREUD, 1915b, p. 80).

Freud propõe uma divisão tripartite do psiquismo, sua chamada primeira tópica, em que divide a mente entre três sistemas: “consciência”, “pré-consciente” e “inconsciente”. Consciência se referindo basicamente ao que atualmente se encontra consciente. Se inconsciente deixa de ter aqui um sentido meramente descritivo, consciência inversamente passa a tê-lo. Consciência aqui não corresponde a nada parecido com um “portador substancial das representações”, sendo que o que é consciente são as representações as quais eu tenho atualmente acesso imediato<sup>33</sup>. Pré-consciente corresponde à função da memória, representações às quais temos acesso, mas não se encontram presentemente na consciência. Representações pertencentes ao pré-consciente são, descritivamente, inconscientes, não estão atualmente presentes em nossa vivência, mas basta dirigir a atenção a elas, que sem dificuldade acedem ao âmbito da consciência.

O fato de o inconsciente deixar de ter um sentido meramente descritivo (representações das quais em dado momento não possuímos acesso fenomênico imediato) é o que Freud considera sua principal contribuição conceitual ao termo, que passa a ter dois sentidos distintos: um descritivo, a qualidade de um fenômeno psíquico estar em estado latente (não estar sendo acessado pela consciência), e outro dinâmico, que corresponde ao inconsciente psicanalítico propriamente dito - uma outra esfera do psiquismo submetida a leis diferentes.

Tal inconsciente dinâmico se define a partir da repressão. Ele é o que é propriamente inconsciente e que não pode facilmente se apresentar na consciência. E o psiquismo precisa efetivamente trabalhar nessa direção: realizar esforço para que estas representações permaneçam inconscientes como estão.

O que distingue o pré-consciente do inconsciente é a resistência; representações

---

<sup>33</sup> Especulando sobre a possibilidade de se utilizar o termo para análise de um fenômeno de dupla personalidade, discorda da possibilidade de se afirmar que haveria então duas consciências, dizendo que simplesmente, uma das personalidades seriam conscientes por vezes alternadamente

latentes, em si, não apresentam nenhuma diferença intrínseca, mas se diferenciam por ter ou não ter sido reprimidas e, tendo sido, estão sujeitas à lógica de funcionamento de um sistema psíquico diferente. O que é pré-consciente o é em sentido descritivo, o que é reprimido é inconsciente no sentido dinâmico e sistemático do termo (FREUD, 1915b, p. 199). Dinâmico se aplica, no caso, a representações não meramente latentes, mas que não podem ser acessadas pela consciência sem dificuldade. O sentido “sistemático” do inconsciente é o fato de haver duas lógicas de funcionamento diferentes, uma pré-consciente/consciência, e outra inconsciente.

Aprendemos, com a psicanálise, que a essência do processo de repressão não consiste em eliminar, anular a ideia que representa o instinto, mas em impedir que ela se torne consciente. Dizemos então que se acha em estado de “inconsciente”, e podemos oferecer boas provas de que também inconscientemente ela pode produzir efeitos, inclusive aqueles que afinal atingem a consciência. Tudo que é reprimido tem de permanecer inconsciente, mas constatamos logo de início que o reprimido não cobre tudo que é inconsciente. O reprimido é uma parte do inconsciente. De que forma podemos chegar ao conhecimento do inconsciente? É claro que o conhecemos apenas enquanto consciente, depois que experimentou uma transposição ou tradução em algo consciente. Isso requer que o analisando supere determinadas resistências, as mesmas que outrora, rejeitando-o do consciente, transformaram um dado material em reprimido (FREUD, 1915b, p.75).

Aquilo que pertence propriamente ao inconsciente, o conteúdo reprimido, não pode ser acessado, se demonstra somente a partir dos efeitos que exerce sobre o comportamento humano, tais como relatos de sonhos, atos falhos e sintomas neuróticos.

Em termos gerais, a dinâmica da relação entre consciência e inconsciente se dá a partir da repressão de uma vivência insuportável, incompatível com a consciência, com o “eu” do sujeito. É uma vivência insuportável para a consciência o é porque gera um aumento muito grande de desprazer, o que gera um aumento muito grande de “energia”, o aparelho psíquico recalca a representação dessa vivência pois a presença dela na consciência geraria tal acúmulo de desprazer. A tensão proveniente do desejo se mantém em forma de “energia livre”, enquanto a representação é expulsada da consciência, o que faz com que essa energia livre seja desviada para produção de sintomas, sonhos, atos falhos, etc. O conflito também continua posto, ainda que em segundo plano, enquanto não houver algum tipo de elaboração, o que leva também ao acúmulo contínuo dessa energia e manutenção do sintoma (e outras manifestações). Dando a palavra a Freud:

Os sintomas - e, naturalmente, agora estamos tratando de sintomas psíquicos (...) e de doença psíquica - são atos, prejudiciais, ou, pelo menos, inúteis à vida da pessoa, que por vez, deles se queixa como sendo indesejados e causadores

de desprazer ou sofrimento. O principal dano que causam reside no dispêndio mental que acarretam, e no dispêndio adicional que se torna necessário para se lutar contra eles. Onde existe extensa formação de sintomas, esses dois tipos de dispêndio podem resultar em extraordinário empobrecimento da pessoa no que se refere à energia mental que lhe permanece disponível e, com isso, na paralisação da pessoa para todas as tarefas importantes da vida. Como esse resultado depende principalmente da quantidade da energia que assim é absorvida, os senhores verão facilmente que ‘ser doente’ é, em essência, um conceito prático. Se, contudo, assumirem um ponto de vista teórico e não considerarem essa questão de quantidade, os senhores podem muito bem dizer que todos nós somos doentes - isto é, neuróticos - pois as condições da formação dos sintomas também podem ser observadas em pessoas normais [...] os sintomas neuróticos são resultado de um conflito, e que este surge em virtude de um novo método de satisfazer a libido. As duas forças que entraram em luta encontram-se novamente no sintoma e se reconciliam, por assim dizer, através do acordo representado pelo sintoma formado. É por essa razão, também, que o sintoma é tão resistente: é apoiado por ambas as partes em luta. Também sabemos que um dos componentes do conflito é a libido insatisfeita, que foi repelida pela realidade e agora deve procurar outras vias para satisfazer-se. (FREUD, 1913).

O efeito terapêutico se deriva, assim, em alguns casos ao menos, da possibilidade de se levantar o recalque e permitir que uma vivência antes insuportável seja reelaborada na consciência. Na terapia chega-se em uma interpretação, do analista ou do paciente, que revela o sentido de determinada manifestação, sempre remetido a algo vivenciado anteriormente na história daquele sujeito.

Citando um caso como exemplo, se Freud encontra uma histérica que não consiga beber água de um copo, considera que isso é um sintoma que carrega um sentido, constituído com base em todo o desenvolvimento anterior do psiquismo e da história de vida e experiências atuais da pessoa. Tendo isso como implicação que há uma relação causal entre sintoma e experiência vivida. Tal é a conclusão que Freud julga ter chegado empiricamente a partir da análise de casos clínicos.

Isso implica inclusive que uma vivência não se define como traumática ou não (como “reprimível” ou não) a partir de características que lhe sejam próprias, mas sim pela interpretação, pelo sentido que o sujeito dá aquela determinada vivência. O modo de funcionamento se explicaria em grande medida por tal dinâmica de repressão. A teoria de Freud tenta articular o sentido das vivências com um determinismo causal.

Por exemplo, no caso dos sonhos – que Freud considera a via privilegiada de acesso para a compreensão da dinâmica do funcionamento psíquico – o que temos é o acesso a um “conteúdo manifesto”, que é, de fato, a representação mental que temos do sonho. Contudo, o “verdadeiro sentido” do sonho permanece oculto. Para além do conteúdo manifesto, existe o “conteúdo latente” que se refere a representações que remetem a um desejo insuportável e que foram assim reprimidas. O que foi reprimido no

conteúdo latente se expressa de modo distorcido no conteúdo manifesto; tais representações se encontram relacionadas por pertencer a um mesmo encadeamento associativo. Uma função da interpretação analítica é desvelar qual o conteúdo latente que se expressa no conteúdo manifesto de um sonho.

O que acontece é que no processo de repressão o conteúdo ideativo (a representação) é reprimido, mas não a carga de “energia” ou “intensidade” (o afeto) associada a ele; sendo que um sintoma histérico por exemplo é resultado de um sobreinvestimento de afeto. O mesmo ocorre no conteúdo manifesto do sonho, a carga de afeto originalmente pertencente à representação reprimida percorre a cadeia associativa de representações se ligando à representação vivenciada enquanto conteúdo manifesto.

Agora, devido ao fato de a representação correspondente a certa quantidade de afeto ser reprimida, tal “energia” psíquica afetiva fica impedida de seguir seu curso normal; a função geral do aparelho psíquico freudiano é a de “gastar”, utilizar de quantidades de afeto/energia psíquica para realizar atividades vitais do organismo. Os sintomas patológicos surgem quando essa quantidade de afeto fica impedida de ser “gasta” de modo normal, por sua representação correspondente estar reprimida, de modo que essa energia encontra outros meios de ser gasta, que não as atividades saudáveis do organismo. Uma forma pode ser os sonhos, mas outra pode ser a conversão histérica.

## 5. O lugar de Freud na história do inconsciente

A concepção de psiquismo dominante até Freud era a de uma subjetividade identificada com a consciência e dominada pela razão; quando muito admitia-se que a consciência pudesse conter uma franja ou margem inconsciente, ou ainda que, em alguns casos, se pudesse falar de ocorrências psíquicas que permaneciam abaixo do umbral da consciência. O termo ‘inconsciente’ era empregado de forma puramente adjetiva para designar aquilo que não era consciente, mas nunca para designar um sistema psíquico autônomo regido por leis próprias (GARCIA-ROZA, 1991, p. 209).

De acordo com o que vimos até agora, podemos dizer que a citação acima não se encontra exatamente correta, mas contém um fundo de verdade. Em alguns dos autores que abordamos, se nos restringimos aos psicólogos com noções cognitivas de inconsciente, isso se aplica de certa forma, como em Fechner e Herbart, mas não no caso de Helmholtz e, principalmente, de Lipps. No caso de Lipps, todo modo de funcionamento psíquico é dito inconsciente (o eu real), sendo um modo basal de funcionamento da mente. Enquanto que para qualquer autor de tendência romântica ou metafísica, isso estaria longe da verdade, o inconsciente não é uma característica “adjetiva” apenas, e nem se caracteriza pelo ultrapassamento ou não de determinado limiar.

O ponto de Freud ter de justificar sua aceção de inconsciente deriva menos do ineditismo do conceito, amplamente debatido, do que da necessidade particular de postular sua versão específica: o inconsciente enquanto algo psíquico, individual, submetido a leis de funcionamento distinto daquelas do psiquismo consciente. Não metafísico, não fisiológico, não um elemento da natureza externa a nós.

Então uma pergunta: em qual das tradições e modos de tratar o inconsciente Freud se insere? Seu inconsciente é romântico, idealista? Cognitivo?

Poderíamos dizer que Freud se identifica mais com a tradição cognitiva de uso do inconsciente. Seus problemas e teorias se aproximam mais propriamente dos autores dessa tradição. Mas, ainda assim, com diversas rupturas quanto ao objeto, metodologia e uso dos conceitos.

Uma dificuldade que advém é determinar quais os interlocutores de Freud. Pois, se ele parece se encontrar num ponto específico de uma discussão corrente, não parece estar exatamente inserido no debate. Seus textos se dirigem mais propriamente a médicos do que a filósofos e psicólogos. Suas críticas são, via de regra, mais genéricas do que direcionadas a um ou outro autor em particular, parecendo assim ter menos o propósito de crítica a escolas específicas de pensamento psicológico, e mais o de convencer

profissionais que ainda não plenamente afiliados a uma corrente teórica ou outra. Inclusive, Freud não dialoga diretamente com certas correntes contemporâneas a ele, como a fenomenologia ou a psicologia da Gestalt. Conforme a psicanálise se torna mais institucionalizada, torna-se também mais insular, constituindo publicações e congressos próprios.

Alguns elementos da metapsicologia de Freud derivam, ou pelo menos são encontrados pela primeira vez em Fechner: o conceito de energia psíquica, de princípio de prazer. Outros são encontrados em Herbart, como as ideias de repressão e de dinâmica de representações. Mas a definição de inconsciente em Freud difere desses dois autores; pois, a partir dele, representações inconscientes não derivam de qualquer tipo de fraqueza ou baixa intensidade. Inclusive, ao se tornar inconsciente a intensidade associada a uma representação se desvincula dela e pode ser associada a outra representação distinta, enquanto permanecer reprimida. Não há também delimitação de algum limiar, representações pertencentes ao inconsciente sempre terão dificuldade de aceder à consciência e sofrem resistência, enquanto as pertencentes ao pré-consciente podem ser evocadas sem dificuldades:

Com a análise dos fenômenos neuróticos aprendemos, portanto, que um pensamento latente ou inconsciente não é fraco necessariamente, e que a sua presença na psique permite provas indiretas da maior força, quase equivalentes à prova direta fornecida pela consciência. Estávamos habituados a pensar que todo pensamento latente era assim devido à sua fraqueza, e que se tornava consciente ao obter força. Agora adquirimos a convicção de que há determinados pensamentos latentes que não penetram na consciência, por mais fortes que sejam. Por isso chamaremos os pensamentos latentes do primeiro grupo de pré-conscientes, enquanto reservamos o termo inconsciente (no sentido próprio) para o segundo grupo que estudamos nas neuroses. O termo inconsciente, que até aqui utilizamos apenas em sentido descritivo, recebe agora um sentido mais amplo. Não designa somente pensamentos latentes em geral, mas aqueles, em especial, que têm certo caráter dinâmico, ou seja, os que se conservam longe da consciência, apesar de sua intensidade e eficácia (Freud 2010[1915] pp.197).

Isso não implica, necessariamente, que as teorias de Fechner, por exemplo, sejam de todo rejeitadas por Freud; poderia ser que na explicação das minúcias de como ocorrem os processos psicológicos de percepção houvesse algo compatível com a psicanálise. A questão é que se trata, no caso, de um problema distinto. Como já dissemos, não interessava a Freud, não era seu objeto de reflexão os detalhes de funcionamento dos processos de juízo, percepção, cognição, etc. Como ele não chega a tematizar de modo extenso temas como esses, é lícito pensar que ele admite implicitamente uma resolução desses temas como pressuposta.

Ao fazer a dissociação entre psiquismo e consciência, o intento não parece ser deslegitimar as investigações psicológicas concorrentes, mas apontar uma limitação em seus fundamentos. Uma vez que a psicanálise se constitui enquanto uma metodologia particular de investigação do psiquismo inconsciente, ela é em certo sentido complementar à ciência que estuda a consciência. A psicanálise se trata de uma “ciência especial” dentro da psicologia como ciência mais abrangente<sup>34</sup>.

Agora, apesar de se distinguir dos autores que consideram o grau de intensidade das representações como traço distintivo entre representações conscientes e inconscientes, Freud ainda mantém a concepção herbartiana de que exista um nível de magnitude nas representações, que variam em função da intensidade:

Para terminar eu quero lembrar, em poucas palavras, a representação auxiliar da qual me servi nesta exposição das neuroses de defesa. É a seguinte: nas funções psíquicas, cabe distinguir algo (montante de afeto, soma de excitação) que tem todas as propriedades de uma quantidade – ainda que não haja meio algum de medi-la –; algo que é suscetível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se difunde pelas marcas mnêmicas das representações, como faria uma carga elétrica pela superfície dos corpos (FREUD, 1984, p. 60).

Mesmo assim, não pretende por isso tentar e nem defender a possibilidade de uma mensuração ou tratamento matemático de sua dinâmica de representações. O papel desse “montante” - equivalente à “intensidade” das representações que vimos em Herbart - é o de permitir tratar de ocorrências de sobre-investimento ou sub-investimento energético (ou do que quer que seja tal “quantidade”) nas representações psíquicas. No campo da metapsicologia, o sobre ou sub-investimento de uma representação caracterizaria um modo de funcionamento anômalo, semelhante ao papel de uma lesão na neuropatologia: um sintoma neurótico refletiria uma carga anormalmente alta (ou baixa) de energia investida numa representação.

O que Freud faz é, de modo semelhante a Lipps, inverter o objeto de estudo central da psicologia, passando da consciência para o inconsciente. Isso se demonstra na distinção entre o que Freud propõe como inconsciente e o que em Brentano, por exemplo, é designado “consciência inconsciente”. Freud especificamente não usa esse termo porque sua justificativa do conceito de inconsciente é em menos uma defesa da pertinência (ou do não absurdo) de se demarcar algo como inconsciente - o que estava

---

<sup>34</sup> Cf. FREUD 2010[1935] a respeito de sua visão sobre a psicanálise como ciência.

dado - do que a defesa da pertinência de se afirmar que a consciência e o psíquico não são equivalentes. Um dos pontos em Freud é a possibilidade de se elaborar uma psicologia que lide propriamente com o psiquismo, mas que não dependa necessariamente de nenhum tipo de introspecção ou observação interna. Tais fatos também já encontravam precedentes, mesmo na Alemanha do século XIX, mas ainda eram teses que envolviam um alto grau de polêmica, exigindo justificativas de posicionamentos frente à questão.

Freud substantiva o inconsciente e assim muda o escopo de investigação, o objeto da psicologia. Freud permite uma psicologia que investiga os determinantes causais da mente humana sem cair nem no campo da fisiologia e nem da psicologia descritiva.

Lipps é o único autor que parece explicitamente concordar com a tese de que a psicologia, para ter sentido enquanto uma ciência explicativa, necessariamente tem que ter como seu objeto um modo de funcionamento inconsciente. O próprio Freud admite que subscreve as noções de inconsciente de Lipps<sup>35</sup>. O inconsciente de Lipps trata de um modo de funcionamento psíquico não acessível à consciência. Ele não chega a elaborar tão extensamente essa questão pois, em dado momento, se afasta dessa linha de pensamento, mudando seu sistema psicológico que não mais daria a mesma importância à ideia de inconsciente (FIDALGO, 1991/2011)

Freud considera que parte das objeções ao uso de “inconsciente” na psicologia fazem parte de um argumento semântico: de que falar em fenômenos psíquicos inconscientes seria uma contradição de termos, afinal consciência e psiquismo são idênticos - ou no mínimo a primeira é condição de possibilidade do segundo. Freud contraria de modo claro a pertinência de tratar o inconsciente enquanto uma “consciência inconsciente” ao afirmar que se trataria de um abuso da palavra “consciência”:

Não temos o direito de ampliar o sentido dessa palavra de forma tal que venha a designar também uma consciência de que o próprio dono nada sabe. Se os filósofos têm dificuldade em crer na existência de um pensamento inconsciente, parece-me ainda mais discutível a existência de uma consciência inconsciente (FREUD, 1980 [1912])

Brentano, que nega a possibilidade de psiquismo inconsciente - e ainda assim dedica espaço a discutir e expor pormenorizadamente seus motivos para rejeição - explicitamente discute e se contrapõe a um inconsciente enquanto algo *psíquico*,

---

<sup>35</sup> Freud, em cartas, se refere a Lipps da seguinte maneira: “Quem é Lipps? Um professor de Munique que, no seu dialeto, diz exatamente aquilo a que cheguei, em minhas especulações sobre a consciência, a qualidade etc. Eu estava estudando os Grundthatsachen des Seelenlebens antes de começar a viagem; agora preciso reencontrar meu caminho [de leitura]”. (Masson 1986, p. 330)

descartando de antemão as acepções fisiológicas e metafísicas; pois a discussão de Brentano, tal qual a de Freud, dizia respeito especificamente à psicologia. Ele concorda que existe a necessidade de uma discussão terminológica e refinamento conceitual sobre o assunto. Examinando por sua vez o uso da palavra “consciência”, reflete que:

Disputas sobre o conceito ao qual determinado termo define nem sempre são disputas terminológicas inúteis. Às vezes é uma questão de estabelecer o significado padrão de uma palavra, (...) frequentemente, porém, o problema é descobrir os limites naturais de uma classe homogênea. (...) Além disso, mesmo entre aqueles que afirmam que existem ideias inconscientes, há muitos que fazem isto apenas porque atribuem um significado diferente a estes termos. Isto é verdade para Fechner por exemplo que, quando fala de sensações e ideias inconscientes, dá claramente aos termos "sensação" e "idéia" significados diferentes daqueles que lhes atribuímos - tanto que ele não os entende como fenômenos mentais. (...) Podemos muito bem dizer que Hartmann usa o termo "consciência" para se referir a algo diferente ao que nos referirmos. Ele define consciência como "a emancipação da idéia da vontade... e a oposição da vontade a esta emancipação", e como "a confusão da vontade sobre a existência da idéia, cuja existência a vontade não quer, mas que, no entanto, está sensorialmente presente". Esta definição, se não se refere apenas a algo puramente imaginário, ao menos parece suportar algo diferente do que chamamos de consciência. As razões pelas quais ele avança, no entanto, ao menos mostram que ele é um defensor das atividades mentais inconscientes, no sentido em que falamos delas<sup>36</sup> (BRENTANO, 2009 [1974] pp.9-80)

Brentano, apesar de negar que exista efetivamente tal consciência inconsciente, argumenta que não seria uma posição indefensável por princípio. O filósofo analisa uma série de modos como poderiam ser postulados fenômenos inconscientes e aponta os problemas de cada um, mas ao mesmo tempo estabelece Brentano, apesar de negar que exista efetivamente tal consciência inconsciente, argumenta que não seria uma posição indefensável por princípio. O filósofo analisa uma série de modos como poderiam ser postulados fenômenos inconscientes e aponta os problemas de cada um, mas ao mesmo tempo estabelece condições nas quais seria aceitável a defesa de cada um; ele considera

---

<sup>36</sup> Disputes about what concept a term applies to are not always useless quarrels over words. Sometimes it is a question of establishing the conventional meaning of a word, (...) Frequently, however, the problem is to discover the natural boundaries of a homogeneous class. (...) Moreover, even among those who assert that there are unconscious ideas, there are many who do this only because they attach a different meaning to these terms. This is true of Fechner, for example, who, when he speaks of unconscious sensations and ideas, clearly gives the terms “sensation” and “idea” different meanings from the ones we ascribe to them—so much so that he does not understand them to mean a mental phenomenon at all. (...) We may well say that Hartmann, too, uses the term “consciousness” to refer to something different from what we do. He defines consciousness as “the emancipation of the idea from the will...and the opposition of the will to this emancipation,” and as “the bewilderment of the will over the existence of the idea, which existence the will does not want but which, nevertheless, is sensibly present.” This definition, if it does not just refer to something purely imaginary, at least seems to bear upon something different from what we called consciousness. The reasons which he advances, however, at least show that he is an advocate of unconscious mental activities in the sense in which we speak of them. (BRENTANO, 1874 [2009], p.80)

inclusive possibilidade de fenômenos inconscientes como causa de outros fenômenos psíquicos.

Mas, mesmo que seja o caso, a diferença persiste entre a formulação de um “inconsciente” e de uma “consciência inconsciente”. Nesta segunda formulação, ainda se substancializa a consciência como portadora das representações, ainda se confere certo grau de prioridade epistêmica à consciência. Principalmente, implica que a consciência seria o objeto da psicologia – mesmo que a consciência em questão seja inconsciente.

Para Freud, uma psicologia que se baseie apenas no estudo da consciência não se torna por isso menos opaca. Um dos pontos em Freud é a possibilidade de se elaborar uma psicologia que lide propriamente com o psiquismo, mas que não dependa necessariamente de nenhum tipo de introspecção ou observação interna:

Em uma variação interessante do "argumento de outras mentes", Freud sustenta que a natureza do inconsciente mental é de tal jeito que pode ser inferida do mesmo modo que a experiência consciente dos outros pode ser inferida, ou seja, através de evidências indiretas de comportamento. Se opondo a Wundt, não há nenhuma barreira lógica para se saber indiretamente - ao contrário de "apreender" –aquilo que é comumente considerado como mental e, o fato de que processos inconscientes serem incapazes de serem experienciados diretamente não nega, portanto, seu status mental. Quanto à hipótese de uma segunda consciência, Freud argumenta (contra Janet e outros, que na época defendiam um psicopatológico de alternância da consciência, ou consciência dividida) que a hipótese de uma consciência inconsciente é ainda mais censurável, por razões lógicas, do que a de um mental inconsciente<sup>37</sup> (HERZOG, 1988, p. 168)

Ou como coloca Freud:

A hipótese do inconsciente é também inteiramente legítima, na medida em que, ao adotá-la, não nos afastamos um passo da maneira de pensar que para nós é habitual e tida como correta. A consciência proporciona a cada um de nós apenas o conhecimento dos próprios estados d'alma; que um outro ser humano tenha consciência é uma conclusão que se tira per analogiam, com base nas manifestações e nos atos que percebemos desse outro, para nos tornar compreensível o seu comportamento. (Psicologicamente mais correto seria talvez afirmar que sem maior reflexão nós atribuímos, a cada outro indivíduo,

---

<sup>37</sup> In an interesting variation of the "argument from other minds," Freud holds that the nature of the unconscious mental is such that it can be inferred in much the same way as the conscious experience of others can be inferred, viz., through indirect, behavioral evidence. Contra Wundt, there is no logical bar to knowing indirectly—as opposed to "apprehending"—what is normally regarded as mental, and the fact that unconscious processes are incapable of being experienced directly does not, therefore, negate their mental status. As for the hypothesis of a second consciousness, Freud argues (against Janet and others, who at the time were advocating an alternating or split-consciousness model of psychopathology) that the hypothesis of an unconscious conscious is even more objectionable, on logical grounds, than that of an unconscious mental.. (Herzog, 1988, p. 168).

nossa própria constituição e também nossa consciência, e que tal identificação é o pressuposto de nossa compreensão.) Essa conclusão — ou identificação — foi outrora estendida, pelo Eu, aos outros seres humanos, animais, plantas, às coisas inanimadas e à totalidade do mundo, e se revelou útil enquanto a similitude com o Eu individual foi preponderante, mas tornou-se menos confiável à medida que o “outro” se distanciou do Eu. Atualmente nossa reflexão crítica já é insegura quanto à consciência dos animais, recusa-se a admiti-la nas plantas e deixa para o misticismo a hipótese de uma consciência do que é inanimado. Mas também onde a tendência original à identificação passou pelo exame crítico, no caso de o “outro” ser um humano próximo, a suposição de uma consciência baseia-se numa inferência, e não pode partilhar a imediata certeza de nossa própria consciência. (...) Ora, a psicanálise exige apenas que esse método de inferência se volte também para a própria pessoa — algo para o qual não existe, claro, uma tendência constitucional. Assim fazendo, será preciso dizer que todos os atos e manifestações que em mim percebo, e que não sei ligar ao restante de minha vida psíquica, têm de ser julgados como se pertencessem a uma outra pessoa, e devem achar esclarecimento por uma vida anímica que se atribua a esta pessoa. A experiência também mostra que sabemos interpretar nos outros, isto é, integrar no seu contexto anímico os mesmos atos a que negamos reconhecimento psíquico em nossa própria pessoa. Evidentemente, um obstáculo especial desvia nossa investigação da própria pessoa, impedindo que realmente a conheçamos (FREUD, 2010[1915]) pp. 78).

O modo como o inconsciente se constitui em Freud, e não em nenhum de seus antecessores e contemporâneos mencionados, é o que permite o modo específico de crítica da razão de teoria do sujeito de teoria da clínica desenvolvidos pelos seus intérpretes e continuadores. O inconsciente dinâmico, do modo como proposto pelo psicanalista, também é algo que não se verifica anteriormente, pelo menos não passível de ser um campo investigado por uma técnica científica empírica. A tradição metafísica já estava muito distante de uma ideia de consciente descritivo, mas, justamente nessa concepção inconsciente, abarcava um objeto ou estrutura transcendente ao sujeito.

A maior parte do que é discutido em outros autores em termos de memória inconsciente ou problemáticas que colocam fenômenos inconscientes em questão caem, em Freud, no âmbito do pré-consciente. Diferentemente da maioria dos outros autores da psicologia, o inconsciente freudiano não engloba aquilo que não se apresenta na consciência, mas, ao invés disso, aquilo que não pode estar imediatamente presente. Em parte, tais questões são assim resolvidas, ou mesmo dissolvidas, tendo em vista que muitos dos problemas que surgiam pela postulação de algo inconsciente derivam da identidade entre consciência e psiquismo.

Com relação a outros interlocutores possíveis e visões de inconsciente, tendo como horizonte o propósito e visão de ciência de Freud, podemos dizer que ele descartaria como especulações metafísicas qualquer noção romântica ou idealista de inconsciente. Afinal ele explicitamente rejeita qualquer tentativa de estabelecer um

sistema filosófico em termos idealistas, colocando em pólos opostos “ciência” e “filosofia” e colocando firmemente a psicanálise como no campo da ciência. Ao falardos “filósofos” ou de filosofia, Freud expõe uma visão bastante reducionista inclusive, como se toda a filosofia se resumisse à especulação sobre grandes sistemas idealistas<sup>38</sup>.

Pelo seu projeto também descarta qualquer versão fisiológica que tire o inconsciente do domínio da psicologia. Brentano inclusive faz um movimento similar: critica extensivamente o inconsciente de Hartmann, e rejeitando mesmo a de Fechner como não propriamente um objeto da psicologia. Sobre a rejeição da perspectiva fisiológica, e especificamente sobre a tentativa de se restringir o inconsciente à fisiologia, Freud responde que:

Deparamos, em seguida, com a objeção de que essas recordações latentes já não podem ser chamadas de psíquicas, mas correspondem a vestígios de processos somáticos, a partir dos quais o psíquico pode novamente surgir. (...) a objeção se baseia na equiparação — tácita, mas de antemão estabelecida — do consciente ao psíquico. Tal equiparação é ou uma *petitio principii*, que não admite questionar se tudo psíquico tem de ser também consciente, ou um caso de convenção, de nomenclatura. (...) Podemos responder que a identificação convencional entre o psíquico e o consciente é totalmente inadequada. Ela rompe as continuidades psíquicas, nos precipita nas insolúveis dificuldades do paralelismo psicofísico, fica aberta à crítica de superestimar sem fundamentação razoável o papel da consciência, e nos obriga a deixar o âmbito da pesquisa psicológica, sem nos trazer compensação de outros campos e todo modo é claro que essa questão, de saber se os incontestáveis estados latentes da vida psíquica devem ser concebidos como estados psíquicos inconscientes ou como físicos, ameaça redundar numa disputa de palavras. (FREUD 2010[1915]).

No caso dos autores românticos pelo menos, o inconsciente enquanto concepção central já vinha sendo utilizado, mas num sentido bastante diferente do que pretendia

---

38 Quanto à questão da relação de Freud com a filosofia e psicologia, Herzog comenta: “O ataque de Freud à equivalência lógica entre o consciente e o mental é dirigido principalmente contra os influentes ensinamentos do “pai” da psicologia experimental, Wilhelm Wundt. Wundt definiu a tarefa da psicologia como sendo “o estudo dos processos conscientes” (...) Freud ataca a filosofia tanto por sua adoção do inconsciente psíquico, assim como por sua negação do mesmo. Apesar de sua insistência em não ter lido Schopenhauer nem Nietzsche até depois de ter feito suas próprias descobertas, Freud estava plenamente ciente de uma tradição filosófica, centrada na Alemanha, que colocava grande ênfase no conceito de um inconsciente psíquico. Mais diretamente, esta tradição pode ser traçada ao idealismo pós-Kantiano de Fichte, Schelling, Hegel, Schopenhauer e Nietzsche, e à escola relacionada de Naturphilosophie, fundada por Schelling. Freud estava familiarizado com o inconsciente, como havia sido discutido por esses filósofos, mas considerava “o inconsciente deles” como “algo místico, algo intangível e não demonstrável, cuja relação com a mente permaneceu obscura” (...) aqui não há dúvida de que, para Freud, o status científico da psicanálise dependia fortemente da legitimidade e da respeitabilidade do conceito de um inconsciente psíquico. A dificuldade estava em extrair esse conceito de um contexto filosófico que o imbuía de um significado não-científico.” (HERZOG, pp.169)

Freud. Qualquer forma de teorizar que considere o inconsciente como parte não autodeterminada do próprio sujeito - que justamente serviria para garantir a possibilidade de se estabelecer um âmbito de autonomia do sujeito fora do determinismo causal - vai de encontro com o projeto de ciência que o leva a formulara psicanálise.

Mesmo assim, apesar da posição epistemológica de Freud o afastar de princípio de qualquer das visões românticas ou metafísicas, isso não muda o fato de que existem extensas aproximações temáticas entre Freud e tal tradição: o inconsciente como *irracional*. Existe um tratamento metafórico em toda sua obra do inconsciente como o desconhecido, oculto, demoníaco, etc. São apontadas relações entre Freud e autores como, por exemplo, Goethe: noções similares relativas ao tempo, prazer e desejo.

Em parte, o que a psicanálise assim faz é dar um tratamento científico a esses tipos de temáticas; algo próximo ao que as tentativas de Hartmann e Carus, mas com menos verniz romântico. Se mantém a tentativa de tratar seriamente fenômenos como sonhos, transe, hipnotismo, desejos etc muitas vezes subvalorizados pela ciência ortodoxa.

Segundo Ffytche a psicanálise poderia em certo sentido ser considerada como “*naturphilosophie* romântica desencantada” (FFYTCHÉ, 2014, p.31), por vários resgates temáticos, como a ênfase na recordação da “história inconsciente” oculta e esquecida. Freud foi muito influenciado pelas escolas francesas de hipnotismo de Charcot e de Bernheim, que tem ligação direta com as tradições românticas de psiquiatria e espiritualismo que remontam ao magnetismo animal.

Schelling, por exemplo, pontuava que a reflexão e a racionalidade não poderiam fornecer o caminho ao inconsciente. Seria preciso a obra de arte, enquanto objeto simultaneamente empírico e produzido com o auxílio do inconsciente. Freud expande: não só à arte é aplicável tais características, aos sonhos também; enquanto relatos, são simultaneamente um objeto empírico e produto do inconsciente. Desse modo os temas e problemas se tocam em partes. A grande diferença é que Schellinge sua tradição consideram o inconsciente para além do psíquico, como algo transcendente. O inconsciente cognitivo no geral e o de Freud em particular são individuais, instâncias psíquicas próprias de cada sujeito empírico concreto, e não pertencentes a um âmbito exterior ou logicamente anterior ao sujeito.

Também é bom notar que o fato da psicanálise tratar de atos volitivos não mediados pela razão ou consciência não significa apontar qualquer defesa da irracionalidade enquanto método ou ideal, ou mesmo como algo benéfico. Ora, mesmo

que possa ser dito que o inconsciente freudiano é irracional, ele possui uma lógica própria de funcionamento e é passível de ser, enquanto objeto, tratado racionalmente e submetido a leis causais.

Thomas Mann coloca Freud no rol de autores que compõem uma linhagem que chama de “irracionalismo moderno”. Tradição esta que, apesar de dar destaque ecolocar em questão de modo central temas irracionais e obscuros, não se propõe a exaltá-los (LOUREIRO, 2000).

O interesse de Freud pela esfera do afetivo não degenera em glorificação de seu objeto, em detrimento da esfera intelectual. Seu antirracionalismo equivale a compreender a superioridade afetiva e dominante do instinto sobre o espírito; não significa uma prostração admirativa diante desta superioridade, nem escárnio do espírito. (...) [seu interesse pelo instinto] colabora com a vitória revolucionária da razão e do espírito prevista para o futuro; ele serve a Aufklärung. (MANN, apud Loureiro, 2000).

Por um lado, constata-se o interesse (e mesmo o fascínio) de Freud por temas românticos, sempre situados nas franjas do racional, tais como o sonho, a loucura, a morte, a sexualidade, o noturno, o oculto, etc.; mais do que isso, a obra freudiana é repleta de noções e conceitos trabalhados anteriormente pelos românticos, entre os quais os de inconsciente, pulsão, repressão, Witz e sublimação. Por outro lado, Freud teria submetido estes conteúdos a um tratamento científico-racional, transformando em metapsicologia aquilo que até então era alvo de especulações de cunho metafísico; a investigação metódica, guiada por dados empíricos (fornecidos, sobretudo, pela observação clínica), balizada por parâmetros técnicos e metodológicos precisos, tudo isso mostra a adesão de Freud aos cânones científicos de sua época e indica a vocação iluminista da psicanálise, toda ela voltada à exploração/conquista dos territórios da irracionalidade (LOUREIRO, 2000).

Tal caracterização se contrapõe a uma tendência historiográfica de considerar “um Freud maduro e paladino da ciência positiva acaba por esmagar o Freud juvenil, romântico, atraído pela Filosofia da Natureza” (Loureiro, 2000).

Aqui temos posta uma questão acerca da interpretação da concepção de ciência e psicologia de Freud e toda a discussão acerca do aspecto hermenêutico da psicanálise. Dentro dessa problemática, Freud propõe como que um modo de causalidade nem completamente natural e nem baseado na autonomia do espírito, que não se caracteriza exatamente pela solução do tensionamento entre consciência autônoma e natureza, mas caracteriza uma terceira coisa: o do psiquismo em si mesmo<sup>39</sup> O inconsciente freudiano

---

<sup>39</sup> Isso em termos metodológicos ao menos. Quanto à questão ontológica sobre a relação entre o físico e o psíquico, a resposta de Freud não é clara. Smith argumenta que Freud teria dado diferentes respostas a essa questão ao longo de sua obra, mas que no período que analisemos ele adotaria uma visão da identidade entre mente e corpo (Smith, 1999), de que tudo que é psíquico seria calcado no somático, uma forma de monismo materialista. Seguindo essa tese, não haveria concretamente a

é naturalizado, mas enquanto subjetivo e psíquico; pertence assim a um âmbito de determinação próprio: nem o do determinismo físico das ciências naturais e nem o da autodeterminação do sujeito do idealismo. Se Freud não descarta a subjetividade, tampouco vê um problema de princípio em tratá-la de modo objetivo.

Ao estabelecer um esquema explicativo, isso é feito de tal modo que a interpretação dos sentidos das vivências, ou das representações que correspondem a vivência, atua nesse esquema explicativo causal. Essa é a discussão de hermenêutica em Freud: a interpretação é explicação, ou melhor dito, a explicação é fundamentada tomando interpretações enquanto dados empíricos.

Freud se apresenta então como uma última tentativa de conciliação: o inconsciente naturalizado, mas irracional. A irracionalidade e liberdade do mundo de Schelling transpostas totalmente para o interior de um sujeito naturalizado - e não posta como coisa em si, não pertencente a um absoluto avassalador ao sujeito. O próprio Eu não é mais racional, embora parte de um universo totalmente determinista. O inconsciente freudiano se submete plenamente ao determinismo? Essa é uma questão que se apresenta enquanto tensão não resolvida na obra de Freud; tanto sim quanto não, pois as formas as quais o sujeito deseja são submetidas a leis, mas há uma escolha de objetos, e um tensionamento mesmo sobre quem efetivamente é o sujeito freudiano. Diante da contradição que é tentar objetificar a subjetividade, ele tenta simultaneamente objetificar o que é subjetivo, mas sem deixar com isso que se perca a particularidade do que é subjetivo. Ignora, e provavelmente não há resolução disso em sua obra (justamente pela falta de preocupação com questões propriamente filosóficas).

A liberdade é dada tanto pela criatividade caótica do inconsciente quanto pela sua subjugação à racionalidade. O sujeito é plenamente dividido aqui, ele é tanto Id quanto Ego. Cumpre notar que, apesar de todo o esforço da psicanálise de se estabelecer enquanto ciência explicativa, o próprio trabalho de um psicanalista implica em aumentar o grau de liberdade do sujeito, para que este não mais esteja cegamente submetido a repetições neuróticas de vivências e comportamento.

Freud se encontra no ponto teórico em que estaria diante, por um lado, de uma

---

possibilidade de influência do psiquismo sobre o corpo, toda cadeia causal pertence ao corpo e meramente certas conformações fisiológicas teriam certa expressão mental. Agora, independente de qual seja sua posição ontológica, defendemos aqui que metodologicamente Freud mantém a possibilidade de se estabelecer um determinismo puramente psíquico. Afinal, a psicologia não pode ser reduzida à fisiologia – mesmo que um dia a biologia venha a englobar toda a psicologia.

tese que levaria a uma objetificação do sujeito e, por outro lado, da necessidade de dar um tratamento não objetificante a ele - é aí que se expressa em Freud a questão da antinomia entre determinismo e liberdade - em que parece ignorar que aí haja um problema. Dito de forma literária, diante de um problema insolúvel ele não se atenta a essa impossibilidade e o resolve mesmo assim, numa síntese a qual não se furtam contradições (ASSOUN, 1983 p.22).

Não se pode dizer que Freud efetivamente é o primeiro a desalojar a consciência de seu lugar privilegiado, no sentido de ter sido o primeiro a afirmar que há algo ao qual não temos noção que ocorre em nós mesmos e nos determina. Mas sua obra apresenta um acúmulo de proposições que o colocam no lugar do grande inventor do inconsciente: a dissolução da noção de intensidade das representações, a inversão de objetos da psicologia entre consciência e inconsciente, a consideração por conta disso da psicologia como conceito descritivo e inconsciente como conteúdo mais ou menos substancial e a insistência em uma causalidade necessariamente psíquica.

Se, por exemplo, a tentativa de destituir a consciência como objeto da psicologia foi tentada por Lipps, essa empreitada foi realizada com maior sucesso em Freud. Inclusive pela sua grande influência sobre a psicologia e psiquiatria, filosofia e em todos os demais campos. Lipps inclusive abandona suas formulações que utilizam o inconsciente, avançando em uma direção mais fenomenológica ao longo de sua carreira (FIDALGO, 1991/2011), de modo que mesmo a inversão de objeto que ele executa não tem impactos duradouros sobre a disciplina da psicologia, sendo incomparável a revolução que Freud executa ao centralizar o seu projeto que toma o inconsciente como objeto principal da disciplina.

## Considerações finais

Em nosso trajeto, nos debruçamos sobre os modos de tratamento do inconsciente no século XIX, especialmente mas não totalmente restrito ao contexto germanófono. Vimos neste trabalho, de modo esquemático, que existiriam:

- 1- Uma linha de autores que estabeleciam o inconsciente enquanto fundamento metafísico, oculto da natureza ou da existência humana. Tal utilização fazia parte de uma tentativa de resolver o conflito entre um universo determinista, passível de ser totalmente abarcado pelas ciências naturais, e a possibilidade de um sujeito autônomo, livre e não redutível a essas ciências. Se caracteriza também por colocar o inconsciente como *locus* do não-racional, do alheio ao controle.
- 2- Uma linha de estudo da psicologia enquanto uma ciência natural determinista, que centrava sua investigação e tinha como objeto a mente consciente, considerando a possibilidade de fenômenos psíquicos inconscientes como complemento a essa psicologia, dada a possibilidade de ganhos explicativos, sistematização .
- 3- Uma linha que excluía do âmbito da psicologia quaisquer fenômenos inconscientes, considerando-os como, se tanto, fenômenos fisiológicos.

Onde Freud se encontra? Freud chega a trazer elementos temáticos referentes a 1ª, mas o uso que faz propriamente de inconsciente o aproxima mais da 2ª (a 3ª ele rejeita totalmente, aproveitando, se tanto, alguns pontos específicos.). Dado que como já foi discutido é inegável a ambição de Freud de fundamentar uma psicologia científica, o aproximando dos psicólogos da 2ª tradição: a “cognitiva”, ao mesmo tempo difere radicalmente, em primeiro lugar, por inverter o objeto da psicologia: de *consciência* como centro e *inconsciente* como fenômeno específico para *inconsciente* como centro e *consciência* como fenômeno específico. Se aproxima de modo mais estreito com as noções de Lipps que, como Freud, vai além em sua conceitualização de inconsciente, efetuando uma inversão de mesmo tipo: em Lipps, no caso, as leis e regras do funcionamento psíquico dizem respeito ao âmbito do inconsciente e não aos fenômenos da consciência.

Mas ao mesmo tempo se aproxima de várias temáticas românticas, por questionar e relativizar à autonomia racional do sujeito e enfatizar a importância do “irracional”, dando crédito e valor à investigação de fenômenos não convencionais como sonhos, transe etc. Porém mesmo tendo como objeto tal âmbito de fenômenos, suas explicações

e métodos nunca fogem de ao menos tentar se legitimar como racionais. Se Freud se debruça sobre temas tidos como da esfera do “oculto” ou do “demoníaco” buscados pelos românticos, ainda assim seus instrumentos para a exploração desses domínios são os fornecidos pela racionalidade científica. Em Freud, pelo contrário, parece mais haver uma exaltação da racionalidade do que o inverso: a ciência (psicanalítica) pode se dedicar a qualquer tipo de assunto que fosse tema do romantismo sem se descaracterizar ou desvirtuar ao campo da especulação metafísica.

Foge, em verdade, das concepções metafísicas em um sentido também paradigmático: grande parte dos autores românticos e idealistas colocam o inconsciente como fundamento necessário à possibilidade da determinação do sujeito. Em Freud isso não ocorre; o inconsciente justamente cumpre a função oposta de permitir inserir a subjetividade no determinismo científico. Se existe autonomia do sujeito, ela seria dada, ao contrário, pela razão e pela consciência – e por isso o tratamento psicanalítico teria condições de dar mais “liberdade” ao sujeito, ao retirá-lo das amarras da neurose.

Ao mesmo tempo, há a questão da hermenêutica e do sentido que parece, bem como as escolhas metodológicas da psicanálise, se impor como força contrária à filiação de Freud às psicologias acadêmicas (experimentais ou não).

Assim, rompe com todas as concepções anteriores ao ir de encontro com a divisão posta entre ciências do espírito compreensivas e ciências naturais explicativas (e filosofia). Sua tentativa, possivelmente paradoxal, é, mesmo estando no campo da explicação, abranger a compreensão. O inconsciente, mais do que permitir o fornecimento de uma explicação causal, o faz justamente possibilitando desvelar os sentidos escondidos em sonhos, sintomas e atos falhos. Permite acessar o que o sujeito esconde de si mesmo. Um dos sentidos do termo “psicanálise” é o método que permite tal empreitada. É verdade que anteriormente já se tinha a clareza do homem enquanto ser não plenamente racional, movido por forças internas as quais não tem controle; isso o romantismo já fazia. O que Freud executa de diferente é enquadrar a irracionalidade do sujeito sob a ótica da racionalidade científica e estudar empiricamente o irracional.

Ainda existe uma abertura à autonomia do sujeito, mesmo dentro desse esquema de causalidade; se o sentido pode atuar como causa, permanece ainda assim como “inefável” a atribuição de sentido em si. Por que o sujeito atribui o sentido ‘A’ ou o sentido ‘B’ a determinada vivência ou representação? Quem ou o que é o sujeito que pode fazer tal atribuição? A resolução não fica clara nos textos freudianos que examinamos; tal fato, aliado ao propósito explícito da psicanálise de “aumentar o grau de liberdade” do

sujeito, restrito por relações psicopatológicas, atesta que mesmo dentro dessa estrutura determinista algo foge do mero mecanicismo.

Uma das perguntas que inicia esse trabalho é sobre como responder a seguinte questão: “o que Freud fez que o permitiu ser considerado como o grande descobridor do inconsciente?”.

Em primeiro lugar, ter estabelecido de modo contundente a necessidade de se debruçar sobre fatos inconscientes para a compreensão do funcionamento de fenômenos psíquicos - psicopatológicos em particular. Em segundo, ter invertido o objeto da psicologia. Em terceiro lugar, ter afirmado a natureza irracional do ser humano. Em quarto lugar, vinculado ao último ponto, ter feito a valorização de fenômenos da ordem do “oculto” ou do bizarro: sonhos, cisão de consciência entre outros.

Nenhum desses movimentos é propriamente original e já haviam sido feitos por outros nomes: Pierre Janet, Theodor Lipps, Schopenhauer, Schelling. Cada um desses autores realiza, a seu modo, pelo menos alguma das inovações mencionadas acima. A originalidade freudiana sobre esses aspectos é uma narrativa construída, que pretende colocá-lo numa posição de absoluto gênio e originalidade, ou de criador de tal conceito. Mesmo a ortodoxia científica não era tão refratária a possibilidade de considerar a existência de fenômenos inconscientes quanto certos psicanalistas e comentaristas parecem sugerir<sup>40</sup>, mas ainda assim era resistente a tal noção devido as colorações místicas do conceito dadas pelo romantismo.

Mas tal construção narrativa não é uma farsa; Freud pode reivindicar os louros de ter feito todos esses movimentos ao mesmo tempo e de ter chegado a esses resultados por vias próprias. Chamar de farsa diminuiria a força da originalidade de Freud. Suas teses sobre o inconsciente, tomadas de modo isolado, podem não ser originais, mas seu papel justifica de certo modo a posição a qual é alçado. O que acontece em Freud é uma convergência de diversas visões, as quais permitem que ele proponha uma disciplina nova no interior da psicologia tomada como grande campo. Disciplina que praticamente inaugurou a psicologia sendo usada como forma de tratamento terapêutico (e fora do contexto médico) e uma metodologia de investigação que partia da clínica e a abarcava. A psicanálise ainda é a forma paradigmática de psicoterapia; a cura pela fala foi, em primeiro lugar, a investigação sobre o inconsciente.

---

<sup>40</sup> (cf por exemplo Xavier 2010, além dos textos do próprio Freud sobre a história da psicanálise)

Se por um lado estaríamos incorrendo em um falseamento da história ao chamar Freud de “inventor” ou quem pela primeira vez teorizou sobre o inconsciente, por outro essa definição se justifica pela magnitude de proporções que a psicanálise freudiana toma. Ele, de fato, não criou o conceito, mas o modo como o inconsciente é discutido no século XXI e necessariamente marcado pelo tratamento que Freud deu ao conceito. Também, não é o inventor, mas é o ponto de convergência entre as tradições que examinamos nesse trabalho, e a partir dessa convergência consegue propor uma nova tradição original – a psicanálise propriamente dita.

O que há de filosoficamente relevante na discussão deste trabalho é o seguinte: todo o contexto parte da antinomia entre determinismo e autonomia do sujeito. No âmbito da psicologia, tal conflito assume a forma da questão de como tratar a subjetividade; desenvolvimentos posteriores escolheram entre o caminho de ou objetificar o sujeito, em detrimento da subjetividade, assumindo as perdas que vem com isso (behaviorismo, funcionalismo, etc.); ou, inversamente, tentar dar um tratamento não objetivo à subjetividade (fenomenologia-existencial). Freud, diante dessa encaixilhada, não dá o passo em nenhuma dessas direções e, ignorando que haja um problema, dá um tratamento objetivo ao sujeito, mas que ao mesmo tempo não exclui a subjetividade. É daí que vem o tensionamento entre as interpretações positivistas e hermenêuticas da obra de Freud. Enquanto projeto, é válido que autores posteriores escolham um desses caminhos e avancem a psicanálise, fazendo-a dar o passo que Freud ele mesmo não deu nessas direções. Tais perspectivas, entretanto, são falhas enquanto exegese. Não se pode querer entender o sujeito freudiano, tal como formulado por ele, tentando resolver esse tensionamento em alguma dessas direções. O conceito psicanalítico de inconsciente é o fruto desse tensionamento.

Sugerimos aqui que esse é um dos motivos que tornam a psicanálise uma espécie de ‘estudo de caso exemplar’ em filosofia da ciência. Que exista tanta polêmica e discussão em torno da questão da “cientificidade da psicanálise” talvez se justifique pelo fato de que há efetivamente na psicanálise o apontamento de um problema sobre como tratar a subjetividade no âmbito da ciência, e da psicologia em particular - de modo que tais polêmicas não são apenas discussões circulares estéreis, mas dizem respeito a um problema ainda presente e atual.

A tentativa deste trabalho foi de se debruçar sobre a história dos usos de um conceito central da psicanálise e de se inserir nessa questão, buscando trazer um olhar sobre as origens desse conceito e as problemáticas vinculadas a sua história, para poder

enquadrar melhor e subsidiar discussões acerca dos problemas contemporaneamente mais relevantes.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, A. M. aspectos da natureza e do romantismo na filosofia de Schiller, Fichte e Schelling. *travessias Interativas*, Ribeirão Preto, n. 11. vol. 6, p. 73–86, jan-jun/2016. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/Travessias/article/view/10996/8506>>. Acesso em: 10de julho de 2022.

ARALDI C. L. *do romantismo a Nietzsche rupturas e transformações na filosofia do século XIX*. Pelotas: UFPel, 2017.

ASSOUN, P.L. *Introdução à Epistemologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

BEISER, F. Romanticism and Idealism In NASSAR, D. *The Relevance of Romanticism: Essays on German Romantic Philosophy* Nova Iorque: Oxford University Press, 2014.

BEISER, F. "Gustav Theodor Fechner", in *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2020/entries/fechner/>>.

BERCHERIE, P. *Génesis de los conceptos freudianos*. Buenos Aires: Paidós, 1996.

BIRMAN, J. *Psicanálise, ciência e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

BORING, E. G. *A History Of Experimental Psychology*. Nova York: The Century Co, 1929

BOWIE, A. The philosophical significance of Schelling's conception of the unconscious in: NICHOLLS, A.; LIEBSCHER, M. *Thinking the Unconscious: Nineteenth-Century German Thought*. Cambridge: Cambridge University Press 2010

BRENTANO, F. *Psychology from an Empirical Standpoint* Londres: Routledge, 2009.

CARVALHO, V. O.; MONZANI, L. R. As origens da concepção freudiana de ciências da natureza. *Scientiae Studia [online]*. São Paulo, 2015, v. 13, n. 4

CAZETO, S. J. A constituição do inconsciente em práticas clínicas na França do século XIX São Paulo: Escuta, 2001.

ELLENBERGER, H. F. *The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry*. Londres: HarperCollins, 1994.

FFYTICHE, M. *As origens do inconsciente – de Schelling a Freud e o nascimento da Psique moderna* São Paulo. Cultrix. 2014.

FIDALGO, A. C. (2011). O realismo da Fenomenologia de Munique. Ovilhã: Luso Sofia:. (Original de 1991)

FRANKISH, K e EVANS, J. S. P The duality of mind: an historical perspective In \_\_\_\_\_ . *Two Minds: Dual Processes and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2009

FRANKISH, K. e EVANS, J. B. T. *The duality of mind: An historical perspective*

FREUD, S. (1980) A interpretação dos sonhos. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1900)

- FREUD, S. (1980) As pulsões e suas vicissitudes. In: S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Rio de Janeiro:Imago. (Trabalho original publicado em 1915a)
- FREUD, S. (1980). Artigos sobre a metapsicologia. O inconsciente. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 14). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915b)
- FREUD, S. (1980). As neuropsicoses de defesa. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1894)
- FREUD, S. (1980). Conferências introdutórias sobre a psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 16). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1917)
- FREUD, S. (1980). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Obras completas* vol. 1). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- FREUD, S. (1980). Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise. In S. Freud, *Obras completas* (Vol. 12). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912)
- FREUD, S. (2010) Novas Conferências introdutórias de psicanálise (1934) In P. C. Souza (Coord.) *Obras completas* (Vol. 18, pp. 90-188). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933).
- FROES, H; VIANA, T C. *A noção de inconsciente nos primeiros textos de Freud: do cognitivo ao reino das sombras*. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. spe, p. 1334-1349, dez. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812016000400016&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812016000400016&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 set. 2022.
- FULGENCIO, L. As especulações metapsicológicas de Freud. *Natureza Humana* no5, vol.1, pp.129-173, jun/2003
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 24.ed, 2009.
- GARDNER, S. Eduard von Hartmann's Philosophy of the Unconscious. In Nicholls, A. e Liebscher, M. *Thinking the Unconscious: Nineteenth-Century German Thought*. Cambridge University Press 2010.
- GARDNER, S. Psychoanalytic Theory: A Historical Reconstruction. IN *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes*, 86, 2012 p.41–60 <http://www.jstor.org/stable/41501711>
- Gardner, S. The Unconscious Mind. IN Baldwin: *The Cambridge History of Philosophy 1870–1945*, 2003.
- GJESDAL K. *Debates in Nineteenth-Century European Philosophy: Essential Readings and Contemporary Responses* Londres: Taylor & Francis, 2016.
- GÖDDE, G. *Freud and nineteenth-century philosophical sources on the unconscious* In Nicholls, A. e Liebscher, M. *Thinking the Unconscious. Nineteenth-Century German Thought*. Cambridge University Press 2010.
- GÖRNER, R. The hidden agent of the self: towards an aesthetic theory of the non-conscious in German romanticism In NICHOLLS, A. e LIEBSCHER, M. *Thinking the Unconscious: Nineteenth-Century German Thought*. Cambridge University Press, 2010.

GRÜNBAUM, A. *The Foundations of Psychoanalysis: A Philosophical Critique*. University of California Press, 1985.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. São Paulo: Unesp, 2014.

HATFIELD, G. *Psychology Old and New*. 2001. IRCS Technical Reports Series. 23. Disponível em: <[https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1024&context=ircs\\_reports](https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1024&context=ircs_reports)>. Acesso em: 5 de novembro de 2021.

HEIDELBERGER, M. Gustav Theodor Fechner and the unconscious. In NICHOLLS, A. e LIEBSCHER, M. *Thinking the Unconscious: Nineteenth-Century German Thought*. Cambridge University Press, 2010.

HERING, E. Memory as a universal function of organized matter. In: BUTLER, S., org. *Unconscious memory*. Londres, Jonathan Cape, 1920.

HERZOG P. The Myth of Freud as Anti-philosopher. IN STEPANSKY P. E. *Freud, V. 2: Appraisals and Reappraisals*, Routledge 1988.

HØFFDING, H. *a history of modern philosophy*. Londres: Macmillan, 1895 Disponível em: <<https://archive.org/details/ahistorymodernp02unkngoog>>. Acesso em: 5 de novembro de 2021

HONDA, H. O estatuto conceitual do inconsciente em Freud e algumas de suas implicações para a prática psicanalítica; *Ágora*. Rio de Janeiro v.16, 2013

HUEMER E LANDERER *Mathematics, experience and laboratories: Herbart's and Brentano's role in the rise of scientific psychology*

HUEMER W, LANDERER C. *Mathematics, experience and laboratories: Herbart's and Brentano's role in the rise of scientific psychology, History of the Human Sciences* 23(3), 2010, p.72-94

HUEMER W. Hallucination or materialization? The animism versus spiritism debate in late-19th-century Germany. *History of the Human Sciences*. 2012;25(2):45-66. doi:10.1177/0952695112439375

KRAUSS C. R. *Wundt, Avenarius, and Scientific Psychology: A Debate at the Turn of the Twentieth Century* Switzerland: Palgrave Macmillan, 2019

LANDERER C. HUEMER, W. Johann Friedrich Herbart on mind. In LAPOINTE (ed.), *Philosophy of Mind in the Nineteenth Century*.

LEARY, D. E. *German Idealism and the Development of Psychology in the Nineteenth Century*. Journal of the History of Ideas 18, N. 3, p. 299-317, 1980.

LIPPS, Theodor. O conceito de inconsciente na psicologia. Nat. hum., São Paulo, v. 3, n. 2, p. 335-356, dez. 2001. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302001000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302001000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 2 set. 2022

LOUREIRO, I. O Carvalho e o Pinheiro: Freud e o Estilo Romântico. São Paulo: Escuta, 2002.

LOUREIRO, I. R. B. *A totalidade como ilusão: a concepção freudiana de ciência e o estilo romântico*. Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica [online]. 2000, v. 3, n. 2 [Acessado 28 Fevereiro 2022], pp. 51-63. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982000000200003>>. Epub 05 Feb 2009. ISSN 1809-4414.

MCGRATH, J. S. *Principles of Schellingian Analysis* Public lecture and seminar at The Center for the Study of Theory and Criticism, University of Western Ontario, Thursday 5 February 2015,

MCGRATH, J. S. Schelling on the Unconscious. *Research in Phenomenology* 40 72–91. McGrath Memorial University of Newfoundland, 2010

MEYERING, T. C. *historical roots of cognitive science the rise of a cognitive theory of perception from antiquity to the nineteenth century* Springer – Holanda, 1989

MICHEL, M. *Consciousness Science Underdetermined: A Short History of Endless Debates Ergo vol. 6, no. 28 2020*. Disponível em: <<https://quod.lib.umich.edu/cgi/p/pod/dod-idx/consciousness-science-underdetermined-a-short-history.pdf?c=ergo;idno=12405314.0006.028;format=pdf>> Acesso 4 setembro 2022.

MONZANI, L. R. *Discurso filosófico e discurso psicanalítico – balanços e perspectivas* 1988

MOREJON, G. *Totality, Memory, Determination: Leibniz on Unconscious Perception*, 2017

NASSAR, D. *The Relevance of Romanticism Essays on German Romantic Philosophy* Oxford University Press New York 2014

NICHOLLS, A. e LIEBSCHER, M. *Thinking the Unconscious. Nineteenth-Century German Thought*. 2010.

NORMANDIN, S. *Romanticism, Vitalism, and Medicine*. 2013.

PALOMBINI, A. L. *Fundamentos para uma crítica da epistemologia da psicanálise*. 1996. Dissertação (Mestrado em Filosofia)

PATTON, L. "Hermann von Helmholtz", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/hermann-helmholtz/>>

PATTON, L. *Helmholtz's Physiological Psychology*. In LAPOINTE (ed.), *Philosophy of Mind in the Nineteenth Century*, 2019.

PECERE, P. *Soul, Mind and Brain: from Descartes to Cognitive Science*. Suíça: Springer-nature, 2020.

PINKARD, T. Idealism. in: GJESDAL K., FORSTER M. N. *The Oxford Handbook of German Philosophy in the Nineteenth Century* Oxford: Oxford University Press, 2015

Ribot, T. *German Psychology of Today*. Nova Iorque: Scribner's sons, 1886. Disponível em: <<https://archive.org/details/germanpsychology00ribo/page/n3/mode/2up>>. Acesso em: 10 de março de 2022.

ROMAND, D. Fechner as a pioneering theorist of unconscious cognition. *Consciousness and Cognition*, Amsterdam: Elsevier, 2012, vol. 21, pp.562-572.

SAND, R. S. *The Unconscious without Freud*, EUA: Rowman & Littlefield Publishers, 2013.

SCHWITZGEBEL, E. "Introspection", in EDWARD N. Z. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (winter 2019 edition), 2019. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/introspection/>>. Acesso em: 10 de março de 2022

SHARVIT G. Schelling and Freud on Historicity and Freedom *Idealistic Studies* 45, 2015, p.149-167

SMITH, D. L. *Freud's philosophy of the unconscious*, Berlin: Springer Science+Business Media Dordrech, 1999.

SULLOWAY, F. J. Freud, Biologist of the Mind: Beyond the Psychoanalytic Legend. Nova Iorque: Basic Books, 1979.

TALVITIE, V., JUHANI, I., KAITARO, T. Sigmund Freud and ways of talking about the unobservable. Romantic, positivist, kantian, and vitalist aspects of the mental unconscious. *Bollettino di Studi Sartriani*, Roma, n°9, pp.53-79, 2013.

WICKS, R. "Arthur Schopenhauer", in EDWARD N. Z (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, (Fall 2021 Edition), 2021, Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/schopenhauer/>>. Acesso em: 10 de Janeiro de 2022.

XAVIER, C. R.. A história do inconsciente ou a inconsciência de uma história? *Revista da Abordagem Gestáltica*, Goiânia, v. 16, p. 54-63, 2010.

YOUNG, C. E., BROOK, A, Schopenhauer and Freud in RICHARD G. T., LACEWING M (orgs). *The Oxford Handbook of Philosophy and Psychoanalysis*, Oxford: Oxford university Press, 2019.